NATALIA DOS SANTOS MORADEI

A Grande Enchente de São Luiz do Paraitinga

– 2010 –

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Paisagem e Ambiente

Linha de Pesquisa: Sistemas da Paisagem

Orientador: Prof. Dr. José Pedro de O. Costa

São Paulo
2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE..

E-MAIL DA AUTORA: natmoradei@hotmail.com

M827g Moradei, Natalia dos Santos
A grande enchente de São Luiz do Paraitinga - 2010 - / Natalia dos Santos Moradei. -- São Paulo, 2016.
221 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - FAUUSP.

Orientador: José Pedro de Oliveira Costa

1. Enchentes urbanas 2.Patrimônio histórico (Recuperação ; Reconstrução) 3.Planejamento territorial urbano 4.São Luiz do Paraitinga (SP) I.Título

CDU 627.51

FOLHA DE APROVAÇÃO

NATALIA DOS SANTOS MORADEI

A GRANDE ENCHENTE DE SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA – 2010 –

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA
FACULDADE DE ARQUITETURA E
URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PAISAGEM E
AMBIENTE
ORIENTADOR PROF. DR. JOSÉ PEDRO
DE OLIVEIRA COSTA
SÃO PAULO, 2016.

APROVADA EM:

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR.
INSTITUIÇÃO
ASSINATURA

PROF. DR.
INSTITUIÇÃO
ASSINATURA

PROF. DR.
INSTITUIÇÃO
ASSINATURA

*Dedico esta pesquisa a todos os luizenses, natos e aos de coração, que
vivenciaram a grande enchente de 2010 e lutaram, dia a dia, pela
reconstrução de São Luiz do Paraitinga!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me deu forças para trabalhar durante e após a enchente de 2010, que não me deixou desanimar diante das dificuldades para ingressar no Mestrado nesta Universidade e, também, me manteve confiante durante esta caminhada.

Aos meus queridos pais, Conceição e Bertolino, por todo apoio, torcida e orações.

Ao meu amigo e namorado, que ao longo dessa pesquisa também se tornou meu esposo, obrigada pelo companheirismo, estímulo, consolo nas minhas crises e por entender minhas ausências.

A toda a minha família, especialmente, a minha avó Bidita, que completou seu centenário em 2015, sendo o melhor exemplo de fé, confiança e de amor à vida; a Maria Clara, minha prima (irmã), por seu incentivo e por conseguir me fazer rir até nos momentos em que me senti “incapaz” e desanimada durante essa jornada e à querida afilhada Maria Paula, por sua doçura e pela ajuda com a tradução do resumo dessa pesquisa.

Ao meu orientador José Pedro, que foi um grande incentivador desta empreitada desde a primeira conversa, quando esta pesquisa era apenas uma ideia, guiando meus passos de forma objetiva, mas me deixando livre para fazer minhas escolhas e me trazendo dos devaneios quando preciso.

As professoras Mônica Junqueira e Maria Lúcia Bressan, pelas preciosas observações no exame de qualificação que foram imprescindíveis para nortear e consolidar esta pesquisa e pela disponibilidade em conversas posteriores.

Aos professores das disciplinas cursadas durante o período do Mestrado que contribuíram para meu processo de formação e para o direcionamento da pesquisa, especialmente, à professora Catharina Pinheiro, enfatizando a importância da percepção ambiental e ao professor Carlos Lemos por permitir conversas enriquecedoras e aulas inesquecíveis.

Aos professores convidados para a Banca de Defesa, obrigada pela disponibilidade e contribuição.

À equipe da Prefeitura Municipal, que atuou no processo de reconstrução, meu sincero agradecimento pela parceria, pelo comprometimento, pela garra, pela força de vontade em mudar a história de nossa cidade do coração. Obrigada pela inspiração que resultou nesta pesquisa e que buscou, também, retratar parte do nosso trabalho!

Aos parceiros de São Luiz do Paraitinga durante a reconstrução, que mostraram em suas ações que juntos podemos fazer muito mais e melhor.

À amiga Cristiane Bittencourt que me incentivou a cursar o Mestrado, e contribuiu ao longo deste trabalho com conversas informais, com sua entrevista e também com a leitura e sugestões em alguns capítulos.

À amiga Mariana Ribeiro, companheira de profissão, de anseios e da vida, por estar presente, também, neste momento, colaborando com a elaboração dos mapas.

Aos amigos luizenses que forneceram materiais, informações, além das muitas conversas informais e da disponibilização de seus trabalhos sobre São Luiz do Paraitinga: Carlos Murilo (Tato), Prof. Tadeu Campos, João Rafael, Milena e Júlia.

À professora Rita de Cássia Ivo Moradei pela revisão do trabalho e disposição em nossas conversas.

Àqueles que concederam entrevista, obrigada pela disponibilidade e informações compartilhadas: Professor Carlos Lemos; ex-prefeita Ana Lúcia; ex-assessor, Eng. Jairo B. de Andrade; ex-assessora, Cristiane Bittencourt; historiador e professor Tadeu Campos; historiador Marcelo Toledo; Sr. Anésio Rodrigues “Rei Canário” (in memoriam).

Aos técnicos dos órgãos consultados, obrigada pela disponibilização dos materiais: Prefeitura Municipal São Luiz do Paraitinga, Condephaat, IPHAN, ITESP e IPT.

Aos amigos, que nos últimos três anos, me aguentaram repetir o mesmo assunto, e também, colaboraram com informações, opiniões e principalmente torceram por mim.

Aos luizenses que, no dia a dia, subsidiaram esta pesquisa, com seu modo de pensar, viver e agir.

Enfim, sonhos se realizam!

RESUMO

A Grande Enchente de São Luiz do Paraitinga – 2010 -

Em 1º de janeiro de 2010 uma grande enchente atingiu o município de São Luiz do Paraitinga/SP, causando enorme destruição, principalmente, ao seu patrimônio histórico. Após o desastre, a cidade viveu um intenso processo de Reconstrução. A pesquisa visa entender e registrar o episódio sob a ótica de quem o vivenciou, e procura relacioná-lo com o processo de expansão de ocupação urbana. Além disso, tem o intuito de apresentar as ações de recuperação e discutir os processos durante esse trabalho. Para tanto, traça um panorama de São Luiz do Paraitinga a partir de suas condições físicas e da bacia hidrográfica do Paraitinga, na qual se insere, relacionando suas peculiaridades e as transformações ambientais. Aborda a questão socioeconômica do município, contextualizando sua importância histórica com destaque aos aspectos culturais e, ao patrimônio arquitetônico, herança do período cafeeiro, que deram a São Luiz do Paraitinga, o título de patrimônio estadual e nacional. Através da análise da expansão urbana, partindo de bibliografia, pesquisa em campo, comparação de imagens antigas e atuais apresenta a condição da cidade e seus conflitos ambientais urbanos até o momento anterior à enchente. Então, relata o evento da grande cheia ocorrida no dia 1º de janeiro de 2010 com o início do transbordamento do Rio Paraitinga, até o ápice da inundação no dia 2 de janeiro, deixando o centro da cidade submerso e provocando o arruinamento de vários imóveis. Na sequência são elencados os danos causados e a situação caótica após a vazão das águas. Distingue-se o período denominado de Reconstrução em dois momentos, o primeiro versa sobre as ações emergenciais e o segundo trata as ações de planejamento. Considerando a importância do patrimônio arquitetônico luizense, os danos sofridos e a forte intervenção para sua recuperação, abordam-se as novas diretrizes estabelecidas, bem como, os projetos de reconstrução a partir de quatro imóveis representativos. Por fim, o trabalho retoma as principais considerações feitas ao longo do trabalho e expõe algumas possibilidades para o futuro da cidade, entre elas: a necessidade de compreensão da bacia hidrográfica e de ações a nível regional para resolver as cheias do Paraitinga; a reconciliação da cidade com esse rio; a responsabilidade na prevenção e fiscalização para que novas ocupações não interfiram na dinâmica dos rios. Lembrando que a irresponsabilidade, omissão do Poder Público e interesses particulares propiciaram a criação de áreas de risco e vulneráveis a enchentes. Quanto à questão patrimonial, mostra-se imprescindível a implantação de programas de educação patrimonial, a recomposição do conjunto histórico e o tratamento das feridas deixadas pelas obras de contenção que ainda impactam na paisagem urbana. Reafirma-se, que a enchente, foi um divisor de águas para o município e apesar de ter sido uma catástrofe também trouxe oportunidades. São Luiz encontrou na coragem da comunidade e no trabalho coletivo um meio de avançar e sair da crise. Mas o desafio ainda está posto, e há muito por ser feito, lição deixada pela grande enchente de 2010 e que não deve ser esquecida.

Palavras-chave: 1. Enchentes urbanas; 2. Patrimônio histórico (Recuperação; Reconstrução); 3. Planejamento territorial urbano; 4. São Luiz do Paraitinga (SP).

ABSTRACT

The Major Flood of the São Luiz do Paraitinga – 2010 -

On January 1st, 2010, a major flood hit the city of São Luiz do Paraitinga/SP, causing great destruction, mainly to its historical heritage. After the disaster, the city experienced an intense process of Reconstruction. The research aims to understand and record the episode under the perspective of those who lived it, and seeks to relate it to the process of expansion of urban occupation. Moreover, it intends to present the recovery actions and discuss the process during this work. To this end, it draws an overview of São Luiz do Paraitinga from its physical conditions and the hydrographic basin of Paraitinga, relating the peculiarities of it and its environmental transformations. It addresses the social and economic issues of the city, contextualizing its historical significance highlighting the cultural aspects and the architectural patrimony, heritage of the coffee period, which gave São Luiz do Paraitinga the title of State and National Patrimony. Through the analysis of urban expansion, starting from the literature, field research, comparison of past and present images, the condition of the city and its urban environmental conflicts until the moment right before the flood presents itself. Then, it reports the big flood that occurred on January 1st, 2010, with the beginning of Paraitinga River's overflow until the flood peak on January 2nd, leaving the city center submerged and causing collapse of several properties. Following, there are listed the damage and chaotic situation after the water flow. The time known as Reconstruction is distinguished in two moments: the first one deals with the emergencial actions, and the second one with planning actions. Considering the importance of local architectural patrimony, the damage done and the strong intervention for its recovery, new established guidelines are approached, as well as the reconstruction projects starting from four representative properties. At last, the paper refers to the main considerations made throughout the work and exposes some possibilities to the future of the city, including: the necessity of understanding the hydrographic basin and the action, on a regional level, to solve Paraitinga River's spate; the reconciliation of the city with the river; the responsibility of preventing and monitoring to avoid that new occupations interfere in the dynamic of the rivers. Remembering that the irresponsibility government, omission and private interests enabled the occurrence of risk areas vulnerable to floods. As for the patrimonial issue, it appears to be indispensable the implementation of education programs regarding the patrimony, the restoration of historic site and the treatment of the wounds left by the containment works that yet cause impact on the urban landscape. It is essential to reassert that the flood was a turning point to the city and even though it was a catastrophe, also brought opportunities. São Luiz found in the courage of its community and the collective work a way to move forward and overcome the crisis. But the challenge is still set, and there is still a lot to be done, lesson left by the great flood of 2010 that shall not be forgotten.

Key-words: 1. Urban floods; 2. Historical Heritage (Restoration; Reconstruction); 3. Urban Planning; 4. São Luiz do Paraitinga (SP).

LISTA DE SIGLAS

ARPEN-SP	Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo
AVADAN	Avaliação de danos
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional
CERESTA	Centro de Reconstrução e Desenvolvimento Sustentável de São Luiz do Paraitinga
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - SP
CRI	Cartório de Registro de Imóveis
DADE	Departamento de Apoio ao Desenvolvimento de Estâncias
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica - SP
DER	Departamento de Estradas de Rodagem - SP
FAMIG	Fanfarra Monsenhor Ignácio Gióia
FEHIDRO	Fundo Estadual dos Recursos Hídricos - SP
FID	Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - SP
FUNDUNESP	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP
IAB – SP	Instituto dos Arquitetos do Brasil, núcleo São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGC	Instituto de Geográfico e Cartográfico
IES	Instituto Elpidio dos Santos
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
NSV	Núcleo Santa Virgínia
PDM	Plano Diretor de Macrodrenagem
PDRT	Plano de Desenvolvimento Rural Territorial
PESM	Parque Estadual da Serra do Mar
RMVPLN	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte Paulista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SINDEC	Sistema Nacional de Defesa Civil
UGRHI	Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNESP	Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho'
UNITAU	Universidade de Taubaté
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. DESVENDANDO O LÓBULO DO MEANDRO.....	22
2.1. Aspectos físicos e territoriais.....	23
2.1.1. A Bacia e Rio Paraitinga	26
2.2. Aspectos socioeconômicos	34
2.2.1. Contexto do Vale do Paraíba do Sul	34
2.2.2. A “Imperial” São Luiz do Paraitinga.....	37
2.3. Aspectos da paisagem urbana de São Luiz do Paraitinga.....	47
2.4. Aspectos culturais: O Patrimônio Imaterial de São Luiz do Paraitinga	58
3. CONFLITOS DA EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO URBANA EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA..	66
3.1. O impacto do crescimento demográfico na área urbana.....	68
3.2. Os conflitos gerados pelo avanço da ocupação na área urbana	75
4. A GRANDE ENCHENTE DE 2010.....	105
4.1. Histórico das cheias em São Luiz: uma catástrofe anunciada?.....	105
4.2. A Grande Enchente	110
4.3. O Pós-enchente – A Reconstrução.....	123
4.3.1. Intervenções Urbanas - Ações emergenciais	128
4.3.2. Intervenções Urbanas - Ações de planejamento.....	138
5. RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA.....	160
5.1. Diretrizes gerais	160
5.2. A sombra do falso histórico.....	173
5.2.1. Igreja Matriz - Praça Dr. Oswaldo Cruz.....	177
5.2.2. Capela das Mercês- Largo das Mercês.....	189
5.2.3. Biblioteca (Antigo Grupo Escolar)	193
5.2.4. Imóvel M26	199
5.3. Análise sobre a recuperação do patrimônio histórico	203
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
BIBLIOGRAFIA	217

*"Mas dessa vez
Eu juro pra você
Não quero nem saber
Nosso bloco vai pra rua*

*Há quanto tempo
Eu não vejo o sol nascer
É chuva todo dia
Temporal a toda hora*

*E o nosso rio que não para de encher
Já levou na correnteza
A minha viola*

*Não vou mais sofrer
Nem vou mais chorar
Eu já tô pronto
Vou cair na folia
Vou de fantasia
E de alma lavada"*

*(Marchinha de carnaval "Chóchov", compositor
luizense Galvão Frade).*

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo principal entender e também registrar o episódio catastrófico da grande enchente que atingiu o município de São Luiz do Paraitinga/SP em 1º de janeiro de 2010. O registro se dá sob a ótica de quem vivenciou o evento e busca relacioná-lo com o processo de expansão da ocupação urbana, discutindo suas implicações na paisagem. Procura também ao identificar as causas dessa catástrofe encontrar maneiras para minimizar ou evitar eventos semelhantes no futuro.

Para tanto, estuda os aspectos históricos desde a formação da cidade, verificando a relação entre a cidade e o Rio Paraitinga e realiza uma análise das principais ações emergenciais adotadas pelo município após a enchente de 2010, bem como as soluções empregadas para a recuperação do patrimônio histórico a partir da apreciação de alguns imóveis representativos.

São Luiz do Paraitinga é uma pequena cidade situada no Vale do Rio Paraíba do Sul, no Estado de São Paulo, que se destaca por suas peculiaridades. O município teve o apogeu de sua economia no século XIX, durante o período cafeeiro, resultando na construção de um conjunto arquitetônico histórico representativo no Estado de São Paulo, o qual fora tombado pelo CONDEPHAAT em 1982. Após o período cafeeiro, a cidade viveu uma estagnação econômica, sustentando-se com base na produção agrícola, pecuária e monocultura de eucalipto. Em período mais recente, despertou para o turismo com foco nas belezas naturais, no patrimônio histórico preservado e na manutenção de sua cultura caipira e respectivas festas tradicionais, recebendo o título de Estância Turística em 2002. Após a enchente de 2010, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de seu conjunto histórico foi tombado pelo IPHAN, transformando essa riqueza em patrimônio nacional.

São Luiz se formou em um meandro do Rio Paraitinga e, portanto, tem um histórico de convivência com suas cheias, porém, nunca havia passado por uma tão devastadora como a inundação de 2010.

Minha família é natural de São Luiz e eu cresci visitando semanalmente a cidade, participando de suas manifestações e vivenciando seus espaços. Em

setembro de 2009, passei a morar definitivamente em São Luiz do Paraitinga e a trabalhar como arquiteta na Prefeitura Municipal.

Algumas questões sempre despertaram minha atenção e a principal delas era a forma aleatória e desordenada da ocupação urbana para além do centro histórico, tanto é que no trabalho de conclusão de graduação em arquitetura e urbanismo, em 2005, desenvolvi um projeto para a reurbanização do Bairro Alto do Cruzeiro, pois, sua segregação socioespacial me inquietava.

Em 2009, trabalhando na Prefeitura Municipal, pude perceber que muitos problemas eram antigos, como, por exemplo, a condição estrutural de imóveis, instabilidade de terrenos, drenagem insuficiente e o risco de inundações periódicas. Grande parte destes problemas datava da implantação dos bairros conforme relatavam os moradores. Essa condição trazia dificuldades ao desenvolvimento e à qualidade da cidade.

Fazia poucos meses que trabalhava na Prefeitura quando a cidade de São Luiz do Paraitinga fora surpreendida pela grande enchente, em 1º de janeiro de 2010. Foi uma tragédia que tivemos de enfrentar e com a qual aprendemos muito. Foi extremamente doloroso e difícil viver os momentos da enchente; das águas inundando a cidade, o desabamento dos imóveis históricos, a destruição e a lama invadindo a cidade. Como também foi um enorme desafio, o pós-enchente! Foram meses e anos de dedicação e trabalho intenso, buscando projetos e recursos para a recuperação, reconstrução e melhorias do município.

Eu, que já tinha o desejo de seguir também a carreira acadêmica, senti a necessidade — após vivenciar todo esse processo — de estudar mais sobre a minha cidade e compreender as implicações da ausência do planejamento no episódio da enchente de 2010. Foi então que ingressei no mestrado da Universidade de São Paulo para o desenvolvimento desta pesquisa.

A princípio, o foco principal seria o processo de expansão da ocupação urbana e suas relações com a enchente. Porém com o andamento do trabalho e, principalmente, após o exame de qualificação, ficou clara a necessidade de colocar a grande enchente como o eixo central da pesquisa. Dessa forma, o trabalho estruturou-se da seguinte maneira:

No segundo capítulo, apresentamos a cidade de São Luiz do Paraitinga, desvendando-a a partir da sua formação e dos aspectos que interferem na sua dinâmica, sejam eles físicos, territoriais, socioeconômicos e culturais, procurando relacioná-los à avassaladora enchente de 2010 que se tornou um forte marco na história dessa cidade.

Quanto aos aspectos físicos e territoriais, destaca-se a localização de São Luiz com suas características determinantes como a presença do Rio Paraitinga — que é um elemento decisivo na cidade — e lhe empresta o nome. Procura-se apresentar também as condições da Bacia Hidrográfica da qual ele pertence. Em seguida, se expõem os aspectos históricos e socioeconômicos que balizaram o município e deixaram heranças como seu reconhecimento como patrimônio histórico e os tombamentos estadual e federal.

A paisagem peculiar de São Luiz do Paraitinga também é apresentada assim como as alterações sofridas por ela no decorrer do tempo, incluída uma descrição de sua situação atual, marcando o período desta pesquisa. No final do capítulo, é enfatizada a importância da cultura tradicional e caipira luizense — ainda mantida e valorizada por sua população.

O terceiro capítulo apresenta a análise de expansão da ocupação urbana que resultou, principalmente, das atividades econômicas desempenhadas no município e que tiveram como consequência os processos demográficos, os quais interferiram na cidade.

Como dito anteriormente, este era um grande anseio de minha parte: compreender como se deram as ocupações das décadas mais recentes e seus efeitos no evento da enchente. Sendo assim, foram identificados os principais conflitos socioambientais e as interferências na paisagem geradas pela expansão desordenada. Primeiro, a partir de dados demográficos obtidos na pesquisa, identificando os agentes da produção da ocupação urbana, e, no segundo momento apresenta-se uma análise territorial dos bairros, compreendendo seu processo histórico, destacando as principais características e os impactos socioambientais. A partir dos mapas elaborados, busca-se compreender sua localização bem como as fases de sua expansão urbana.

O quarto capítulo trata do tema central da pesquisa: a grande enchente de 2010. Esse episódio é o mais marcante na história de São Luiz do Paraitinga até hoje. Este desastre natural de 2010 causou imensa destruição; mas, por outro lado, proporcionou um novo pensar e abriu possibilidades para um desenvolvimento equilibrado da cidade.

Como se trata de um município às margens do Paraitinga e que ao longo de sua história já enfrentou outras enchentes, primeiramente, apresentamos um breve histórico das principais cheias ocorridas antes de 2010. Na sequência é relatado o evento em si, — sob o olhar de quem vivenciou a catástrofe como moradora e arquiteta da Prefeitura Municipal — desde o momento em que as águas começaram a subir até quando da vazão das mesmas e do reconhecimento dos estragos. O terceiro subcapítulo traz as ações que fizeram frente aos danos no período denominado de “Reconstrução”, elencando e discutindo as intervenções urbanas realizadas, classificando-as em ações emergenciais, — que contemplam, por exemplo, as ações de limpeza e as obras em áreas de riscos — e ações de planejamento que determinaram novas diretrizes para a cidade bem como as obras necessárias ao longo prazo.

Considera-se aqui que a recuperação do patrimônio histórico arquitetônico tombado de São Luiz do Paraitinga foi uma das maiores preocupações após a enchente e que se mostrou como um enorme desafio. Dessa forma, esse tema é tratado individualmente no quinto capítulo.

O quinto capítulo traz, a princípio, as medidas de recuperação aplicadas, incluindo aspectos gerais das teorias e das diretrizes gerais adotadas para o caso de São Luiz pelos órgãos de preservação do patrimônio: Condephaat e Iphan.

Após o entendimento das normas e critérios estabelecidos, julgou-se importante discutir as soluções adotadas para alguns imóveis no ensejo de vislumbrar e exemplificar a discussão já posta. Foram elencados os seguintes imóveis: a Igreja Matriz, por se tratar da referência do povo luizense; a Capela das Mercês, que é o templo mais antigo da cidade; a atual Biblioteca Municipal (antigo Grupo Escolar), por ser também uma referência e que pela escolha projetual, causou desconforto na população; e por fim um imóvel particular identificado pelo código do CONDEPHAAT como M26, situado na esquina da Rua Mons. Ignácio Gióia com a Rua Cel.

Domingues de Castro, por ser um imóvel que possui representatividade arquitetônica e de localização importante no contexto urbano, além de ser um exemplo de dificuldade enfrentada para a reconstrução dos imóveis particulares em São Luiz do Paraitinga.

Por fim, no sexto capítulo, apresentam-se as considerações finais, ponderando todo o arcabouço discutido, expondo até mesmo algumas possibilidades para o futuro de São Luiz e deixando um alerta para algumas situações que ficaram sem solução, em especial, a possibilidade de novas enchentes, pois, apesar de todo o investimento, a cidade continua suscetível a tragédias como a de 2010.

2. DESVENDANDO O LÓBULO DO MEANDRO

Neste capítulo, busca-se desvendar questões relacionadas à cidade de São Luiz do Paraitinga a partir da sua formação e dos aspectos que interferem na sua dinâmica, sejam eles físicos, territoriais, socioeconômicos e culturais, procurando relacioná-los à avassaladora enchente de 1º de janeiro de 2010 — um marco na história dessa cidade. O entendimento do processo histórico de sua formação somado ao diagnóstico da situação atual permite analisar a conjuntura da cidade pós-enchente e as ações de reconstrução, bem como, objetivam delinear diretrizes futuras para preservação da paisagem e melhoria da relação entre seu ambiente e a população.

A princípio, o capítulo abrange os aspectos físicos e territoriais, contextualizando a localização geográfica de São Luiz e suas características determinantes como a presença do Rio Paraitinga, que lhe empresta o nome, e as condições da Bacia Hidrográfica à qual ele pertence.

Na sequência, são abordados os aspectos socioeconômicos que envolveram a formação e o desenvolvimento de São Luiz do Paraitinga, especialmente de sua área urbana, como, por exemplo, a herança do período cafeeiro que tem desdobramentos tais como: o tombamento estadual, em 1982 e o tombamento nacional que ocorreu em 2010, logo após a grande enchente.

Como resultado das condições físicas, territoriais e ações socioeconômicas, é apresentada a paisagem peculiar de São Luiz do Paraitinga e as alterações sofridas por ela no decorrer do tempo, incluída uma descrição de sua situação atual.

Por fim, destacam-se os aspectos da cultura tradicional e caipira luizense — ainda mantida e valorizada por sua população.

2.1. Aspectos físicos e territoriais

São Luiz do Paraitinga é uma cidade paulista que se localiza na região do Alto Vale do Rio Paraíba do Sul, nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 23° 13' 23" – S e Longitude: 45° 18' 38" – W.

Os municípios limítrofes são: ao norte, Taubaté, cujo centro urbano dista 45 km do centro de São Luiz; ao sul Ubatuba, a 54 km; ao leste, Lagoinha a 24 km e a oeste, Redenção da Serra a 35 km; e Natividade da Serra, a 65 km. Da capital paulista, dista 171 km por rodovia. O acesso à cidade de São Luiz do Paraitinga se dá pela Rodovia Oswaldo Cruz (SP – 125) que liga Taubaté a Ubatuba.

Atualmente, São Luiz do Paraitinga é um dos 39 municípios que compõem a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVP-LN), instituída pelo Governo do Estado de São Paulo, em 9 de janeiro de 2012. A formação da RMVP-LN tem por objetivo promover o planejamento regional para desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida e também a cooperação entre diferentes níveis de governo mediante melhor articulação e integração para aperfeiçoar os investimentos de recursos públicos destinados à região. Além das ações integradas, cada município também deve prever e realizar ações visando ao planejamento e ao desenvolvimento local.

Figura 1 - Localização de São Luiz do Paraitinga no Vale do Paraíba do Sul Paulista, SP.
Fonte: Emplasa. Adaptação: Natalia Moradei.

Quanto às características físicas, Petrone (1959) aponta que a região onde se situa a cidade de São Luiz do Paraitinga apresenta relevo acidentado. O autor salienta que, entre as cotas 740m e 775m de altitude, é possível distinguir os fundos de vale, particularmente, o do Paraitinga, com superfícies planas, onde surgem terraços de várzeas alveolares parcialmente inundáveis.

Müller (1969) também detalha que o núcleo original da cidade, onde se eleva a Igreja Matriz, implantou-se em planície de sedimentação do rio Paraitinga, correspondendo à margem convexa de um de seus meandros. Informa também que outra parte da cidade está em lado côncavo do meandro, com casas à beira do declive, enquanto que por expansão recente (década de 60) — espremida pela falta de espaço — subiu, ela, parte do Morro do Cruzeiro, uma elevação cristalina com vertente bastante íngreme.

Ainda sobre esse aspecto, o geógrafo Azis Ab'Saber¹ (2010) menciona que São Luiz do Paraitinga “nasceu e se acantonou em um setor do vale do rio de águas claras (Para-i-tinga)”, mais precisamente no fundo de um lóbulo de um largo meandro existente na margem esquerda do Rio Paraitinga. Descreve ainda que, em São Luiz, o Rio Paraitinga faz um largo volteio correspondente ao lóbulo do meandro desenvolvido entre terraços fluviais, encostas e patamares de morros. A várzea meândrica de São Luiz está a aproximadamente 750 metros de altitude, enquanto o estreito e bem marcado terraço — que serviu de base para a Igreja Matriz — está entre 754 e 757 metros de altitude.

¹ AZIS NACIB AB' SABER – filho ilustre de São Luiz do Paraitinga. Geógrafo formado pela USP. Filho de um mascate libanês e de uma brasileira de São Luiz do Paraitinga e criado em meio à roceiros dos quais sua mãe era filha. Mudou-se para São Paulo pouco antes de ingressar na USP no curso de Geografia e História aos dezessete anos. Destacou-se por importantes textos sobre geografia, especialmente em escritos sobre paisagem e o meio ambiente. Azis Ab'Saber faleceu em 16 de março de 2012, em sua casa na região metropolitana de São Paulo, aos 87 anos.

Figura 2 - Componentes físicos de um córrego/ rio, entre eles, o meandro.

Fonte: Gorski (2010, p. 48) Desenho de Flávio Ventura, adaptado de Ann L. Riley.

Considerando a atenção dispensada pelos autores mencionados para a forma de ocupação do sítio de São Luiz, percebemos a importância do Rio Paraitinga. O Rio foi decisivo na localização da implantação do núcleo original da cidade e ainda hoje, é determinante para o entendimento de sua dinâmica e de sua expansão urbana. Além disso, a cidade convive com as cheias do Paraitinga, tendo, portanto, interferência direta na vida do luizense, especialmente, quando essas causam danos, como foi o caso da avassaladora enchente de 2010.

A localização das cidades à beira de cursos d'água não é apenas uma característica de São Luiz do Paraitinga. Müller (1969) identifica — em seu estudo sobre o Vale do Paraíba — um grupo de centros urbanos da região anichados à beira de cursos d'água e cercados por elevações, comprimindo-se em áreas estreitas e limitadas.

O rio historicamente é um formador de vilas e cidades. Gorski (2010) analisa essa condição, afirmando que na seleção do sítio para estabelecer suas aldeias, a lógica norteadora de inúmeras civilizações antigas foi a proximidade com a água, quer seja por razões funcionais estratégicas, culturais ou patrimoniais. Cita civilizações da

Mesopotâmia, egípcias, greco-romanas, orientais, medievais europeias e também dos Estados Unidos, onde, desde a sua colonização, diversas aglomerações se formavam próximo à costa marítima ou aos rios.

No caso do Brasil, Gorski (2010) aponta que não foi diferente. Muitas comunidades têm seu cotidiano associado ou abastecido pelos rios e córregos. Algumas cidades ribeirinhas de grande porte, no Brasil, são: São Paulo, Recife, Blumenau, Porto Alegre. Algumas têm, hoje, nos seus rios que são marcantes na paisagem, um fator de vitalidade e atração turística, mesmo estando poluídos ou alterados.

Desse modo, o Rio Paraitinga é um elemento crucial para o presente estudo sobre São Luiz, bem como compreender o funcionamento do sistema hídrico na região, incluída a bacia hidrográfica da qual faz parte.

2.1.1. A Bacia e Rio Paraitinga

Paraitinga significa, em tupi, “rio de águas claras”. Gorski (2010) relata que através de palavras toponímicas que integram a nossa língua é possível perceber a expressiva relação dos povos nativos do Brasil com a água.

O Rio Paraitinga localiza-se na sub-bacia de mesmo nome que, por sua vez, compõe a importante Bacia do Rio Paraíba do Sul.

Ainda, segundo Gorski (2010), bacia hidrográfica é uma área ou território dotado de declividade, que possibilita o escoamento das águas, que direta ou indiretamente se dirigem para um corpo de água central. A bacia fluvial contém vales sulcados por um rio principal e seus tributários, que podem formar outras bacias ou sub-bacias. Os recursos hídricos disponíveis na região — para atendimento dos diversos usos e necessidades — possuem como fonte os depósitos subterrâneos e o escoamento superficial do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes.

A bacia hidrográfica vem sendo utilizada como unidade de planejamento dos recursos hídricos, e até mesmo em outros estudos, geralmente, se mostra mais eficaz que o planejamento a partir de unidades administrativas como os limites de

bairros ou municípios, os quais, muitas vezes, não abrangem todos os aspectos necessários ao entendimento e a aplicação de políticas públicas. No entanto, como muitos planos ainda seguem os limites administrativos, sobre uma mesma bacia podem incidir planos e normas estabelecidos em diferentes escalas: Federal, Estadual e Municipal. Entre eles, os Planos Diretores Municipais e os Planos Diretores de Macrodrenagem como no caso do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Rio Paraitinga (PDM, 2012), elaborado após a enchente que devastou a cidade em 2010.

A Bacia do Rio Paraitinga possui uma área de 2413 km², atravessando 11 municípios da região do Vale do Paraíba paulista. A nascente do Rio Paraitinga localiza-se no município de Areias, a uma altitude de 1800 metros, na porção elevada da Serra do Mar, denominada Serra da Bocaina. Por causa da conformação do terreno e das configurações geológicas e geomorfológicas da região, o Rio Paraitinga apresenta diversos afluentes. Desde sua nascente, ele percorre 166 km até se juntar ao Rio Paraibuna para formarem o Rio Paraíba do Sul, na altura da cidade de Paraibuna. (PDM, 2012)

Figura 3 – Nascente do Rio Paraitinga e trecho da cabeceira no município de Areias.
Foto: José Assis, 2015.

Figura 4 - Perfil do talvegue do Rio Paraitinga.

Fonte: PDM (2012), organização Natalia Moradei.

De acordo com o Plano de Bacias do Paraíba do Sul (2009-2012), a área em que está localizada a bacia do Rio Paraitinga é denominada como Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI 02) e está subdividida em alguns compartimentos, um deles, Região das Cabeceiras - A (CP1-CAB-A), que inclui as bacias dos rios Paraitinga e Paraibuna. Na UGRHI 02 estão localizados três grandes reservatórios e entre eles, o sistema Paraibuna/Paraitinga.

De acordo com o PDM (2012), os reservatórios de Paraibuna/Paraitinga têm como principais finalidades: o abastecimento de água, a regulação de vazões de cheias e a geração de energia. Eles regulam a vazão do Rio Paraíba do Sul, responsável pelo fornecimento de água para várias cidades do Vale do Paraíba e do Estado do Rio de Janeiro, incluída sua capital. Ademais, o controle de vazões proporcionado pelos reservatórios Paraibuna e Paraitinga é de suma importância para o controle de enchentes nas cidades ao longo do Vale do Paraíba.

Porém, este sistema também enfrenta a grave crise hídrica como as das secas em 2014 e 2015, momento em que os órgãos do governo Estadual e Federal estudam outras ações que incluem obras estruturais, a fim de reverter ou minimizar o problema, tais como a transposição do Rio Jaguari.

Figura 5 - Bacia do Rio Paraíba do Sul-SP (UGRHI-2) e Região da Bacia do Paraitinga CP1-CAB A com destaque para o município de São Luiz do Paraitinga.

Fonte: SMA (2010). Adaptação: Natalia Moradei.

Todo ecossistema fluvial natural está estruturalmente ligado às condições geográficas e climáticas características da região onde se encontra.

Com relação ao clima, na região, predomina o tropical de altitude com temperaturas entre 17° e 22°, influenciado pela massa de ar tropical atlântica que provoca chuvas mais intensas no período do verão e médias anuais de 1500 mm. A precipitação atmosférica é a principal responsável pela reposição dos recursos hídricos, garantindo o escoamento superficial e a recarga de aquíferos subterrâneos. Parte desta água retorna à atmosfera por meio dos fenômenos de evaporação, transpiração e evapotranspiração, que ocorrem através do solo, da superfície da água nos rios e espelhos d'água e dos seres vivos em geral como descreve o PDM (2012).

Conforme o Plano de Bacia do Paraíba do Sul (Fundação Coppetec/AGEVAP, 2007), a vegetação atual dos municípios inseridos na bacia do rio Paraitinga é constituída predominantemente de pastagens manejadas e áreas degradadas por causa de mau uso destas terras. A floresta estacional semidecidual — que ocupava a maior parte da bacia — foi a mais destruída. Da área de abrangência

da floresta ombrófila, existem ainda remanescentes expressivos, por situarem-se em regiões de relevo acidentado e úmidos como na Serra do Mar, por exemplo. (PDM, 2012)

Ainda segundo o Plano de Bacia do Paraíba do Sul (Fundação Coppetec/AGEVAP, 2007), os municípios de Cunha, Guaratinguetá, Paraibuna e Natividade da Serra apresentam entre 10% e 20% de seus territórios com florestas naturais. São Luiz do Paraitinga e Lorena apresentam-se com percentuais de cobertura florestal entre 5% e 10%, ou seja, ambientalmente mais degradados.

Ranzini et al. (2004) afirmam que bacias como essas, onde ocorreu o corte raso da cobertura vegetal, sofrem um aumento significativo do volume de vazão, redução do tempo de pico, aumento das áreas de saturação e consequente potencialização do escoamento superficial. Sendo assim, com certeza, esse fator foi grande contribuinte para a enchente devastadora de 2010.

Explicando esse fenômeno, Gorski (2010) afirma que, em uma bacia não impactada, as águas pluviais são interceptadas pela vegetação, em geral, propiciando a infiltração de grande parte desse volume. No entanto, quando a capilaridade se reduz, dá-se o encurtamento do ciclo hidrológico, ocasionando a contribuição concentrada de deflúvios e propiciando a incidência de inundações como a que ocorreu em São Luiz do Paraitinga.

Algumas das atividades econômicas desenvolvidas na região do Vale do Paraíba — como veremos mais à frente — possuem ligação direta com a alteração e redução da vegetação e, conseqüentemente, se tornaram fatores de contribuição para a ocorrência de enchentes.

O PDM (2012) indica que, no município de São Luiz do Paraitinga, a porção preservada de vegetação (que tem importante papel no ecossistema) é composta por uma Unidade de Proteção Integral — Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual Serra do Mar (NSV-PESM) —, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), o Sítio Primavera.

De acordo com o portal² do PESP, o NSV foi implantado em 02 de maio de 1989, por meio de desapropriações das fazendas Santa Virgínia e Ponte Alta.

² Informação disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/parque-serra-do-mar-nucleo-santa-virginia/sobre-o-parque/>. Acesso em 02 julho 2015.

Atualmente, possui uma área de 17.500ha, sendo 68% de domínio público e 32% de áreas particulares. A sede administrativa do NSV-PESM e de mais três bases de proteção e pesquisa localizam-se no município de São Luiz do Paraitinga.

O objetivo fundamental do NSV é proteger parte da maior porção de florestas intactas do Vale do Paraíba. Além disso, preserva também o Rio Paraibuna, que é formado por diversas cachoeiras e corredeiras muito visitadas por turistas em busca de aventura e da prática de rafting em águas límpidas e despoluídas. O NSV possui ainda seis trilhas abertas ao público.

O Parque Estadual da Serra do Mar, criado pelo Decreto Estadual nº 10.251, de 30 de agosto de 1977, é a unidade de conservação com maior área de florestas do domínio do Bioma Mata Atlântica no Brasil. Em 2010 através do Decreto Estadual 56.572/10 essa Unidade de Conservação foi ampliada, passando a ter 332.680 hectares. Com isso, desempenha um papel importante na manutenção da diversidade biológica deste ecossistema.

Porém, como já relatado, sua área — que preserva os principais remanescentes de floresta ombrófila da Bacia do Paraíba do Sul — representa apenas uma pequena porção em relação ao território da região que expõe vulnerabilidades e problemas já estabelecidos, os quais requerem atenção para a melhoria do quadro atual, bem como a adoção de ações preventivas e mitigadoras para que se alcance o uso sustentável dos recursos naturais.

Portanto, a sub-bacia do Paraitinga é de fundamental importância e contribuição não apenas para São Luiz e demais municípios que percorre, mas também para a toda a região do Vale do Rio Paraíba e dos estados que dele dependem, em especial, o Rio de Janeiro.

Após a grande enchente de 2010, além da elaboração do Plano de Macrodrenagem, foram desenvolvidos alguns trabalhos visando ao planejamento ambiental da Bacia do Paraitinga. Um deles foi o diagnóstico da sub-bacia do Rio do Chapéu, importante afluente do Paraitinga no território de São Luiz, que corta, inclusive, a área urbana do Distrito de Catuçaba.

A área da Bacia do Chapéu compreende 206 km² e se mostra muito ramificada; já, o comprimento do canal principal, é de 29,5 km. Suas altitudes variam

de 700m a 1700m, sendo que aproximadamente 50% dessa bacia ficam entre 900m e 1100m.

De acordo com AKARUI³ (2013), a Bacia do Rio do Chapéu apresenta alta vulnerabilidade ambiental. Ela é cortada por mais de 210 km de estradas não pavimentadas e 24 km, pavimentadas; sendo que grande parte dessas vias está localizada próximo à rede de drenagem. O solo frágil, a suscetibilidade à erosão e as condições de manutenção da extensa malha viária são grandes contribuintes de carregamento de solo para os cursos d'água. Com relação ao uso do solo na bacia destaca-se que 37% são mata ou capoeira e 34% voltados à pastagem. A plantação de eucalipto representa apenas 4%, porém tem crescido e pode gerar mais problemas ambientais.

A declividade do Rio do Chapéu é mais alta que a do Paraitinga, o que torna sua vazão mais rápida. Além disso, a conformação no deságue no Paraitinga favorece a vazão do Chapéu. Ou seja, em um momento de cheia do Rio do Chapéu, isto implica numa diminuição da velocidade do Paraitinga, provocando quase um “represamento”. Em 1996, uma forte cheia atingiu a cidade de São Luiz do Paraitinga, e a principal causa apontada foi a enchente do Rio do Chapéu. Na catástrofe de 2010, isso não foi o fator principal, mas, tanto os técnicos como agentes locais — que possuem conhecimento empírico desses dois rios — concordam que foi um fator contribuinte. No PDM (2012, p. 53), apontou-se que:

Sobre estes resultados pode-se inferir: a influência do Chapéu nos níveis obtidos no trecho do Centro Histórico reflete-se num aumento de 0,15 metros no nível d'água na seção da Passarela, entre as condições de não concomitância e concomitância de picos de vazões no ribeirão do Chapéu e no rio Paraitinga, para a vazão de restrição de 115 m³/s. Para a vazão com TR de 100 anos, a influência do Chapéu nos níveis obtidos no trecho do Centro Histórico reflete-se num aumento de 0,47 metros no nível d'água na seção da Passarela, entre as condições de não concomitância e concomitância de picos de vazões no ribeirão do Chapéu e no rio Paraitinga.

³ AKARUI - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público sem fins lucrativos, ou OSCIP, que tem por missão investir na qualidade de vida e no desenvolvimento humano, com ênfase no envolvimento comunitário, através de práticas socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. A Akarui atua por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, através da doação de recursos físicos, humanos e financeiros; prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e termos de parceria, contratos ou convênios com órgãos do setor público que atuam em áreas afins. Disponível em: <http://akarui.org.br/instituicao>. Acesso em: 2 julho 2015.

Figura 6 - Entroncamento do Rio Chapéu com o Rio Paraitinga.

Fonte: Base Google Earth. Adaptação: Natalia Moradei.

Outros projetos visam, além do diagnóstico, também à recuperação da Bacia do Paraitinga. Um deles é o Projeto “Semeando Sustentabilidade”, também da AKARUI, que recuperou 160 hectares nos municípios de São Luiz e Natividade da Serra.

A Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo — por meio do projeto “Clima e Biodiversidade da Mata Atlântica” — prevê a recuperação e a conservação florestal na Bacia do Paraitinga, com foco no município de São Luiz visando à mitigação dos impactos da degradação causada pela enchente de 2010. Já o “Projeto Nascentes”, iniciativa da mesma Secretaria, tem a Bacia do Paraíba do Sul, especialmente a sub-bacia do Chapéu, definida como uma de suas áreas prioritárias, com o objetivo de manter e recuperar as matas ciliares que protegem e limpam suas águas. Afirmando assim que essas áreas têm grande importância para a conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade.

Além dos projetos de recuperação veremos — no capítulo dedicado a grande enchente — que no Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Paraitinga, foram propostas ações estruturais para que minimizassem os efeitos das cheias no município de São Luiz. Entre elas, a retificação da foz do Chapéu para facilitar o deságue e a vazão do rio Paraitinga.

2.2. Aspectos socioeconômicos

2.2.1. Contexto do Vale do Paraíba do Sul

Para entender a formação de São Luiz do Paraitinga, faz-se necessária a compreensão da urbanização do Vale do Paraíba que se constitui em uma das mais antigas áreas de ocupação do Estado de São Paulo. A conquista do Vale do Paraíba pelos europeus e seus descendentes teve início na primeira metade do século XVII como parte do processo de expansão dos habitantes da Província, desenvolvida em torno de São Paulo de Piratininga.

Segundo Müller (1969), seu desencadeamento parece ligar-se a três fatores principais: política de ocupação através da doação de terras, procura de jazidas minerais e o estabelecimento de ligação com o litoral norte da Província. Mas esses fatores tiveram, a seu favor a posição geográfica do Vale e a condição de miséria dos paulistas que se dispuseram a embrenhar-se pelos sertões, abrindo caminhos e buscando riquezas enquanto ainda se tolerava o preamento de índios.

O início efetivo se deu quando a Condessa de Vimieiro⁴, em 1628, concedeu a primeira sesmaria na região a Jaques Félix e seus dois filhos. Mas foi em 1645 que o neto dele (que tem o mesmo nome), cumpriu as determinações e fundou o primeiro núcleo urbano: a vila de São Francisco das Chagas de Taubaté. Taubaté passou a funcionar como centro de irradiação de povoamento. Outra vila que contribuiu para esse povoamento da região foi Mogi das Cruzes, dando origem a Jacaré e ao aldeamento de Nossa Senhora da Escada.

Müller (1969) considera que, no fim do século XVII, a região já possuía três vilas (Taubaté, Jacaré e Guaratinguetá), dois povoados ligados ao patrimônio religioso (Pindamonhangaba e Tremembé) e dois aldeamentos indígenas (Nossa Senhora da Escada e São José). Observa ainda que esses núcleos eram limitados ao vale médio-superior do Paraíba.

⁴ Condessa de Vimieiro – D. Mariana de Souza da Guerra, condessa e donatária da Capitania de São Vicente.

A descoberta das Minas Gerais dos Cataguás abriu nova etapa na história do Vale do Paraíba, no então chamado “Sertões de Taubaté”. Graças a sua localização, a região se transforma na principal área paulista de abastecimento das Minas Gerais. No século XVIII, esse Vale tem cada vez mais sua vida condicionada pelas vias de circulação. Enquanto o curso médio do rio ganha importância, as ligações entre as áreas mineradoras e o litoral provocaram o aparecimento de vias transversais, trazendo novas possibilidades à ocupação e ao povoamento. Tal foi o caso de São Luiz do Paraitinga.

Na segunda metade do século XVIII, o Vale viveu um momento de florescimento de núcleos urbanos. No entanto, esses núcleos tinham dificuldade para se desenvolver. Era uma região não produtiva e sem infraestrutura. As áreas mais desenvolvidas e ricas ficavam próximas à capital da Província no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais, com a riqueza trazida pela mineração. Lemos (2014) considera que o único mérito de São Paulo era ser capital da região que descobriu o ouro (informação verbal)⁵. Com o declínio do ouro, houve um refluxo de Minas para o Vale do Paraíba. Somente com a entrada do café no Estado de São Paulo, os núcleos viveram o momento de enriquecimento e de desenvolvimento, pois, o chamado “ouro verde” trouxe o tão esperado progresso.

Para Müller (1969), há dúvidas no que diz respeito ao local por onde a cafeicultura fora introduzida no Estado de São Paulo. Porém, há consenso de que a região do Vale do Paraíba foi a pioneira nessa atividade. A atração da cultura do café fez com que o Vale fosse amplamente ocupado, mas não de forma ou intensidade homogêneas.

⁵ Informação fornecida pelo Prof. Carlos Alberto Cerqueira Lemos durante aulas da disciplina Arquitetura do Café, no curso de Pós Graduação da FAU-USP, 1º. Sem. 2014.

Figura 7 - Esquema da invasão cronológica do café com destaque para o Vale do Paraíba.
 Fonte: Milliet (1982). Adaptação: Natalia Moradei.

Enquanto alguns núcleos surgiam, outros ganhavam posição na hierarquia administrativa. Com a necessidade de escoamento da produção de café, chega, nessa época também, a Estrada de Ferro. Lemos (2014) recorda que o café foi responsável pela criação de cidades, pela implantação de estruturas viárias que propiciaram acessibilidade, por uma alteração na organização social e, também, na arquitetura urbana e rural, tanto no que diz respeito aos programas das edificações como nas técnicas construtivas, materiais e estilemas (informação verbal) ⁶.

Milliet (1982, pg. 24) destaca que:

Atrás do café e por vezes à sua frente penetram as ferrovias. Com elas os colonos estrangeiros e o comércio semi-sedentário. Cidades erguem-se, crescem rápidas, sem tempo suficiente para tomar pé, sem raízes bastante para resistir desde logo às vicissitudes da marcha vertiginosa e fadigante.

Encerrada a fase áurea do café, a região do Vale do Paraíba contava com: 15 cidades, 10 vilas, 5 freguesias e 2 povoados. Com a decadência e o abandono da cafeicultura, novamente, no fim do século XIX, veio a necessidade de buscar outras

⁶ Informação fornecida pelo Prof. Carlos Alberto Cerqueira Lemos durante aulas da disciplina Arquitetura do Café, no curso de Pós Graduação da FAU-USP, 1º. Sem. 2014.

formas de produção. Nas áreas rurais, houve a substituição dos cafezais por pastagens e os principais centros urbanos do Vale do Paraíba viram, como em todo país, a possibilidade da industrialização.

As primeiras indústrias surgiram já nas últimas décadas do século XIX. E no século XX, a região industrializou-se rapidamente. Hoje, existem pólos industriais, automobilístico, aeroespacial/aeronáutico, bélico, metal-mecânico, nuclear e siderúrgico, entre outros. Além disso, a região possui inúmeras unidades de ensino superior nos centros desenvolvidos que fomentam o desenvolvimento tecnológico e científico da região.

Porém, os municípios de pequeno porte ainda hoje têm sua economia fundamentada na agropecuária. Alguns dos principais produtos da região são: o arroz, a produção de leite que vem decaindo, mas ainda tem representatividade e o eucalipto. As cidades de pequeno porte também têm buscado uma oportunidade com o turismo, aproveitando a tendência de esportes de aventura e tirando partido das belezas naturais com passeios ecológicos.

2.2.2. A “Imperial” São Luiz do Paraitinga

A partir desse panorama da região, podemos compreender melhor a cidade — objeto de estudo — à qual iremos focar a partir deste momento. A ocupação de São Luiz do Paraitinga pode ser compreendida a partir de três momentos: o primeiro, ocupado pelos índios; o segundo, pelos bandeirantes; e por fim, a fundação oficial como povoado.

A região de São Luiz do Paraitinga era isolada, recoberta pela vegetação da Mata Atlântica, e, até o início do século XVI, segundo Ortiz (1988), estava ocupada pelos ferozes índios Muiramonis, da etnia Tupi-Guarani. Em decorrência dos combates com os Tamoios — expulsos pelos portugueses do litoral, entre outras tribos — no final do mesmo século, o território luizense passou a ser habitado pelos índios Puris, considerados pelos brancos como sendo índios de boa índole e medrosos.

Campos (2011), como já nos referimos, destaca que o primeiro núcleo colonizador do Vale do Paraíba foi Taubaté, fundado pelo bandeirante Jacques Félix e elevado à categoria de vila em 5 de dezembro de 1645. Em meados do século XVII, o atual município de São Luiz era apenas um bairro de Taubaté. De acordo com Saia e Trindade (1977), o Vale do Paraíba, no fim do século XVII, era a região mais povoada da Capitania de São Paulo e era, também, a região mais fértil e por onde se faziam os roteiros das bandeiras⁷.

O início efetivo da ocupação do sítio de São Luiz do Paraitinga, por descendentes dos europeus, ocorreu em 5 de março de 1686, quando foi autorizado aos bandeirantes taubateanos — capitão Mateus Vieira da Cunha e João Sobrinho de Moraes — “bater índios e devastar os sertões e explorar minas nos Sertões de Parahitinga”. (CESAR, 1921).

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, São Luiz do Paraitinga se tornou um entreposto importante, pois o ouro levado de Taubaté para Ubatuba era taxado no bairro que, até hoje, é denominado Registro, localizado na cidade de Taubaté. Dessa forma, o caminho que passava pela povoação de São Luiz foi gradativamente se consolidando.

Na mesma época, foram concedidas sesmarias na região, porém, estas foram logo abandonadas e tornaram-se objeto de posse de moradores que nelas adentraram na primeira metade do século XVIII. A ocupação das terras se fez por meio de posseiros que, ao longo do tempo, se tornaram proprietários. (PETRONE, 1959).

São Luiz do Paraitinga, na segunda metade do século XVIII, era um povoado consolidado de fato, mas ainda não de direito. Isto só ocorreu quando o Morgado de Mateus⁸, governador geral e capitão-general de São Paulo, em 8 de maio de 1769, deu autorização para a fundação do povoado, cujo nome de batismo foi Vila Nova de São Luís do Paraitinga, com Nossa Senhora dos Prazeres como padroeira.

⁷ Bandeiras – expedição armada organizada por particulares (bandeirantes) em busca de riquezas e escravos na época do Brasil Colônia. Pode-se considerar que foram os verdadeiros “descobridores” do Brasil. Os bandeirantes foram responsáveis pelo estabelecimento de muitos povoados que se tornaram cidades, porém, estas expedições também foram marcadas pela violência contra os indígenas, que foram praticamente dizimados e utilizados no trabalho forçado como verdadeiros escravos. (InfoEscola: Navegando e Aprendendo. Disponível em <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/bandeirantes/>> Acesso em 27 de jul. de 2013.)

⁸ Morgado de Mateus – Capitão-general Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, nobre herdeiro da Casa de Mateus em Portugal. Nomeado pelo Marquês de Pombal, primeiro-ministro do rei D. José I. (Campos, 2011, p.23)

Posteriormente, em 31 de março de 1773, o povoado de São Luiz do Paraitinga foi elevado à categoria de Vila, o esquema apresentado por Müller (1969) já o apresenta nessa categoria, sendo um dos destinos das correntes de povoamento.

Figura 8 - Esquema das Vilas formadas e das correntes de povoamento no Vale do Paraíba, séc. XVIII.
Fonte: Müller (1969, p. 18)

Assim, de acordo com o Dossiê São Luiz do Paraitinga⁹ (IPHAN, 2010), os pressupostos de cidade regular, o traçado ortogonal, os desenhos e prescrições do governador Morgado de Mateus para esta ocupação seguiram valores e ideais que marcaram a gestão do Marquês de Pombal¹⁰. São Luiz é, hoje, no Brasil, um dos exemplos urbanos mais representativos dessa época.

O conjunto urbano-arquitetônico e paisagístico de São Luiz do Paraitinga é paradigmático. O urbanismo “ilustrado” é característico da “Era Pombalina”. As

⁹ Documento elaborado pelo IPHAN SP para subsidiar a salvaguarda do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga, após a grande enchente de 2010. O documento expõe o estudo que avalia o significado histórico do plano urbano, as transformações e caráter da sua morfologia, como também da configuração tipológica das construções e dos espaços abertos, e a partir destes a pertinência do tombamento nacional e da regulação da sua área de preservação. (IPHAN, 2010 pg. 11)

¹⁰ Marquês de Pombal - Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal (Lisboa, 13 de maio de 1699 – Pombal, oito de maio de 1782) foi um nobre, diplomata e estadista português. Foi secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777), sendo considerado, ainda hoje, uma das figuras mais controversas e carismáticas da História Portuguesa. (WIKIPEDIA, consulta em 12 de julho de 2014)

fundações realizadas neste período na Capitania de São Paulo são articuladas a um plano territorial (econômico, social e político) com claro viés fisiocrático. (IPHAN, pg. 24)

Como documento e como obra, o conjunto arquitetônico tradicional de São Luiz do Paraitinga tem uma dimensão brasileira e ibérica. Dentre as cidades fundadas por ação do Morgado de Mateus, São Luiz preencheu e consolidou o plano regular logo no decorrer da década de 1830, antes de outras cidades criadas na mesma época. Entre 1850 e 1870, São Luiz estendeu o seu traçado e ganhou grandeza na arquitetura. (IPHAN, pg. 25)

Este desenho urbano concebido foi consolidado e dominante na cidade, estando visível até os dias atuais, podendo ser identificado, por exemplo, no quadrilátero da Praça Dr. Oswaldo Cruz.

Figura 9 - Desenho de São Luiz do Paraitinga, datado de 1850.

Fonte: Dossiê do IPHAN sobre São Luiz do Paraitinga

Além do povoado planejado, o plano de Morgado de Mateus incluía o ordenamento das práticas agrícolas para favorecer a sedentarização da população e

eliminar a agricultura itinerante (SCHMIDT, 1951).

Como já dissemos antes, não se sabe ao certo por onde o café adentrou o Estado, mas, na obra “O Roteiro do Café”, o autor Milliet (1982) relata que o livro de Gustavo Koenigswald indica que os primeiros municípios produtores de café foram: Ubatuba, Bananal e São Luiz do Paraitinga — apesar de esta referência ser de pouca visibilidade.

Em outros estudos, prevalece que em São Luiz do Paraitinga mesmo no auge do período cafeeiro, a produção agrícola se concentrou na policultura de alimentos para abastecimento do mercado e da região. Enquanto os municípios vizinhos lideravam a produção de café na Província de São Paulo, os produtos agropecuários de destaque, em São Luís do Paraitinga, eram: o feijão e o milho. O município foi cognominado como o “Celeiro do Vale”, pois, era daí que saía grande parte dos gêneros que abasteciam outros municípios da região, cujas terras estavam tomadas pela monocultura do café. (TRINDADE, 1977)

Apesar disso, não deixou de ser representativa a produção de café do em São Luiz como atestam as muitas sedes de fazendas — em sua maioria de porte médio — que remanescem nesse território.

Nos dados de Milliet (1982) é possível observar que São Luiz do Paraitinga chegou a produzir 41.000 arrobas de café em 1854, mas, logo a produção caiu. A população chegou a 25.116 pessoas, em 1920, e decaiu posteriormente.

Os principais edifícios do chamado Centro Histórico foram construídos durante o período do auge do café no Vale do Paraíba, na metade do século XIX. As igrejas, sobrados e casarões senhoriais formam um dos maiores núcleos arquitetônicos preservados no Estado de São Paulo. “São edificações que se destacam pela homogeneidade, pela regularidade e simetria, em consonância com o plano da cidade estabelecido e normatizado desde a fundação”. (IPHAN, 2010 pg.19)

Os imóveis que formam o conjunto arquitetônico de São Luiz do Paraitinga obedeceram ao código de posturas da Câmara Municipal, do qual destacamos: o art. 1º da Postura de 1834 que aponta “os edifícios serão levantados de taipas, madeiras ou pedras, e as casas terão 18 palmos de altura para cima e as de sobrado 34...”. Já na Postura de 1854, folha 20, § 1º:

(...) os pés direitos nunca terão menos de 18 palmos da soleira à sacada do telhado, e sendo de sobrado poderão ter os pés direitos de 16 palmos sendo sempre as soleiras levantadas da terra pelo menos 1 palmo, e calçada de pedra.

O atendimento dessas posturas produziu um conjunto homogêneo no que diz respeito, principalmente, às técnicas empregadas e à altura das edificações, mas, além disso, o casario obedece a um ritmo de aberturas que torna o ambiente ainda mais harmônico.

As técnicas mais utilizadas na construção das casas de São Luiz do Paraitinga foram: para as paredes externas, e, em uma parede interna de travamento, a taipa de pilão; nas paredes internas, divisórias de pau-a-pique. Já nas construções mais volumosas, aparece a pedra entaipada, talvez, por uma precaução a enchente de 1863, que destruiu alguns imóveis de taipa de pilão. A alvenaria de tijolos também está presente em alguns levantamentos, provavelmente, já como uma solução posterior.

As coberturas são sempre executadas com estrutura de madeira e telhas cerâmicas, do tipo capa e canal. Os pisos do térreo são em ladrilho hidráulico ou piso cerâmico e o pavimento superior, com assoalho de madeira. As esquadrias também são de madeira, sendo a janela de guilhotina muito comum.

O térreo, na maior parte dos casos, tinha função de acesso e depósito, quando a opção de partido era o sobrado. Luís Saia, no estudo de São Luiz do Paraitinga, elaborado pela Secretaria de Cultura (1982), destaca que esse desprezo pelo nível do chão não era estranho considerando a enchente de 1863 que inutilizou a primeira cadeia pública.

Um exemplo importante deste período — tanto pelo aspecto arquitetônico, quanto da situação social e econômica do município — é o casarão do Barão do Paraitinga¹¹, sobrado construído com as características acima mencionadas, localizado na Praça Dr. Oswaldo Cruz, nº 6. Na bandeira de ferro trabalhado na sua porta principal, acima das iniciais do Barão, está esculpida uma flor de lírio, símbolo da nobreza imperial.

¹¹ Barão do Paraitinga – Manoel Jacinto Domingues de Castro (1810-1887), nascido em São Luiz do Paraitinga. Recebeu o título de Barão de D. Pedro II, em 17 de maio de 1871. Era um dos chefes políticos mais respeitados na Província de São Paulo. Foi deputado e vice-presidente da Assembleia e ainda comandante do Estado Maior do 14º Batalhão da Guarda Nacional, sediado na cidade e baluarte do Partido Conservador. (Campos, 2011, p. 31)

O conjunto urbano e a paisagem de São Luiz do Paraitinga até hoje nos causam a sensação de que estamos visitando o passado, tal como descreve SHIRLEY (1977, p.19) em sua passagem pela cidade:

Senti que não só tinha galgado a íngreme e cansativa serra do Quebra Cangalha, que dificultava o acesso às tropas de viajantes do Vale do Paraíba ao planalto, mas também havia ultrapassado a muralha do tempo, mergulhando abruptamente no século XVIII.

Milliet (1982) destaca que antes da derrocada do café já fora necessário buscar a sobrevivência, cidades que estavam às margens da ferrovia e em situação geográfica favorecida criaram raízes e catalisaram o movimento migratório como Taubaté; outras quase desapareceram, e neste caso, o autor cita São Luiz do Paraitinga.

Com a decadência do café no Vale do Paraíba, a economia da sub-região do Alto Vale do Paraíba buscou a recuperação com a pecuária, principalmente, a leiteira. A produção agrícola decaiu e do início da década de 1930 até os anos de 1940, sucessivas levas de migrantes mineiros, estimulados pelo baixo preço da terra, trouxeram para o Vale do Paraíba a criação de gado leiteiro. (CAMPOS, 2011).

É possível afirmar que, após a agricultura de subsistência e a era do café, mais uma vez a economia promoveu uma grande mudança na paisagem do município, pois a pecuária causou grande impacto, já que removia inteiramente a floresta. Com o fortalecimento da pecuária leiteira, construíram-se propriedades organizadas em áreas de pastagem. A floresta era lugar de extração de madeira, caça, cipós, remédios. (SILVEIRA, 2009). Essas informações também são confirmadas por Ab' Saber (1990) que ainda considera essas atividades como um agroecossistema vulnerável e de rentabilidade efêmera. Essas informações explicam a situação da condição atual da bacia, pois todas as atividades aí implantadas geraram impacto negativo e devastação da cobertura vegetal original.

A atividade da pecuária reflete também na caracterização da industrialização nas cidades do Vale do Paraíba. Müller (1969) verifica que o beneficiamento de produtos agropecuários refere-se à fase mais antiga de industrialização na região e corresponde a pasteurização e frigorificação do leite, identificado como importante produto regional. Sendo assim, São Luiz ficou

caracterizada como uma cidade monoindustrial devido à existência de um estabelecimento, a empresa Vigor, a autora destaca que a mesma empregava na época pouca mão-de-obra.

Confirmando essa análise, a atividade da pecuária repercutiu também nas características populacionais. Como requer pouca mão-de-obra, conseqüentemente, fez decair a população do município. (PETRONE, 1959). O êxodo rural aumentou provocando a dependência e o crescimento da zona urbana.

O Plano Diretor do Reservatório de Paraibuna (1992) — estudo desenvolvido logo após a criação dessa represa — apresentava a pecuária como principal atividade econômica do Alto Paraíba, porém, informava que já estava em acentuado declínio. Na ocasião, a pecuária leiteira ocorria em 58% do número total de estabelecimentos rurais e ocupava 69% de suas terras, representando 29% do total da produção de leite do Estado. A região mostrava-se como uma importante bacia leiteira. Nesse cenário a silvicultura aparecia em apenas 1% do total de estabelecimento no Alto Vale, representando 11% do total das terras rurais, mas já apresentando valor de produção próximo do obtido com a pecuária e a lavoura. O estudo apontava ainda que essa atividade despontava, principalmente, no município de São Luiz do Paraitinga. Como sabemos, mais tarde, essa atividade alcançou grande escala e tomou conta do município e da Bacia Hidrográfica do Rio Paraitinga.

Na zona rural, as propriedades tiveram seus usos modificados, com muitos sítios de lazer e, também, plantações de eucalipto em grandes fazendas ou em áreas arrendadas. Por sua vez, a extensa produção de eucalipto interferiu diretamente na paisagem geral do município, impactando, até mesmo, o centro histórico da cidade, pois algumas fazendas se localizam no entorno da área urbana. Segundo Ab' Saber (2010), essas plantações tendem a encarcerar as pequenas cidades no Alto Paraíba. A monocultura do eucalipto gerou ação civil pública na última década, resultando em restrições no plantio e no transporte desse produto no território municipal. A lei municipal nº 1.347 de 2010, que regulamenta o Plano Diretor Participativo de São Luiz do Paraitinga, estabeleceu limites para o seu plantio, como por exemplo, um raio de proteção de 2 km a partir do Centro Histórico.

Após as fases econômicas baseadas nas questões rurais, agrícolas e pecuárias, o município viveu o despertar para o turismo. Um dos fatores que

influenciaram essa atividade foi o tombamento, em 1982, do Centro Histórico pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), órgão estadual. Naquele momento, houve uma preocupação com a manutenção do patrimônio histórico que, devido à estagnação econômica do fim do século XIX até o fim do século XX, proveniente também do distanciamento das vias de transporte e da industrialização, permanecia preservado. Como destaca LEMOS (2013, p. 113):

Parece um contrassenso, mas o abandono conserva. A estagnação econômica de certas regiões e o seu esvaziamento, enfim, a falta de recursos deixa abandonada e sem uso uma série grande de construções. Assim largadas, guardam anos e anos suas feições originais esperando as providências conservacionistas do governo.

No plano de revitalização do Centro Histórico elaborado pelo arquiteto Ruy Otake, constante do estudo de tombamento estadual em 1982, estão presentes a visão do desenvolvimento através do turismo e ações que visavam também à proteção paisagística e ambiental da área envoltória. No entanto, tais diretrizes paisagísticas e ambientais no entorno tombado não foram na prática implantadas.

Outras ações de reconhecimento à cultura luizense, aos atrativos naturais (como o NSV-PESM, citado anteriormente), além do patrimônio arquitetônico — já tombado — contribuíram para a consolidação de sua vocação turística. São Luiz do Paraitinga recebeu o título de Estância Turística com a aprovação da Lei nº 11.197 em 5 de julho de 2002. Desde então, através de recursos oriundos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento de Estâncias (DADE), houve a valorização do patrimônio histórico e melhorias na infraestrutura urbana, o que propiciou mais qualidade à atividade turística e impulsionou investimentos privados neste setor.

Porém, há alguma ressalva a ser feita ao processo de fomento ao turismo: a comunidade, em geral, ficou à margem dessas atividades, pois, a maior parte da população não foi inserida no processo e não se sente responsável ou atuante nesse setor. Mas, mesmo diante dessa situação, em 2009, São Luiz do Paraitinga crescia economicamente com os segmentos de turismo: cultural, de aventura e ecoturismo.

Por outro lado, o turismo trouxe alguns impactos negativos para a cidade em determinadas festividades como o carnaval, quando uma massa invade a cidade, pois são mais de 100 mil pessoas que aí comparecem em apenas quatro dias.

A visibilidade e a valorização do conjunto arquitetônico levaram muitos a fazerem reformas e melhorias nos imóveis. Porém, muitas alterações são espúrias e não tiveram autorização dos órgãos competentes. Por exemplo, nesse período, a cidade se tornou mais colorida, pois muitos proprietários pintaram os imóveis no Centro Histórico com cores “berrantes”, algo que retrata a alegria e a cultura popular local, mas que não condiz com as características originais do conjunto histórico.

Nesse sentido, o arquiteto Carlos Lemos (2013, p.113) aponta que:

Em múltiplos aspectos o nosso turismo ainda é desorientado e até predatório. E nesse ponto não devemos esquecer que essas razões turísticas necessariamente deverão fazer um bem cultural um “capital” bastante rentável e não um mero bem de consumo. A duras penas aí estão Ouro Preto, Paraty e o Pelourinho de Salvador, resistindo às investidas dos turistas e à “proteção” de seus zeladores, que, as escondidas dos órgãos protetores, fazem embelezamentos espúrios, demolições “acidentais” ou ainda, reconstruções intoleráveis.

Nesse contexto, conseguimos compreender o caminho percorrido pela cidade de São Luiz até os dias de hoje. Importante considerar que a partir das atividades econômicas — aqui relatadas —, ocorreu, paralelamente, um crescimento desordenado da zona urbana. Essa expansão para áreas contíguas ao centro foi proveniente, principalmente, do êxodo rural em função da decadência das atividades no campo e também fruto da especulação imobiliária na área central devido à valorização do patrimônio arquitetônico tombado e com grande prestígio turístico. Dessa forma, a cidade acabou crescendo de forma desordenada, contrapondo-se à cidade regular e ordenada implantada no século XVIII.

Nas últimas décadas, vários bairros se formaram e se consolidaram em áreas de encosta e em áreas que margeiam o Rio Paraitinga. Diferente da área histórica, essas ocupações desrespeitaram as legislações vigentes e ocasionaram modificações na paisagem urbana de São Luiz do Paraitinga.

Iremos detalhar a expansão urbana de São Luiz do Paraitinga no próximo capítulo para compreender quais e como as áreas contíguas ao Centro Histórico foram

ocupadas, bem como os problemas decorrentes dessas intervenções. Mas, antes, iremos abordar a questão da paisagem urbana da cidade que — assim como a hidrografia e as ações antrópicas — também tem papel importante nesta análise.

2.3. Aspectos da paisagem urbana de São Luiz do Paraitinga

Para Santos (1994), tanto o espaço quanto a paisagem resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, um mosaico de relações, formas, funções e sentidos. Para o autor, a paisagem é tudo aquilo que a visão alcança, é aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas por volumes, mas também de cores, movimentos, odores e até mesmo sons.

Cauquelin (2007), em sua obra denominada “A Invenção da Paisagem”, não busca apenas a “definição” de paisagem, mais que isso, a autora levanta várias possibilidades sobre o termo, por exemplo, a paisagem na arte; a paisagem como natureza e também a paisagem como tudo que é visto.

De acordo com a autora, sendo a paisagem tudo o que é visto, ela pressupõe um observador e, portanto, é relativa, pode variar de acordo com quem observa e do ponto de vista de cada um, e de onde está. A paisagem é então subjetiva.

Nesse sentido, SANTOS (1994, pg. 62) também destaca que a visão depende da localização em que o observador está:

Se no chão, num miradouro estratégico ou num avião. A paisagem toma escalas diferentes. Desse modo, a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção que chega aos sentidos. Por isso, ressalta a importância do aparelho cognitivo, nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal é feita de forma seletiva, ou seja, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. Por exemplo, coisas que um arquiteto, um artista veem, outros não podem ver ou o fazem de maneira distinta. A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão.

Santos (1994) ainda caracteriza a paisagem como artificial quando transformada pelo homem; e a natural, aquela ainda não mudada pelo esforço humano. No entanto, aponta que este tipo de paisagem, hoje, praticamente inexistente.

Sendo assim, a paisagem que estudamos no presente trabalho é a artificial, pois não está mais em seu estado natural, já que sofreu ações antrópicas.

Além disso, a paisagem urbana de São Luiz do Paraitinga, de acordo com o mesmo autor, pode ser caracterizada como uma paisagem mais heterogênea, pois, na área urbana, a cidade abarca diversos tipos e níveis de produção.

Ainda segundo Santos (1994, p.66), “a paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos e substituições. Uma paisagem é escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos momentos”.

Demonstra que pela datação dos objetos de uma paisagem, deveríamos poder reconhecer a sua idade, mas isso nem sempre é possível, pois, muitas vezes os objetos antigos são suprimidos da paisagem.

Santos (1994) indica que as mutações da paisagem podem ser estruturais ou funcionais. Ou seja, pode haver uma mudança no seu uso de acordo com os dias da semana, horário ou épocas do ano, ou uma mudança estrutural que ocorre também pela mudança das formas.

E é essa herança que procuramos compreender na cidade de São Luiz do Paraitinga, buscando datar seus objetos, e relacionar os acréscimos e as substituições que ocorreram. Identificar as mutações e transformações que a paisagem sofreu — seja de forma gradual ou radical — como durante a enchente de 2010, em que a paisagem se transformou abruptamente. Essa identificação parte da consulta às referências bibliográficas sobre a cidade, imagens, mapas entre outras formas de arquivos. Além disso, a paisagem também será analisada do ponto de vista da autora do presente trabalho que mantém relação de afetividade com a cidade, como moradora e arquiteta atuante no município nos últimos anos.

É certo que a paisagem de São Luiz do Paraitinga se transformou, principalmente, a partir da ação humana, em função das ações de gerações e gerações de luizenses. Seja daqueles que detinham o poder de decisão ou influência desde os tempos de Morgado de Mateus até os dias atuais, seja daqueles que, por

necessidade ou empiricamente desenvolveram atividades econômicas e cotidianas na região.

No que diz respeito à paisagem ampla do município e da bacia hidrográfica na qual está inserido, foi possível analisar que as atividades econômicas — exercidas na região ao longo dos anos, tais como: cafeicultura, plantios de outros gêneros alimentícios, pecuária leiteira e mais recentemente a monocultura do eucalipto — causaram grande devastação da floresta que originalmente ali existiu. Segundo o PDM (2012), esse histórico de atividades contribuiu para o processo erosivo do solo, para a diminuição de permeabilidade do solo, para a redução de espécies de fauna e flora, ou seja, resultou na alteração do ecossistema, do ciclo hidrológico e, conseqüentemente, colaborou para as ocorrências de cheias e inundações, que são muito comuns nos municípios da Bacia, em especial, na área urbana de São Luiz do Paraitinga.

Focaremos na paisagem da área urbana de São Luiz do Paraitinga, primeiro, a partir de alguns relatos de períodos anteriores e, por fim, com uma leitura da paisagem atual. Ou seja, buscamos compreender a paisagem urbana e suas transformações a partir da visão temporal e apreensão de diferentes observadores.

Aguiar (2011) retrata sua impressão de São Luiz do Paraitinga por volta de 1948 e expõe que a cidade se encontra circundada por montes e embalada pela orquestração sonora das águas do Paraitinga, volumoso e rápido, que a margeia. Descreve que a velha ponte de madeira dá acesso à Praça ajardinada que termina ao pé da escadaria da Matriz, recém-reconstruída. Ressalta que as festas acontecem nesse bem cuidado quadrilátero, limitado por construções de tipos vários, todas com seus abrigadores beirais, entremeados de catorze casas de sobrado, quase todas em estilo colonial. Retrata ainda que, ao fundo, encontra-se o busto de Oswaldo Cruz, uma homenagem de seus conterrâneos.

Sobre as ruas que cercam o jardim, Aguiar (2011) aponta que são de terra branca, uma espécie de argila, comum nos arredores, misturada com malacacheta, refletindo a cor crepuscular. Com relação ao casario, o considera bizarro, com janelas e portas de cores berrantes, contrastando com a caiação quase sempre clara.

Já com relação à organização territorial, o autor descreve a cidade com poucas ruas, em geral, mais largas e regulares que as de outras vilas de seu tempo.

Duas delas, pavimentadas por lajes brutas e assimétricas, que seriam a Rua da Floresta e a Ladeira das Mercês. Nessas vias, há cerca de 400 casas — em sua maioria — achatadas, mal divididas, sem luz direta para cômodos interiores. Todas feitas de taipa, terra batida e pau-a-pique.

No alto de um dos morros, “há uma grande cruz, onde o velho madeiro foi recentemente substituído por uma armação de concreto com instalação para lâmpadas, a fim de ressaltar à noite e ao longe, seu perfil”. A primeira cruz foi erigida em 1881, denominada Alto de São Sebastião, denominação que o povo mudou para Alto do Cruzeiro. (AGUIAR, 2011)

Petrone também relata sua percepção da cidade durante seu trabalho sobre a região de São Luiz do Paraitinga. Além do casario já existente, PETRONE (1959, pg. 84) destaca que:

Existem poucas casas novas, algumas se agarrando com dificuldade à encosta íngreme do morro do Cruzeiro e começa timidamente a ocupar também a margem direita do rio, adiante da moderna ponte de concreto: um campo de futebol, posto de gasolina, um estabelecimento da Vigor, mais uma dezena de habitações, a maioria novas.

Observamos assim que já houve alteração da paisagem com a substituição da ponte principal e com a expansão na encosta do Morro do Cruzeiro e na margem direita do rio, adiante da referida ponte.

Müller (1969) percebe as pequenas cidades do Vale do Paraíba como de paisagem semelhante, pelo pequeno espaço ocupado e relativa pobreza de elementos componentes. No caso de São Luiz do Paraitinga, considera que a presença de um “core”, que identificamos neste estudo como a Praça Central, contribui para sua diversificação, estabelecendo contraste entre área de serviços e área estritamente residencial. Também relata o aspecto pacato que só é alterado nos dias de mercado ou de festas. Nessa descrição, é possível avaliar a questão da paisagem construída, do conjunto arquitetônico e do uso desse espaço que, em determinados momentos, altera a paisagem.

Para realizar a leitura da paisagem no estado atual de São Luiz do Paraitinga, foi considerado também o conceito de percepção — que considera a

experiência pessoal como elemento importante na sua construção. Segundo Machado apud Del Rio (1996), a experiência e percepção são muito importantes no entendimento de um espaço e desse modo, para a compreensão da paisagem também. Del Rio aponta que imagem e ideia são compostas de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória. A partir das sensações e percepções, o espaço indiferenciado passa a ser lugar quando adquire valor. Esses lugares contêm paisagens e paisagens e espaços contêm lugares.

A leitura atual da paisagem de São Luiz do Paraitinga foi realizada, primeiramente, a partir de alguns pontos panorâmicos da cidade para um entendimento global. Os pontos escolhidos foram: o ponto mais alto da área urbana, Torre de Comunicação (1); a Via de Acesso João Roman, entrada principal da cidade (2); o Conjunto Mons. Tarcísio de Castro Moura, construído pós-enchente (3); e, posteriormente, foi feita a leitura a partir do “core” da cidade que é a Praça Dr. Oswaldo Cruz (4).

Figura 10 - Indicação dos pontos de leitura da paisagem.

Fonte: Base Google Earth. Adaptação: Natalia Moradei.

A partir da Torre, foi possível observar a cidade encravada no meio do mar de morros, instalada, principalmente, nas várzeas seguindo a sinuosidade do Rio Paraitinga. Mas, apesar da ocupação acompanhar o desenho do Rio Paraitinga, ela está sempre dando as costas pra ele. Os fundos de lote é que estão voltados para o rio. Nota-se que mesmo com sua presença marcante na paisagem, sob esse aspecto, o Rio Paraitinga é desvalorizado.

Figura 11 – Vista panorâmica da área urbana de São Luiz, a partir da Torre.
Foto e adaptação: Natalia Moradei

No mar de morros é possível distinguir diversas tonalidades de verde, que indicam os diferentes tipos de cobertura vegetal e seus diferentes usos. A pastagem aparece em uma tonalidade de verde claro dominante e em alguns pontos com solo exposto; o eucalipto identifica-se em um verde escuro e com plantio retilíneo, e as matas remanescentes, em menor quantidade, se destacam em um verde mais vivo.

Nos morros até onde a vista alcança, limitando-se a área urbana ocupada, localizados de frente à Matriz, é possível observar duas grandes cicatrizes deixadas por obras de contenção de encostas em concreto — executadas após a enchente de 2010. Também é possível identificar o novo Conjunto Habitacional em um morro com declividade menos acentuada. Do outro lado da Rodovia identifica-se em um morro o Bairro Santa Terezinha.

Desse ponto também é possível identificar o Centro Histórico com traçado bem definido, com alguns imóveis que se destacam nessa visão, como a Matriz e o quadrilátero do Mercado Municipal.

Figura 12 – Vista do Centro Histórico a partir da Torre, destaque para Mercado e Igreja Matriz.
Foto: Natalia Moradei

A partir da Via de Acesso João Roman, a cidade é desvelada como em uma visão serial, uma sucessão de surpresas, onde se destaca a Igreja Matriz, vista lateralmente reerguida após a enchente de 2010. A Igreja do Rosário, recém-restaurada, fica no alto, bem de frente e tendo, ao fundo, uma mata que a emoldura e encanta. A grande quantidade de casas escalonadas apinhando-se na encosta do Alto do Cruzeiro já alcança a parte mais íngreme, aproximando-se do ponto alto na Torre. No sopé da encosta, há ainda um maciço de vegetação, uma parte remanescente nativa e outra reflorestada.

Figura 13 – Vista da área urbana a partir do ponto 2, com destaque para o Alto do Cruzeiro.
Foto: Natalia Moradei

De outro ponto alto da cidade, no novo conjunto habitacional implantado após a enchente de 2010, é possível observar outro ângulo do Morro do Cruzeiro. Quando a noite cai, a cruz de concreto ilumina a cidade. O adensamento de casas no morro se sobressai na paisagem. Muitas dessas casas ainda estão sem acabamento. Também se destaca outra contenção de concreto executada nos fundos do casario da Rua do Carvalho, margem do Rio Paraitinga — mais uma cicatriz deixada após a enchente de 2010.

Nos morros que envolvem locais já ocupados por moradias, predominam as áreas com vegetação rasteira e pastagens.

Figura 14 – Vista do Alto do Cruzeiro e da contenção da Rua do Carvalho, a partir do ponto 3.
Foto: Natalia Moradei

Na praça Dr. Oswaldo Cruz, o conjunto arquitetônico atingido pela grande enchente ainda encontra-se incompleto. A Igreja Matriz, referência da população luizense, foi reconstruída, sendo reinaugurada em 14 de maio de 2014. A fisionomia externa da Igreja é idêntica à de antes da enchente. Apesar do vazio e da falta que esse templo fez para a cidade, agora a sensação é que ela sempre esteve ali.

No entanto, a vista de quem olha para a Matriz não é harmônica. Do lado direito, o piso superior de um casarão encontra-se parcialmente arruinado. Já, do lado esquerdo da Matriz, o imóvel da atual delegacia destoia do conjunto arquitetônico, pois ele ocupa o local da Casa de Câmara e Cadeia, que se harmonizava e completava o quadrilátero da Praça Oswaldo Cruz.

Figura 15 - Praça Dr. Oswaldo Cruz - Face Igreja Matriz reconstruída
Foto: Natalia Moradei

Na face esquerda do quadrilátero de quem olha para a Matriz, a devastação ainda está presente. Apenas três imóveis estão íntegros: um, reconstruído após a enchente, retomando a volumetria original e que, atualmente, abriga o Banco Bradesco; outro reconstruído recentemente; e um imóvel que não sofreu avarias na enchente, mas que fora reformado em 2008, com volumetria distinta da original, destoando da quadra em questão e do conjunto como um todo. No restante dessa face, permanecem terrenos vazios e imóveis em ruínas, o que não deixa a enchente ser esquecida.

Figura 16 - Praça Dr. Oswaldo Cruz - Face esquerda da Igreja Matriz.
Foto: Natalia Moradei

A face oposta à Igreja está completa, pois os imóveis — que ficaram parcialmente arruinados — já estão restaurados, como é o caso da Prefeitura Municipal.

Figura 17- Praça Dr. Oswaldo Cruz - Face oposta à Igreja Matriz.
Foto: Natalia Moradei

Na face direita do quadrilátero, que possuía cinco sobrados, há um vazio que quebra a homogeneidade, um dos sobrados que ruiu com a enchente ainda não foi reconstruído e faz muita falta na composição dessa paisagem.

Figura 18 - Praça Dr. Oswaldo Cruz - Face direita da Igreja Matriz.

Foto: Natalia Moradei

Apesar da beleza e importância que o casario tombado ainda representa, é imprescindível a reconstrução dos imóveis ruídos para a recomposição e recuperação da homogeneidade do conjunto arquitetônico e para o patrimônio luizense como um todo. Atualmente, a paisagem está com aspecto devastado e incompleto.

Além do conjunto arquitetônico, é interessante também considerar a própria praça que possui um coreto e jardins, local onde acontece a maioria das festividades e manifestações da cidade. A praça passou por várias reformas ao longo de sua existência e a última reforma foi realizada em 2003, quando fora totalmente reformulada, até mesmo, com a substituição de todas as árvores. O desenho da praça resgata um antigo traçado da década de 30. Nos jardins não existem plantas com flores coloridas, predominando o verde das folhagens. Atualmente, as árvores atingiram um bom porte, produzindo sombra e as copas das mesmas, agora, já não atrapalham a visibilidade das apresentações no coreto como acontecia nos primeiros anos, após o seu plantio. O coreto possui gradis de ferro fundido e forro de madeira colorido que chama a atenção e traduz à criatividade e a alegria da cultura imaterial de São Luiz do Paraitinga.

Em suma, a paisagem de São Luiz, na área urbana, teve a trajetória marcada pelo auge do período cafeeiro, que tinha a dimensão do espaço, hoje, reconhecido como núcleo histórico, situado em sua maior parte em área sujeita a

inundação. Depois do café, a cidade viveu período de estagnação e até retração da população. Mas, a partir da segunda metade do século XX, volta a expandir-se e, desta vez, para os morros e áreas de várzea. O Centro Histórico sofre impacto dos novos bairros que têm ocupações se destacando na paisagem e com substituições ocorrendo nos imóveis que compõem o núcleo tombado.

A área rural do município era coberta pela mata tropical que lhe proporcionava equilíbrio hídrico e fora inicialmente cortada para a produção de alimentos e do café, posteriormente, se regenerou, em parte, com a decadência dessa cultura para, logo depois, ser novamente derrubada em área ainda maior para a produção leiteira. Com isso, o território rural e seus morros ficaram desnudados e não mais com o equilíbrio hídrico proporcionado pela presença de floresta. Assim, temos, hoje, condições que potencializam a ocorrência de grandes cheias.

2.4. Aspectos culturais: O Patrimônio Imaterial de São Luiz do Paraitinga

De acordo com Edward Tylor, antropólogo britânico, cultura é um “complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. (LARAIA, apud TYLOR, 2001, p.25).

Um aspecto relevante em relação à cultura luizense é a conservação dos modos e costumes desde os primeiros povos e descendentes europeus que aqui se estabeleceram, respeitando a essência de cada processo histórico e assim, resultando em uma tradição viva que, conseqüentemente, dá mais valor a outros atrativos como o conjunto arquitetônico e a bela paisagem. No entanto, não vamos analisar em detalhe a cultura luizense, pois cada aspecto mereceria uma profunda pesquisa, como muitas que já foram e estão sendo realizadas. O intuito aqui é apresentar as principais características da cultura local a fim de contextualizar o presente estudo.

Figura 19 - Moçambiques de Tico Almeida e Pé de Enxó, s.d.
Fonte: Acervo Benito Campos.

Figura 20 - Mercado: preparação e distribuição do afogado, s.d. Fonte: Acervo Benito Campos.
Figura 21 - Recinto: cozinha e preparação do afogado, s.d. Foto e acervo: Hélio A. Souza.

Figura 22 - Rua enfeitada para procissão de Corpus Christi, 1906. Fonte: Acervo Cinira P. dos Santos.
Figura 23 - Corpus Christi, 2010, o tapete reproduz o desenho de um dos ladrilhos da Igreja Matriz recém-destruída. Foto: Natalia Moradei.

Em São Luiz, a manutenção de festas tradicionais e de manifestações populares são passadas de geração para geração, tais como a Festa do Divino e os

grupos de Folia. Por outro lado, a criatividade e inovação estão no sangue dessa população profundamente envolvida com cultura, em especial, a música.

A musicalidade está na alma da cidade, carinhosamente também chamada de “Terra dos Músicos”. A música está presente em vários segmentos tais como: jongo e catira, música de raiz sertaneja; música regional; música instrumental com a Fanfarra Monsenhor Ignácio Gióia (FAMIG) e com a tradicional Corporação Musical São Luis de Tolosa, e, ainda, as marchinhas carnavalescas que são compostas todos os anos. Além de ser um talento nato e uma vocação para muitos luizenses, a formação musical também é incentivada pela Fanfarra, Corporação Musical e pelo Projeto Guri¹².

Figura 24 - Banda dos Ursos, s.d.
Fonte: Acervo Benito Campos.

Figura 25 - Corporação Musical, tocando durante procissão.
Foto: Natalia Moradei.

¹² Projeto Guri – Política Pública do Governo do Estado de São Paulo desenvolvida em diversos municípios para o ensino da música.

Mas, como dito antes, a cultura caipira é mais do que a música, ela é principalmente o modo de viver do povo, pois está presente no cotidiano, nos hábitos diários, na culinária, nos ofícios, no saber fazer, no artesanato.

Os luizenses têm orgulho de sua origem, de sua cultura e a participação nas Festas é maciça, pois a admiração pelas manifestações é notável.

No entanto, com a globalização e a internet, a cultura vem sofrendo interferências. Algumas manifestações estão se perdendo com o passar dos anos. Outro problema é a massificação de alguns eventos, como o Carnaval de Marchinhas. Antes, essa festividade era valorizada internamente, com o luizense produzindo cultura para o luizense; mas, com a divulgação feita pelos próprios moradores e frequentadores assíduos (no famoso “boca a boca”), além do marketing exercido pelo poder público, a pacata diversão transformou-se em um megaevento. Atualmente, cerca de 40 mil pessoas passam por dia na cidade durante o Carnaval e a população local fica à margem da folia, não conseguindo mais se divertir, pois o carnaval luizense ganhou ares de “micareta” e o poder público fica apenas com um ônus de toda a infraestrutura. Para esse impasse, busca-se uma solução que seja sustentável para o município, a fim de que a municipalidade invista menos e a população aproveite mais. Mas, devido à rentabilidade econômica que a festividade traz para parte da população, principalmente, para o comércio, e, também, pela “fama” que o seu Carnaval ganhou Brasil afora, resgatar o caráter local da festividade de momo parece um sonho cada vez mais distante.

Figura 26 – Bloco Encuca a cuca durante o carnaval na década de 1980. Fonte: Acervo Luis Homero
Figura 27 – Carnaval, 2008. Foto: Hélio A. Souza.

Outras práticas culturais como a Festa do Divino, as Procissões em honra aos Santos, a Dança de Fitas e as Pastorinhas mantêm o orgulho do luizense. Tanto que no momento mais crítico pelo qual a cidade passou, a enchente de 2010, a cultura foi um forte motor para sua recuperação.

A primeira festa a ser realizada após a catástrofe foi a Semana Santa, com suas celebrações religiosas e também com as atividades profanas, como a tradicional Malhação de Judas, organizada pelo bloco “Pé na Cova”. A Semana Santa foi um momento de reafirmar a vontade de reerguer a cidade e a união da população.

Figura 28 - Celebração do canto da Verônica realizada na Praça Dr. Oswaldo Cruz, após a procissão do Encontro em 28/03/10.

Foto: Natalia Moradei.

O calendário cultural de 2010 seguiu com a Festa do Divino, que, devido às dificuldades passadas com a enchente no início do ano e com a interrupção das atividades de esmolar¹³ na zona urbana e zona rural, os festeiros cogitaram a não realização da festa. Mas, o Conselho de Patrimônio Cultural, formado emergencialmente, e a Prefeitura Municipal apoiaram a concretização do evento. A população, sempre engajada na Festa, se esforçou ainda mais para que esta acontecesse de forma brilhante. Em 2010, algumas tradições foram resgatadas como a preparação e distribuição do Afogado (carne cozida), prato típico da cidade, que voltou a ser distribuído no pátio interno do Mercado Municipal. Todas as missas foram realizadas no Coreto da Praça Dr. Oswaldo Cruz considerando que a Igreja Matriz

¹³ Esmolar – Ajuda que os Festeiros pedem, visitando os moradores de casa em casa. Os Festeiros levam a Bandeira do Divino, símbolo da Festa que abençoa a casa e a família. A “esmola” pode ser dada em dinheiro, mantimentos, animais e outras prendas. Toda a ajuda é revertida para a realização da Festa do Divino.

estava em ruínas. A participação foi intensa assim como a presença de muitos visitantes.

A realização das festas e a manutenção de todas as atividades do calendário cultural e festivo de São Luiz contribuíram de forma significativa para a recuperação da cidade através da retomada da vida social e da confiança da população que, apesar da irreparável perda material, reafirmou sua força e sua importância através de seu patrimônio imaterial. Atualmente este é o tema da tese de doutorado do historiador luizense João Rafael Cursino dos Santos.

Figura 29 - Festa do Divino, 2011. Altar adaptado em frente à Igreja Matriz que estava em reconstrução.
Foto: Natalia Moradei.

Em 2011, diante de tantas demonstrações da força da cultura local, da existência de ricas manifestações em São Luiz do Paraitinga e também das ameaças e mudanças que a cultura caipira vem sofrendo com a modernização, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) promoveu a realização do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) que teve os seguintes objetivos: realizar levantamento sistemático de bens culturais em vigência ou na memória dos moradores do município; contribuir para a apreensão dos sentidos de identidade associados aos bens inventariados; oferecer subsídios para uma intervenção social voltada à questão patrimonial; sistematizar conhecimentos disponíveis acerca das expressões culturais existentes no município, bem como sobre sua população; reunir e produzir documentação acerca dos bens culturais inventariados; Indicar medidas de salvaguarda para os bens culturais inventariados.

Os bens culturais foram inventariados em seis segmentos: Celebrações - Festa do Divino, Procissões, malhação de Judas e o Carnaval; Formas de Expressão - Moçambiques, Congadas, Cavallhada, Boneções (Maria Angu e João Paulino), Bandas e Fanfarras; Modos de Fazer - Culinária e artesanato em taboa e taquara; Lugares - Centro Histórico e Mercado Municipal e Edifícios - as Igrejas Matriz, Rosário e Capela das Mercês.

Na prática, porém, além do inventariado dos bens culturais e da documentação de registro da história oral e das memórias da comunidade, as ações de divulgação deste material e de uma política pública efetiva que envolva a comunidade para a salvaguarda do patrimônio cultural luizense ainda são insuficientes.

A cultura permanece apenas como uma ação própria da comunidade local, no que ela entende que deva ser mantido e celebrado.

Outra questão pertinente, como dito anteriormente, é que o Patrimônio Cultural Luizense está muito presente nas pesquisas de estudantes que buscam formação acadêmica e qualificação profissional, geralmente, na conclusão de seus cursos e que trazem a própria cidade como tema. Em 2014, um trabalho — desenvolvido por uma jovem luizense — teve como objetivo desenvolver ações para a divulgação e o fortalecimento da cultura local baseado no Inventário Nacional de Referências Culturais, justamente buscando suprir essa lacuna, cujo título escolhido foi “Meu orgulho caipira”¹⁴. Este título consegue expressar exatamente o sentimento e a percepção da população local em relação a seu próprio modo de vida.

Assim, a cultura luizense é o seu maior bem e permeia todo e qualquer outro aspecto. Ela é intrínseca à condição física, ao modo de ocupação urbana e também à reconstrução pós-enchente.

Resumindo o que foi abordado até aqui, as condições físicas do Rio Paraitinga e de sua bacia que, ao longo dos processos econômicos por que passaram, encontram-se, atualmente, caracterizadas como uma bacia desmatada, com a urbanização impactando seus recursos hídricos, favorecendo problemas de desequilíbrio ambiental. A região é vulnerável ainda a fenômenos como *El Niño*, o qual

¹⁴ Meu orgulho Caipira – Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Públicas de Milena Ap. de Souza Silva.

interfere na dinâmica climática, elevando a predisposição à eventos críticos como a grande enchente.

Por outro lado, verificamos também características da paisagem local ainda preservada e que encanta a todos, como o patrimônio arquitetônico e urbanístico, mantido na área urbana de São Luis, enriquecido pela cultura popular e caipira.

Entendemos assim que o local interfere no regional, e vice-versa. Desse modo, compreendemos que as ações necessárias para a melhoria desse quadro são uma via de mão dupla. A partir daqui analisaremos os principais conflitos enfrentados na área urbana de São Luiz do Paraitinga e que foram decorrentes, principalmente, da expansão da ocupação desordenada.

3. CONFLITOS DA EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO URBANA EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA

Neste capítulo, após buscarmos o entendimento de como a cidade de São Luiz do Paraitinga se formou e o conhecimento de suas principais características físicas, sociais e culturais, procuraremos compreender os conflitos trazidos pela expansão da ocupação urbana que resultou, principalmente, das atividades econômicas desempenhadas no município.

Além da importância de registrar, analisar o processo de expansão da ocupação urbana, iremos identificar os principais problemas e ainda buscar relacioná-lo às causas e aos impactos da grande enchente de 2010, verificando também as interferências e mudanças ocorridas na paisagem urbana de São Luiz do Paraitinga.

Como aponta Spirn (1995, p. 28):

O ambiente natural de uma cidade e sua forma urbana, tomados em conjunto, compreendem um registro de interação entre os processos naturais e os propósitos humanos através do tempo. Juntos, contribuem para a identidade única de cada cidade.

As alterações ocorridas também são responsáveis pela caracterização e identidade de São Luiz. É certo que o período de formação da cidade de São Luiz do Paraitinga atraiu muitos olhares de pesquisadores de áreas distintas como: cultural, histórica, antropológica, arquitetônica e, também, despertou o interesse de moradores e visitantes que escreveram e registraram informações a partir de seus pontos de vista sobre o município. No entanto, o aspecto específico sobre a expansão mais recente da ocupação urbana — que vai além do Centro Histórico — bem como sua relação com a enchente e com as transformações da paisagem ainda não foi devidamente abordado. E, justamente, nesses locais é que estão os maiores conflitos socioambientais e os desafios do município.

Nesse contexto de ocupação urbana, é importante lembrarmos alguns aspectos em âmbito nacional. No Brasil, desde o início do processo de urbanização, a propriedade de terra se mostrou como objeto de disputa e também como forma de

dominação de classe. Como considera Maricato (1997), desde a Lei de Terras instituída no período do Império ocorreram mudanças fundamentais para o processo de urbanização excludente e que permanecem até hoje. Tal lei reafirmou o poder das camadas mais ricas da população sobre aqueles que não eram proprietários, fossem brancos livres ou escravos.

Sendo assim, no decorrer do tempo, o poder aquisitivo tornou-se um dos principais elementos no acesso a determinados lugares da cidade e se transformou em um dos principais fatores da segregação espacial das populações de diferentes classes de renda. Diante disso, as opções para moradia da população menos favorecida sempre foram: periferia, ocupações irregulares e autoconstrução de moradias. As políticas habitacionais, no Brasil, não tiveram controle sobre a valorização do solo urbano e acentuaram a segregação espacial da população de baixa renda e os problemas ambientais.

Essa condição só começa a ser alterada com a Constituição de 1988, que incorpora um capítulo sobre a política urbana, destacando a função social da propriedade. Mais tarde, com a regulamentação dos instrumentos previstos na constituição pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), os municípios passam a ter papel principal com poder de intervenção através da elaboração de seus Planos Diretores que devem ter como ponto essencial a função social da propriedade, garantia de acesso à terra e também à gestão democrática.

Seguindo a mesma trajetória do país, em São Luiz do Paraitinga, a segregação socioespacial e a ocupação de áreas precárias foram dominantes na sua configuração urbana. Mudanças nessa situação começaram a ser vislumbradas apenas no início da discussão com Plano Diretor a partir de 2006.

O início da ocupação de São Luiz já foi abordado no capítulo anterior, mas, focaremos no momento em que novas áreas são ocupadas. Desde 1773 até 1890, como consta nos mapas de expansão da cidade elaborados pelo IPHAN, pouco foi acrescido ao Centro Histórico, que era planejado. Mas, a partir de meados do século XX, há uma grande expansão em relação à ocupação já existente e em ritmo mais acelerado, fato que merece atenção, pois, a partir desse período, muitos problemas surgiram.

No dossiê do tombamento nacional da cidade desenvolvido pelo IPHAN, o período de 1890 até a atualidade foi considerado como uma mesma etapa, subdividida em séculos XX e XXI. No presente trabalho, detalharemos de que forma esse avanço ocorreu no território luizense. Como observamos anteriormente fatores econômicos e sociais influenciaram o crescimento urbano.

Vamos abordar a questão em dois subcapítulos: no primeiro, mostraremos uma análise dos dados demográficos obtidos na pesquisa, entendendo o porquê e de onde veio a população que foi responsável pela expansão urbana; e, no segundo momento, focaremos nas áreas ocupadas (nos novos bairros) bem como suas características e impactos sociais, ambientais e na paisagem.

Para a elucidação desta discussão será apresentado o mapa atual com a identificação dos bairros e o mapa que exiba a expansão da ocupação urbana, baseado no cruzamento de informações coletadas em diversas fontes, além, é claro, de minha vivência constante na cidade, o que contribuiu para o conhecimento, percepção e análise dos fatos.

A metodologia adotada para a etapa de análise foi a seguinte: levantamento de dados demográficos do período que se pretende detalhar; levantamento de documentos e relatórios; levantamento de mapas e cartografias existentes; levantamento de imagens aéreas e fotografias de diferentes épocas; confrontação dos dados levantados; lançamento dos dados sobre a base cartográfica; e por fim a análise e discussão dos produtos obtidos.

3.1. O impacto do crescimento demográfico na área urbana

Para a verificação e compreensão da evolução demográfica em São Luiz, foi realizado levantamento de dados populacionais, documentais e relatórios em consulta às fontes como: a Prefeitura Municipal, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e bibliografias relacionadas, em especial, ao livro “O Fato Urbano no vale do Paraíba”.

Com base nos dados coletados, foi elaborada uma tabela que apresenta a evolução da população de São Luiz do Paraitinga desde a década de 1930 (época em que iniciam, ainda que lentamente, novas ocupações na área urbana) até 2010 (último censo realizado) a fim de facilitar a comparação e a análise:

Evolução Demográfica de São Luiz do Paraitinga									
População	1934	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	1217	1164	1395	2153*	3092	3970	5065	6145	6180
Rural	13912	9963	6332	6097	8563	5780	4857	4284	4217
Total	15129	11127	7727	8250	11655	9750	9922	10429	10397

Tabela 1 - Evolução Demográfica São Luiz do Paraitinga.

Fonte: IBGE e Muller (1969), organizado por Natalia S. Moradei.

*A partir de 1960 Catuçaba tem seu perímetro urbano definido, desse modo a população do bairro passa a contar como urbana.

As informações da tabela acima foram transformadas em gráfico para facilitar a visualização da evolução da população (urbana, rural e total) de São Luiz do Paraitinga.

Gráfico 1 – Evolução da População Urbana, Rural e Total do município de São Luiz do Paraitinga.

Fonte: IBGE e Muller (1969), organizado por Natalia S. Moradei.

Claramente percebemos a ascensão da população urbana e a variação da população rural em decadência, com exceção da década de 1970, no auge da pecuária leiteira.

Müller (1969) demonstra no período de seu estudo que, no Vale do Paraíba, a urbanização moderna — que ela considera de 1934 até 1964 — chama a atenção

pelo ritmo acelerado com que ocorreu, apresentando aumento da população da região em ritmo crescente, porém, essa condição geral não é uniforme em todos os municípios.

No caso de São Luiz do Paraitinga, a autora considera que o município teve um crescimento pequeno, da ordem de 76,9% nesse período, quando comparado ao universo de municípios do Vale do Paraíba.

Entretanto, quando os dados das diferentes décadas são analisados em relação ao próprio município, da década de 50 a 60, observa-se que São Luiz do Paraitinga teve um crescimento da população urbana de acentuada importância em relação aos períodos anteriores.

Müller (1969) relembra que com a decadência do café, no final do século XIX, foi necessária a busca por outras formas de produção econômica. Na área rural, veio a substituição dos cafezais pelas pastagens — fenômeno generalizado. Já os centros de áreas empobrecidas descobriram uma nova possibilidade: a industrialização.

A autora considera também que a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil (antiga D. Pedro II) e, posteriormente, a abertura da Via Dutra foram fatores decisivos na somatória de condições favoráveis à industrialização do Vale do Paraíba. Além disso, as indústrias instaladas na região aproveitavam as matérias primas ou produtos agropecuários locais, justificando, por exemplo, as usinas de pasteurização e frigorificação de leite.

Ainda de acordo com a análise de Müller (1969), o caso de São Luiz do Paraitinga compunha um grupo de cidades que apresentou industrialização insignificante, tendo a presença de apenas uma indústria. Porém, para Campos (2011), essa indústria é um testemunho do enriquecimento que a cultura do café trouxe para o Vale do Paraíba. A Fábrica de Tecidos Santos Antônio, instalada por volta de 1870, em São Luiz do Paraitinga, foi uma das primeiras da região. A indústria estava localizada no bairro chamado justamente de Fábrica, propriedade do Coronel José Domingues de Castro, irmão do Barão do Paraitinga. A ideia do Coronel de construir a Fábrica foi fruto da guerra da Secessão nos EUA e da consequente queda da produção de algodão naquele país, despertando no Brasil, um surto de plantio de algodão. No entanto, Moradei (1998) ressalta que essa produção foi realizada,

principalmente, por grandes fazendeiros, não atingindo grande parte população, em especial, os pequenos agricultores e produções familiares que também não desenvolveram outros tipos de atividades como o artesanato, por exemplo. A produção do algodão não durou muito tempo e a fábrica encerrou as atividades em 1882.

Dessa forma, a atividade econômica voltou-se novamente à policultura de alimentos, destacando-se um ou outro em determinados períodos e regiões, como é o caso do alho e da cebola, cultivados na Vila de Catuçaba, chegando a ser a maior produção do estado, por volta de 1950 (Campos, 2011). Mas, nenhuma dessas atividades apresentou-se de forma duradoura e sustentável para a população rural.

Müller (1969), em outra análise, constata que houve êxodo rural, e no caso de São Luiz do Paraitinga ocorreu uma migração¹⁵ para Taubaté, cidade que mais atraiu elementos de outros municípios.

Apesar desse êxodo, Willens apud Müller (1969) ainda retrata que em 1956, o aspecto de São Luiz do Paraitinga era praticamente o mesmo do início do século: poucas casas novas se agarrando com dificuldade, à encosta íngreme do Alto do Cruzeiro, quando se começa, também, timidamente a ocupar a margem direita do rio. Tal situação, Müller completa, se mantém válida até meados da década de 60, época da realização de seu estudo.

Um aspecto positivo é por ela retratado: São Luiz do Paraitinga já possuía todos os seus logradouros com iluminação, infraestrutura esta que chegou entre os anos de 1924 e 1942. Em cidades maiores da região, espaços da periferia ficam sem esse melhoramento. Já com relação ao abastecimento de água e esgotos a situação de São Luiz do Paraitinga se mostrava insuficiente. É importante ressaltar que o preço da terra está condicionado à sua localização e ao acesso a infraestruturas.

A partir de 1970 é possível perceber uma ascensão crescente da população urbana e a regressão da população rural. Cada vez menos valorizada as atividades rurais, como a pecuária, promovem a saída da população rural em direção ao centro urbano.

¹⁵ A migração foi constatada a partir de pesquisa da naturalidade de alunos de curso secundário (1º e 2º ciclos, nas cidades de São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá, Lorena e Cruzeiro). Müller (1969).

Sobre a decadência da pecuária, o autor Campos (2011) aponta que, a partir de 1970, ocorreu uma modificação na posse da terra e na produção rural. Sítios e fazendas passaram a ser utilizados para lazer ou plantação de eucaliptos. Os agregados passaram à condição de caseiros, e, com isso, o êxodo para a área urbana aumentou. A decadência da pecuária foi motivada, principalmente, pelo empobrecimento do solo e dificuldades do manejo.

Moradei (1998, pg.65-66) a partir de sua pesquisa com indivíduos que saíram da zona rural e foram para a zona urbana de São Luiz do Paraitinga, aponta:

Foi revelado que na zona rural 'é bom', a vida é 'tranquila', mas não possui uma facilidade para trabalhar de forma fixa, de garantir o dia seguinte isso faz da zona rural um local de chegada e saída, sem muita permanência. Por outro lado faz da cidade um lugar de grandes perspectivas, e que muitas vezes não são alcançadas pelos sujeitos.

A realidade da vida na área urbana se apresenta difícil, pois o mercado não consegue absorver todos estes trabalhadores, e, muitas vezes, as oportunidades existentes não se encaixam no perfil e habilidades do homem do campo. Além disso, a mudança no modo de vida também afeta as famílias assim como a relação com o território que ocupam.

Sobre as questões estruturais da cidade, surgem vários problemas. De modo geral, a autora Spirn aponta que "na América do Sul, os migrantes rurais incham as aglomerações urbanas, diminuindo a capacidade local de prover as necessidades básicas da vida: alimentação, abrigo, água e uma disposição segura dos resíduos." (1995, p.25).

Pouco depois, outra atividade na zona rural, a plantação do eucalipto, se mostrou como uma grande oportunidade na região. No entanto, a rentabilidade econômica assim como a de outras atividades que já foram desenvolvidas ficara concentrada apenas em alguns produtores.

O eucalipto chegou a São Luiz do Paraitinga no início dos anos 70, através de generosa política de incentivo fiscal do governo militar. De acordo com Toledo (2012), a porta de entrada foi a aquisição de uma grande fazenda de produção agropastoril pela empresa Cia. Suzano. A partir daí as plantações de eucalipto se

espalharam pelo município e seus impactos podem ser observados sob vários aspectos.

Oliveira (2011, p.67), em seu estudo sobre o impacto do eucalipto em São Luiz do Paraitinga, informa que:

As empresas que plantam eucalipto no município, provavelmente oferecem valores monetários atrativos tanto para a compra de terras quanto para o arrendamento das mesmas. Estes valores podem atender as necessidades da população rural num dado momento e numa dada realidade espacial, porém existe a possibilidade de se tornarem menos significativos com a tendência destas pessoas mudarem-se para áreas urbanas. Este aspecto contribui para o êxodo rural das pessoas que vivem nas comunidades rurais e que executam as mais diversas atividades econômicas e que, por conseguinte fazem girar a economia local.

Outros impactos negativos podem ser vistos, na zona rural, ligados ao meio ambiente e a desorganização no modo de vida rural daqueles que ainda lá permanecem. Além disso, o transporte do eucalipto também traz ônus às estradas municipais e às comunidades que as margeiam. Já, na área urbana, o impacto negativo se reflete na paisagem, como já abordamos no capítulo anterior.

Atualmente a empresa FIBRIA, produtora de eucalipto, desenvolve o Plano de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) com um grupo de produtores do Bairro Mato Dentro, buscando manter o homem no campo através do fortalecimento das atividades agroecológicas. O programa tem alcançado resultado positivo e que merece ser valorizado. Porém, são ações pontuais, pois ainda não há uma ação global que alcance toda a comunidade impactada.

Também, como já registrado no capítulo anterior, o turismo ganhou notoriedade e é, hoje, uma das vocações do município. Cristiane Bittencourt¹⁶ (informação verbal) aponta que ele também contribuiu para a expansão desordenada e para a desigualdade socioespacial da cidade. No período em que atuou na Prefeitura, percebeu uma dualidade entre o Núcleo Histórico e o entorno. O centro, segundo ela, se apresenta planejado, com a presença de casarões imponentes, ruas

¹⁶ Cristiane Ap. de Paiva Bittencourt – advogada, Mestre em Direito Urbanístico. Atuou na Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga como Assessora Administrativa entre 2001-2009. Foi coordenadora do grupo gestor de elaboração do Plano Diretor e Assessora de Planejamento de 2010 a 2012. Concedeu entrevista em 31 de maio de 2015 na cidade de São Luiz do Paraitinga.

simétricas, pavimentação e iluminação. Porém, o entorno foi estabelecido de forma desordenada, sem infraestrutura, com moradias precárias, ocupadas por população de baixa renda. Em sua descrição destaca que:

(...) na Administração Municipal era presente a prioridade em transformar a cidade em Estância Turística, alimentada pelo potencial cultural, histórico e ambiental e a vontade, de promover o desenvolvimento econômico por meio de receptivo turístico. Todavia, as ações antes e após a elevação da cidade em Estância Turística, tinham como foco promover melhorias voltadas ao Centro Histórico Urbano, já beneficiado com maior infraestrutura urbana. Para a cidade obter o título de Estância obras de saneamento foram executadas e, após o título de Estância e recebimento de recursos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento Estadual, órgão do Governo do Estado, foram realizadas obras de embelezamento, também direcionadas para o Centro Histórico como Reforma do Mercado, da Praça Oswaldo Cruz, substituição de todo o pavimento do centro histórico. Neste tempo, bairros do entorno e periferias cresciam, com a formação de Loteamentos Clandestinos e Irregulares, desprovidos de infraestrutura, sem fiscalização e/ou acompanhamento do Poder Público, ação fortalecida pela ausência total de ofertas regularizadas de lotes e moradias, tanto na zona urbana como rural. Importante, ressaltar que após sua elevação à Estância Turística, a cidade se deparou com uma grande especulação imobiliária, onde casarões e imóveis do centro histórico tiveram seus preços elevados, sem justificativa mercadológica que explicasse tamanha valorização, motivo que também aqueceu o mercado informal de venda de lotes, muitas vezes em áreas de risco, no Bairro Alto do Cruzeiro, Chácara do Vitória, Pimentas, Ribeiros, etc.

Considerando-se todos os fatores apresentados, entre eles, a decadência das atividades rurais — com destaque para a pecuária —, o avanço dos eucaliptais, e ainda a valorização da área urbana central como produto turístico, o crescimento populacional é notável. Por outro lado, a segregação evidencia-se ainda mais. Em São Luiz, de 1970 para o ano de 2010, contemplamos uma forte inversão entre a zona rural e a zona urbana.

Gráfico 2 - População urbana e rural (número de habitantes) nos anos de 1970 e 2010.
Fonte: IBGE. Elaboração Natalia S. Moradei.

Nesse período, a população urbana mais que dobrou e a partir de então surgem vários questionamentos: Onde essas pessoas foram morar? Quais áreas foram ocupadas? Quais as condições dessas áreas?

É certo que as pessoas migravam da área rural devido à ausência de condições para manutenção das atividades e da mínima qualidade de vida, e, quando chegavam à cidade, encontravam dificuldades, pois se recolocar no mercado com o “saber fazer rural” é ainda mais difícil. As áreas para habitação ao alcance dessas pessoas foram àquelas mais vulneráveis e com infraestrutura precária.

Como ressalta Maricato (2003, p.78):

A sociedade apenas começa a se dar conta de que o avassalador processo de urbanização foi acompanhado da modernização no modo de vida, no ambiente construído, nas comunicações, sem deixar, entretanto, de reproduzir seu lado arcaico. Isto é, a modernização e apenas para alguns; a cidadania e os direitos, idem.

3.2. Os conflitos gerados pelo avanço da ocupação na área urbana

Agora que já acompanhamos a evolução demográfica até a condição atual, iremos esmiuçar como se deu o avanço da ocupação pelo território urbano. Tendo em vista que trataremos das áreas ocupadas por nome dos bairros ou referências naturais, urbanas e arquitetônicas, apresentamos o mapa de identificação de bairros, o qual traz os mesmos definidos como urbanos até o ano de 2015.

Para trazer a condição de ocupação atual, foi realizada, também, consulta ao Departamento de Tributos da Prefeitura Municipal na qual se verificou a quantidade de imóveis cadastrados por bairro até o ano de 2015. Tais dados foram dispostos em gráfico.

Gráfico 3 - Quantidade de Imóveis cadastrados na PMSLP dividido por bairros.

Fonte: Departamento de Tributos PMSLP, 2015. Organização Natalia S. Moradei.

Importante ressaltar que apesar dos dados terem sido obtidos no ano de 2015, a base de dados da Prefeitura não está atualizada e não se vincula ao mapa cadastral do município. Desse modo, esses dados podem apresentar alguma deficiência.

Baseado nas informações acima é possível observar que o Centro ainda é a zona que apresenta maior número de imóveis. No entanto, é bom lembrar que a área considerada como Centro vai além do Núcleo Histórico, pois outras áreas contíguas foram a ele incorporadas com o passar do tempo.

Há outras situações, como, por exemplo, o Bairro do Orris, que já faz parte do perímetro urbano desde a aprovação do Plano Diretor, mas ainda não teve seus dados lançados no cadastro municipal, pois está dependendo da finalização de levantamento pelo ITESP. Do mesmo modo, ainda não constam os bairros Vitória e Pimentas que compunham a zona rural, mas que já foram decretados como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), em 2010, na lei do Plano Diretor.

Para verificar o crescimento desses bairros, procuramos outras fontes de pesquisa como o Cartório de Registro de Imóveis (CRI), mas, na grande enchente de 2010, que arrasou o município, esse estabelecimento também foi atingido. Sendo assim, a pesquisa por informações foi prejudicada, pois, o sistema de busca ainda não está totalmente organizado, impossibilitando realizar a procura por bairros ou datas nas matrículas, pois isto demanda que as pesquisas sejam feitas manualmente.

IDENTIFICAÇÃO DOS BAIRROS

1 - CENTRO	10 - OÍDEO
2 - ALTO DO CRUZEIRO	11 - CONJ. MONS. TARCÍSIO C. MOURA
3 - BENFICA	12 - VIGOR - MORRO DO JUIZ
4 - CONJUNTOS POPULARES	13 - VERDE PERTO
5 - CHÁCARA COELHO	14 - VÁRZEA DOS PASSARINHOS
6 - ORRIS	15 - JOVEM
7 - PIMENTAS *	16 - VITÓRIO *
8 - SÃO BENEDITO	17 - SANTA TEREZINHA (NHÁ LEOCÁDIA, VILA UNIÃO)
9 - LEMOS RIBEIRO	* BAIRRO NA ZONA RURAL DECRETADO COMO ZEIS URBANA

PONTOS DE REFERÊNCIA

- A - IGREJA DO ROSÁRIO
 B - IGREJA MATRIZ
 C - PRAÇA DR. OSWALDO CRUZ
 D - POLÍCIA MILITAR
 E - CAPELA DAS MERCÊS
 F - MERCADO MUNICIPAL
 G - CASA DR. OSWALDO CRUZ
 H - SANTA CASA
 I - CAMPO DE FUTEBOL

Mapa 1- Delimitação dos Bairros Urbanos de São Luiz do Paraitinga
 Elaboração: Natalia S. Moradei - 2015

Considerando que a Prefeitura Municipal, em 2010, firmou um convênio com o Governo do Estado de São Paulo para promover a regularização fundiária da área urbana e de aglomerados na zona rural, o levantamento topográfico e cadastral desse trabalho foi utilizado como fonte de pesquisa. A regularização fundiária visa reverter a situação que predomina no município, considerando que a maior parte da cidade não possui títulos definitivos de propriedade, e, quase a totalidade dos bairros está em situação fundiária irregular ou clandestina.

De acordo com o Ministério das Cidades (2010, pg. 8):

(...) a informalidade urbana ocorre na quase totalidade das cidades brasileiras. Embora não exclusivamente, a irregularidade é, em sua maior parte, associada a ocupações de população de baixa renda, que historicamente não teve acesso à produção formal de habitação, e, como consequência, é impedida de concretizar, no quadro da legalidade, seu direito à cidade e exercer plenamente sua cidadania.

A regularização fundiária pleiteada pela Prefeitura Municipal no ano de 2010 teve sua primeira etapa vinculada ao “Programa Cidade Legal” da Secretaria de Habitação do Estado que realizou o diagnóstico preliminar das áreas, incluindo histórico da ocupação e dados cadastrais dos moradores que compareceram à chamada pública então realizada.

Posteriormente, o “Projeto São Luiz de Volta ao Mapa”, desenvolvido pelo ITESP em parceria com a Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga e, patrocinado pelo Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID), buscou o restabelecimento do cadastro imobiliário municipal perdido na enchente. O projeto contou com reuniões comunitárias nos bairros indicados ao Programa para esclarecimento das ações aos moradores e com execução de levantamento topográfico e de dados cadastrais. A equipe de topografia realizou o levantamento de todos os lotes urbanos e o cadastro de todos os imóveis e de seus respectivos ocupantes e proprietários. A esse levantamento foi anexado o relatório produzido pelo “Programa Cidade Legal”. Estes produtos formaram a base fundamental para abertura dos processos administrativos de regularização, tendo início pelo Distrito de Catuçaba e pelos bairros urbanos: Alto do Cruzeiro e Santa Terezinha. Além disso, foram

elaborados os projetos de regularização das áreas visando a adequações de desconformidades ou compensações ambientais necessárias.

A necessidade da realização do programa de regularização fundiária — em praticamente todos os bairros urbanos — demonstra a fragilidade e a ilegalidade no processo de ocupação, de planejamento e de fiscalização na cidade de São Luiz do Paraitinga. A ex-prefeita Ana Lúcia¹⁷ (informação verbal) lembra que quando assumiu a administração em 2009:

(...) tudo era improvisado. Não havia uma política de planejamento para as áreas de expansão, embora o Plano Diretor já estivesse na Câmara Municipal para ser votado. Mas depois com sua sanção em 2010, o Plano Diretor estimula, orienta e convida à regularização.

Bonduki (1998) afirma que os investimentos públicos se concentram em áreas ocupadas pelas classes altas enquanto a produção informal de moradias de baixa renda é viabilizada pelos próprios trabalhadores, contando com a omissão e ausência do poder público nas periferias.

São Luiz, infelizmente, não foge à regra. A população que saiu do campo e foi para a área urbana de São Luiz buscou áreas desvalorizadas, sem a intervenção pública, e promovendo autoconstruções. Como considera Maricato (2003, p.79):

(...) E nas áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, nas áreas ambientalmente frágeis, cuja ocupação é vetada pela legislação e nas áreas públicas, que a população pobre vai se instalar: encostas dos morros, beira dos córregos, áreas de mangue, áreas de proteção aos mananciais... Na cidade, a invasão de terras é uma regra, e não uma exceção. Mas ela não é ditada pelo desapego à lei ou por lideranças que querem afrontá-la. Ela é ditada pela falta de alternativas. (...) O loteamento ilegal e a favela são as alternativas mais comuns de moradia da maior parte da população urbana de renda baixa e média baixa. Foi a "solução" que o desenvolvimento urbano, no Brasil, deu para grande parte para os moradores (...). Como já foi destacado, essa ilegalidade não é resultado de uma atitude de confrontação em relação à legislação, mas sim resultado da falta de opções.

Através de novas legislações como já citadas — a Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade de 2001, e os Planos Diretores — busca-se mudar essa realidade

¹⁷ Ana Lúcia Bilard Sicherle – Luizense, Professora, foi Assessora da Educação entre 2001-2008 e exerceu o cargo de Prefeita Municipal entre 2009-2012. Concedeu entrevista para esta pesquisa em São Luiz do Paraitinga no dia 19 de julho de 2015.

prevendo a garantia do direito de propriedade, à cidade, e a possibilidade da regularização de áreas consolidadas. Mas, apesar dos avanços, ainda está distante a efetividade dessa conquista.

A análise em São Luiz, realizada a partir do diagnóstico do “Programa Cidade Legal” permitiu identificar em que período a ocupação de cada bairro teve início e também em que circunstâncias ela ocorreu. Os documentos apresentados pelos moradores no cadastro mostram a origem da ocupação. Na maioria dos casos, ocorreu o parcelamento e a venda irregular sem a elaboração e aprovação de projetos. Em alguns casos a ocupação é fruto apenas da ocupação sem qualquer documento que comprove a aquisição, como é o caso do Alto do Cruzeiro. Tais informações foram sintetizadas a seguir.

Diagnóstico Preliminar Programa Cidade Legal – Situação Fundiária					
Identificação no mapa	Bairro	Data de início da ocupação	Número de Lotes atual	Forma de ocupação	
1	Centro Histórico	1779	250	Loteamento	particular/parcelamento
2	Alto do Cruzeiro	1960	541	Ocupação espontânea	
3	Benfica	1980	470	Loteamento particular	
8	São Benedito	1986* (parte)	78	Loteamento particular	
10	Ovídeo	1995	40 lotes	Loteamento particular	
9	Ribeiros	1980	33	Loteamento particular	
17	Santa Terezinha	1990	157	Loteamento particular	
14	Várzea dos Passarinhos	1930	160	Loteamento	particular/parcelamento
7	Pimentas*	1960	28	Ocupação/parcelamento	
16	Vitório *	1990	45	Ocupação/parcelamento	

Tabela 2 - Diagnóstico preliminar da Situação Fundiária de São Luiz do Paraitinga.

Fonte: Dados dos relatórios do Programa Cidade Legal, organizado por Natalia S. Moradei.

Outros bairros não tiveram seus diagnósticos elaborados pelo “Programa Cidade Legal”. Alguns, por se tratarem de loteamentos com projetos aprovados; e outros, por terem sido indicados posteriormente para regularização.

Identificação no mapa	Bairro	Data de início da ocupação	Número de Lotes atual	Forma de ocupação	Situação
4	Conj. Populares (CDHU/Habitar Brasil)	1992/1993	81	Loteamento Popular	Regularizado
5	Chácara Coelho	1995	9	Parcelamento	Processo de regularização
6	Orris	1990	45	Loteamento particular	Processo de regularização
11	Conj. Mons. Tarcísio de Castro Moura	2010	151	Loteamento Popular	Regularizado
12	Vigor - Morro do Juiz	1990	36	Loteamento particular/ Parcelamento	Regularizado
13	Verdeperto	1993	78	Loteamento particular	Regularizado
15	Jovem	1980	28	Parcelamento	Regularizado

Tabela 3 – Dados da ocupação dos bairros não inseridos no Diagnóstico Fundiário de São Luiz do Paraitinga.

Fonte: Cadastro PMSLP, Cadastro ELEKTRO, entrevistas. Organizado por Natalia S. Moradei.

A data de início da expansão da ocupação urbana para novos bairros coincide e é decorrência do momento em que ocorre o aumento populacional da área urbana, motivado pelas questões econômicas já abordadas.

Considerando o levantamento de dados, cartografias e imagens, elaborou-se o mapa de expansão da ocupação recente por décadas a partir de 1960.

Foram consultadas as seguintes bases: cartografias do Instituto de Geográfico e Cartográfico (IGC) de 1939 e 1953; do IBGE de 1969; e da Prefeitura datada de 2001, que marca o período mais recente. Imagens de satélite disponíveis a partir do século XXI e imagem aérea de 1970 também constituíram as fontes de consulta.

Já o mapa cadastral elaborado pelo ITESP, datado de 2014, que contempla toda a malha urbana com o perímetro urbano atual serviu como base de referência e limite da área de estudo.

Além disso, os dados populacionais obtidos em bases oficiais como IBGE, Prefeitura Municipal e em trabalhos acadêmicos anteriores, contribuíram para essa

contextualização e confrontação das informações levantadas nos documentos e cartografias.

A análise buscou também as legislações vigentes no período, que tratavam as ocupações de forma pontual, muitas vezes, contrariando a legislação federal — o que contribuiu para uma ocupação aleatória e sem ordenação, desconhecendo a necessidade de um plano de desenvolvimento territorial.

Como já dito, desde a elevação de São Luiz à Vila em 1773 até 1890, pouco foi acrescido ao Centro Histórico. E mesmo nas primeiras décadas do século XX, ainda pouco havia expandido na cidade. Os mapas elaborados pelo IPHAN e o mapa de levantamento do município realizado pelo Instituto Geográfico e Geológico do Estado de 1939 comprovam esta situação.

Figura 30 - Fases de Urbanização de São Luiz do Paraitinga 1773-1800.
Fonte: Dossiê IPHAN, 2010.

Figura 31 - Fases de Urbanização de São Luiz do Paraitinga 1800-1850.
 Fonte: Dossiê IPHAN, 2010.

Figura 32 - Fases de Urbanização de São Luiz do Paraitinga 1850-1890.
 Fonte: Dossiê IPHAN, 2010.

Figura 33 - Levantamento da urbanização de São Luiz do Paraitinga em 1939.

Fonte: IGC

Apesar de pouco ter sido alterado no Centro Histórico, no que diz respeito à expansão urbana, várias modificações marcantes se deram no ambiente construído. Como já apontamos na discussão sobre a paisagem, ao longo do tempo ocorreram, por exemplo, substituições (alteração no desenho da Praça, mudança da feição das Igrejas e de alguns casarões), e, algumas supressões, como por exemplo, a Casa de Câmara e Cadeia, construída após a enchente de 1863 e demolida no século XX.

Sr. Anésio Campos¹⁸, quando indagado sobre o que de belo e importante fora alterado na paisagem de São Luiz, se recorda da Casa de Câmara e Cadeia como uma das belezas antigas da cidade, relata que fora demolida por vontade dos políticos da época, sem uma justificativa clara. Ele comenta ainda que algumas partes e elementos do prédio foram usados em casas particulares na zona rural. A supressão desse edifício, talvez, tenha sido o primeiro impacto negativo na composição do

¹⁸ Benedito Anésio Rodrigues, (1920-2015) conhecido como Rei Canário. Luizense. Foi um incentivador do esporte sendo responsável pela implantação dos campos de futebol da cidade, que foram posteriormente desapropriados e transformados em outros equipamentos públicos. Conhecia muito bem a região e o Rio Paraitinga, tinha o dom de encontrar vítimas de afogamento que ficavam desaparecidas. Era uma personalidade de São Luiz. Concedeu entrevista no dia 06 de junho de 2015 em sua casa em São Luiz do Paraitinga.

conjunto arquitetônico da Praça da Matriz. A construção executada no local não respeitou a volumetria anterior e não se harmoniza com o conjunto histórico. Apenas seu uso, hoje, uma delegacia de polícia militar, resgata a antiga utilização.

Figura 34 - Vista da Praça Dr. Oswaldo Cruz, por volta de 1929, com a Casa de Câmara e Cadeia.
Fonte: Acervo Juventino Galhardo.

Figura 35 – Vista da Praça Dr. Oswaldo Cruz em 2015, o imóvel que ocupa o local da antiga Casa de Câmara e Cadeia não compõe harmonicamente o conjunto.
Foto: Natalia Moradei.

A Praça Dr. Oswaldo Cruz, como exposto no capítulo anterior, passou por várias reformas ao longo dos anos e, hoje, retoma o mesmo traçado dos jardins dos anos 1930.

A partir da sequência de imagens a seguir é possível observar tais transformações.

Figura 36 – Imagens da Praça Dr. Oswaldo Cruz em 1929.

Figura 37 – Imagens da Praça Dr. Oswaldo Cruz em 1936.

Fonte: Acervo Juventino Galhardo

Figura 38 – Imagens da Praça Dr. Oswaldo Cruz em 1992. Fonte: Acervo Juventino Galhardo

Figura 39 – Imagens da Praça Dr. Oswaldo Cruz em 2006. Fonte: Acervo Benito Campos.

Voltando a questão das alterações em função do crescimento, apresenta-se o mapa da expansão da ocupação urbana, criado para este estudo. O mapa apresenta a área consolidada do Centro Histórico até 1950, e a partir de 1960, define a expansão por décadas.

Nos anos 60, começam a aparecer alterações na configuração da implantação urbana de São Luiz. Na foto aérea da década de 70, já é possível observar claramente a ocupação subindo pelo Alto do Cruzeiro, bem como, à margem

direita do rio (antes da ponte principal), além de um adensamento da área da várzea já ocupada.

Figura 40 - Imagem aérea de São Luiz do Paraitinga em 1970.

Fonte: Acervo Juventino Galhardo.

Ocorre também a expansão nas áreas limítrofes ao Centro denominado Histórico, como, por exemplo, no sentido da Santa Casa, com a abertura da Rua Deputado Antônio Cunha Bueno onde foi construída uma escola, hoje denominada Escola Waldemar Rodrigues. Nesta rua, é possível observar a ocupação da parte baixa das encostas com a execução de cortes na base dos taludes. Na referida rua, há algumas minas d'água, que abasteciam as casas, muitas destas ainda hoje possuem poços e uma rede de drenagem que passa no fundo dos terrenos.

Outra área que teve sua ocupação acelerada foi o trecho que vai da ponte principal até o posto de combustível. Essa área situa-se à margem direita do rio, onde antes se localizava o campo da ponte e poucas construções. Era uma área totalmente

FASES DA EXPANSÃO URBANA

IDENTIFICAÇÃO DOS BAIRROS

1 - CENTRO	10 - OVÍDEO
2 - ALTO DO CRUZEIRO	11 - CONJ. MONS. TARCÍSIO C. MOURA
3 - BENFICA	12 - VIGOR - MORRO DO JUIZ
4 - CONJUNTOS POPULARES	13 - VERDE PERTO
5 - CHÁCARA COELHO	14 - VÁRZEA DOS PASSARINHOS
6 - ORRIS	15 - JOVEM
7 - PIMENTAS *	16 - VITÓRIO *
8 - SÃO BENEDITO	17 - SANTA TEREZINHA (NHÁ LEOCÁDIA, VILA UNIÃO)
9 - LEMOS RIBEIRO	
- * BAIRRO NA ZONA RURAL DECRETADO COMO ZEIS URBANA

Mapa 2 - Fases da Expansão Urbana de São Luiz do Paraitinga
Elaboração: Natalia S. Moradei - 2015

permeável e que fora ocupada por construções residenciais e pela construção de uma Escola Municipal, cuja autorização se deu através da lei municipal nº 573/1986 e que foi concluída em 1992. Mais tarde, em área contígua, foi construído o Centro Pastoral, prédio que pertencente à Igreja Católica. A urbanização nessas várzeas, sem dúvida, contribuiu de forma negativa para a vazão do Rio Paraitinga, já que, antes, nos momentos de cheia, podia se espalhar por toda a área.

Na década de 90, uma importante alteração foi realizada no centro histórico, a criação da Rua Ailton Rangel Presotto, à margem esquerda do Rio Paraitinga. Esta intervenção facilitou a mobilidade em períodos festivos na cidade e diminuiu o fluxo na área histórica. Por outro lado, foi mais uma ação negativa considerando a questão da vazão e da permeabilidade; já que, antes, esta área de fundos de lotes era composta por vegetação.

Ainda no Centro, outro fator interessante é que a Rua do Carvalho já havia passado por situações de risco de escorregamento antes da enchente de 2010. A lei municipal nº 586/1987 autorizava a Prefeitura a firmar convênio com a Secretaria de Cultura do Estado para a execução de obras de contenção entre os imóveis ímpares da Rua do Carvalho e o Rio Paraitinga. Não foi possível identificar os motivos pelos quais tais obras nunca foram executadas.

Além da expansão da ocupação urbana, é relevante observar também o adensamento que houve no Centro. Ao longo do tempo, as casas foram perdendo seus quintais e áreas permeáveis para novas construções. Em entrevista, o historiador Judas Tadeu de Campos¹⁹ (informação verbal) lembra que em décadas passadas, a maior parte das casas no Centro contava com quintais que tinham inclusive árvores frutíferas — os chamados pomares. Isso fazia parte da vida e da paisagem luizense. Atualmente, as áreas verdes internas às quadras praticamente desapareceram. Mais um fator de contribuição negativa para a drenagem urbana e até para as cheias do Paraitinga, mesmo que pequena diante de uma grande enchente.

¹⁹ Entrevista Judas Tadeu de Campos – Luizense, historiador, professor e autor do livro São Luiz do Paraitinga, Educação, Cultura.

Figura 41 - Meio e fundo de quadras com relevantes maciços de vegetação.
 Fonte: Acervo Juventino Galhardo

Figura 42 - Imagem aérea do centro de São Luiz, meio e fundo de quadras sem vegetação.
 Fonte: Prefeitura de São Luiz do Paraitinga.

Iremos, a partir deste momento, destacar alguns bairros que são mais significativos de São Luiz, apresentando um breve retrospecto de sua ocupação e das suas características, bem como buscaremos apontar os principais problemas resultantes do processo de ocupação para, oportunamente, relacionarmos aos danos causados pela enchente de 2010.

O **Alto do Cruzeiro**, de acordo com IPHAN (2010), está no rumo da estrada que ligava Taubaté a Ubatuba e a ocupação do primeiro patamar iniciou-se, em 1820, com a construção da “Casa Dr. Oswaldo Cruz” — como esta é conhecida atualmente. Mais tarde, no decorrer da década de 1830, vários lotes foram concedidos pela Câmara, com a abertura da Rua Boa Vista (hoje, Rua Dr. Oswaldo Cruz) e depois das Ruas da Floresta e do Cruzeiro, em 1855. Em 1903, a Câmara concede “cartas de data de terras” para vários requerentes, e permite, assim, que a “pobreza” ali se instale.

Desde o início, o bairro teve sua expansão como fruto da ocupação por posse e, propriamente, pelo incentivo do poder público. No início, com a concessão da Câmara e nas décadas seguintes, muitas vezes, de maneira informal e na barganha por votos.

Na foto de 1970 já é possível visualizar o avanço da ocupação para cotas mais altas. O bairro foi cada vez mais sendo adensado com a subdivisão de lotes e se expandindo para as cotas mais altas. Foi a área que mais recebeu os migrantes da zona rural devido à desvalorização em função da declividade e da precariedade da infraestrutura que era oferecida, comprovando as considerações sobre segregação espacial de Bonduki (1998) e Maricato (1997). Todo o bairro apresenta problemas de implantação: as ruas são estreitas, sem calçadas, com muitos degraus e há muitas vielas, sem acesso para automóveis. As casas são, na maior parte, precárias e uma grande parte delas está mapeada como área de risco.

A ocupação desordenada do Alto do Cruzeiro se contrapõe à malha regular do Centro Histórico, assim como a precariedade das habitações contrapõe-se à homogeneidade do conjunto urbano tombado, impactando diretamente na paisagem urbana de São Luiz.

Em 1995, o engenheiro Jairo de Andrade²⁰ (informação verbal), que atuou na Prefeitura nessa época, lembra que houve deslizamentos de terra que motivaram, inclusive, a remoção de famílias. A elas foi destinado o primeiro conjunto popular do município. Ainda segundo ele, o conhecimento dos problemas de risco era empírico e

²⁰ Eng.º Jairo Sebastião Barreto Borriello de Andrade – morador desde a infância em São Luiz do Paraitinga foi assessor de obras da PMSLP de 1993 até 1996. Vereador no município desde 2012 até o momento. Contribuiu como voluntário nos primeiros dias após a grande enchente. Concedeu entrevista no dia 15-06-2015 em São Luiz do Paraitinga.

pontual. Não se trabalhava com políticas públicas de gestão de áreas de risco. Não era possível devido à dificuldade de formação de equipe e a falta de recursos.

A partir do ano 2000, a ocupação do Alto do Cruzeiro atingia as cotas mais altas desse morro em direção à torre de comunicação em uma área de divisor de águas na parte mais alta da rua denominada Luiz de Aguiar. Além da expansão, ocorre o reparcelamento dos lotes, provocando: o adensamento do bairro, alta demanda por serviços e infraestrutura; e mais impactos como cortes e aterros para possibilitar as novas construções.

O Alto do Cruzeiro configura-se como um dos maiores problemas socioespaciais da cidade, estando entre os bairros mais populosos e mais vulneráveis social e ambientalmente.

Figura 43 - Vista geral da cidade de São Luiz do Paraitinga, com destaque para a ocupação do Alto do Cruzeiro.

Fonte: Cepam.

O **Bairro Várzea dos Passarinhos** é uma ocupação que teve início em 1930, a princípio, com parcelamento em chácaras. Era um bairro de transição entre o urbano e o rural, que, com o passar dos anos, teve suas chácaras desmembradas em lotes menores. Localiza-se em uma área de várzea plana — como o próprio nome já revela —, porém, passível de inundação e apresenta risco de escorregamento e solapamento em alguns pontos nas margens do Paraitinga.

Esse aglomerado de casas localiza-se nos dois lados da antiga estrada Taubaté-Ubatuba, via esta bem estreita em alguns pontos. No centro do bairro, há uma rua perpendicular à via principal, fruto de um projeto de loteamento em 1993. Em grande parte, as construções têm um padrão construtivo médio, a minoria apresenta-se de forma precária. Algumas edificações avançam para além da área plana, ficando próximas à encosta dos morros.

O adensamento do bairro Várzea dos Passarinhos é posterior às legislações federais sobre preservação ambiental. No entanto, o Eng. Jairo — que como já fora dito, atuou na década de 1990 — reconhece que a “luz acendeu” sobre esses problemas e restrições após o desastre de 2010.

O bairro da Várzea, por sua localização, não impacta visualmente a paisagem urbana central da cidade e é um dos acessos ao município. Como está nas margens do Rio Paraitinga, ficou severamente castigado em 2010, sendo necessárias várias intervenções e até remoções de moradias como veremos mais à frente.

O **Bairro Benfica** se formou em torno do córrego do lava pés, que se localizava na chegada de quem vinha do Rio Acima para a cidade. A forma da sua quadra principal (mais antiga e alongada) segue o percurso do córrego, que desapareceu no fundo dos quintais. Segundo Sr. Anésio Rodrigues, um dos primeiros moradores do bairro, adquiriu o lote na Rua Benedito de Souza Pinto, no fim da década de 60. Porém, a maioria das construções teve início aí na década de 80. Relata que “o córrego tinha início na área da chácara da família Rocha, onde funcionava uma olaria do Sr. José Cornélio”.

Sr. Anésio também conta que “a área do campo era um pasto do Sr. Juventino Lopes Figueira que possuía uma fazenda no Rio Acima e vinha a cavalo para a cidade com a família. Ele usava o pasto para soltar os cavalos”. Lembra ainda que nessa época havia apenas uma casa antiga no bairro, pois a chácara tinha uns 300m de frente e era do Sr. Wilson Costa. Mais tarde, a propriedade foi vendida para o Senhor Nenê Machado e seus herdeiros lotearam a área. Tais informações correspondem aos dados levantados pelo ITESP, quanto à data de início e à forma de ocupação.

Mais recentemente, além da ocupação nas margens do córrego, as edificações tomaram também áreas de encostas, promovendo a mudança da topografia original, gerando muitos cortes que deixam as áreas suscetíveis a escorregamentos.

Outra área, do mesmo bairro que fora ocupada, é a que se localiza em uma encosta frente ao cemitério. Nessa área também foi construído um necrotério na década de 60, conforme lei municipal nº 207/1961. As casas seguiam o mesmo alinhamento do necrotério.

Já na década de 90, foram implantados dois conjuntos populares e que apesar de respeitarem os 50 m de distância do Rio Paraitinga — ficam em áreas passíveis de alagamento. Na primeira área, que é mais alta, foram construídas 34 casas entre 1995 e 1996. As casas foram construídas para atender a demanda de algumas famílias removidas de áreas de risco no Alto do Cruzeiro e também do déficit habitacional. Como mencionado antes, esse foi o primeiro conjunto popular construído na cidade.

O segundo conjunto — localizado em área mais baixa em relação ao primeiro e sob o renque de casas de frente do cemitério — foi construído em parceria do poder público junto aos futuros moradores que trabalhavam em sistema de mutirão. Para a implantação desse projeto, foi necessária a execução de terraplanagem na área com aterros, incluindo ainda corte na base de encostas existentes.

Figura 44 – Conjunto popular do Bairro Benfica, do lado esquerdo da foto localiza-se o Rio Paraitinga.
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal.

Um dos cortes em questão colocou em situação de risco o renque de casas que ficava em frente ao cemitério, na parte alta da encosta. De acordo com informações de moradores, as famílias chegaram a ser retiradas dos imóveis, porém, foi permitido que retornassem tempos depois, sem que obras preventivas tivessem sido executadas. Na enchente de 2010, com a água atingindo a parte baixa dessa área, os problemas vieram à tona: os imóveis tiveram que ser removidos e as famílias transferidas para o novo conjunto habitacional.

Figura 45 - Conjunto popular do Bairro Benfica, ao fundo casas da parte alta da encosta que sofreram abalos estruturais.

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal.

O **Bairro Verde Perto** teve seu projeto de loteamento aprovado graças à lei nº 738/1993, permitindo a ocupação na margem do Rio Paraitinga. Apesar de atender aos procedimentos legais, encontra-se em área de várzea sujeita à inundação.

A enchente de 1996 o atingiu poucos anos após sua implantação. E, durante a enchente de 2010, as casas ficaram praticamente submersas, elas são de padrão médio e alto. O bairro possui infraestrutura completa com: água, esgoto, iluminação, drenagem e pavimentação.

Figura 46 - Ao fundo do lado direito da foto a terraplenagem para a implantação do loteamento Verde Perto. Na margem esquerda do Rio Paraitinga é possível visualizar a abertura da Rua Ailton Rangel Presotto, e abaixo do lado esquerdo a escola que havia sido recém-construída próximo a ponte principal.

Fonte: Acervo Juventino Galhardo

A área de preservação do Rio Paraitinga foi utilizada como área verde do loteamento, não havendo espaço de lazer; a área institucional — destinada ao Poder Público — foi aproveitada como Recinto de Exposições Agropecuárias até o ano de 2010.

O espaço ocupado pelo loteamento Verde Perto era mais uma área de escape das águas em épocas de cheia do Rio Paraitinga e que foi urbanizada, tornando-se mais um fator contribuinte para a diminuição da vazão. Além do problema da vulnerabilidade das cheias, algumas edificações — que ficam na área limítrofe entre o loteamento e a via de acesso João Roman — foram identificadas como área de risco pela proximidade com a encosta.

A área institucional municipal foi doada ao Estado de São Paulo após a enchente de 2010, para construção de um novo prédio escolar para o Ensino Médio. O grande volume construído se destaca na paisagem geral da cidade, apesar de a qualidade arquitetônica do projeto superar ao que havia no local anteriormente.

O **Bairro Santa Terezinha** localiza-se na Rod. Oswaldo Cruz, na margem oposta ao acesso para a sede do município. Na parte dos fundos, faz divisa com plantações de eucalipto.

Figura 47 – Vista do Bairro Santa Terezinha a partir da Torre.
Fonte: Natalia Moradei

A ocupação se deu a partir de 1990 com dois loteamentos, sendo o mais antigo denominado “Comunidade Santa Terezinha”, composto por duas quadras e, posteriormente, o “Residencial Santa Terezinha”, que possui oito quadras. Este último foi aprovado com lotes de 250m². No entanto, quando foi realizado levantamento em 2011, a situação fática era bem diferente: quase a totalidade dos lotes foi desmembrada, ficando os mesmos com 125m². Este adensamento por si só implicaria em uma revisão da infraestrutura oferecida.

Além disso, muitos lotes e o próprio traçado das vias e quadras foram locados de maneira distinta do aprovado, situação que levou à irregularidade fundiária do loteamento.

O loteamento aprovado previa sistema individual para tratamento de esgoto (fossas) — que deveria ser executado por cada proprietário — e sistemas de drenagem, redes de água e energia que deveriam ser executadas pelo loteador. Porém, isso não ocorreu. A drenagem foi parcialmente implantada; a rede de água só foi implantada com a intervenção da Prefeitura e o esgoto nos sistema de fossas se mostrou um grave problema, pois as mesmas ficavam saturadas e o adensamento agravou a condição de saneamento do bairro.

Outro problema é ausência de pavimentação, — o que dificulta o tráfego nas ruas — esta benfeitoria seria responsabilidade da Prefeitura, após a conclusão da infraestrutura básica por parte do loteador. É importante frisar que a maior parte das ruas possui declividade inadequada perante as normas urbanísticas.

Considerando os problemas enfrentados pela população do bairro Santa Terezinha, a ausência de providências do responsável pelo loteamento e ainda a omissão do Poder Público Municipal, o loteamento tornou-se objeto de ação civil pública em 2003. A ação prolongou-se até que o loteamento foi congelado pelo Ministério Público, em 2010, para evitar novas construções, até que fosse regularizado. Então, em 2011, a administração municipal solicitou ao Juízo de Direito da Comarca a nomeação como Gestora do Empreendimento, nos termos da Lei Federal n. 6766/79, que trata do parcelamento do solo urbano e, em dezembro do mesmo ano, foi nomeada como tal, vindo a produzir Trabalho Técnico de Engenharia e Plano de Trabalho para regularização dos Empreendimentos.

Foi um processo que envolveu duas frentes, garantindo a regularidade urbanística e a fundiária dos Loteamentos: 1ª – Intervenções que seriam de obrigatoriedade do Loteador; 2ª – Intervenções da Prefeitura Municipal visando a melhoramentos, à proteção do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida dos moradores daquele Bairro.

Uma das primeiras ações foi a inclusão do loteamento como prioridade no “Projeto São Luiz de Volta ao Mapa”, que fez o levantamento topográfico e cadastral de todo o bairro para subsidiar sua regularização perante o Ministério Público.

O loteamento apresenta várias inconformidades, tais como: disparidade no traçado das vias e sistema de drenagem entre projetado e executado; ocupação de áreas que deveriam ser de preservação permanente já que possuem inclinação acentuada.

Nesse caso, foram propostas as seguintes ações: congelamento de áreas consideradas de risco, readequação da finalização das ruas Elias Bilard de Carvalho e Raul Alceu Presotto, alargamento de ruas, readequação do traçado cadastral da Rua Mirante Antenor da Silva Pião e readequação do sistema de escoamento de águas pluviais. Esses itens foram apontados no parecer técnico contratado pela Prefeitura Municipal.

Além disso, em 2012, a administração congelou algumas áreas criando mais três Zonas Especiais de Interesse Social e Ambiental I, cujo plano diretor define como área de alta vulnerabilidade ambiental e social, em que é incompatível a ocupação por moradias.

O congelamento de áreas — identificadas como de risco — gerou a necessidade de permuta de lotes de terceiros adquiridos de boa fé com lotes de propriedade da Prefeitura Municipal. A permuta tinha três fins conforme justificativa apresentada no projeto de lei complementar do Plano Diretor (2012, p. 3), enviado à Câmara municipal:

1. Possibilitar a ampliação da área verde e a Recuperação da Área Degradada, como contrapartida às intervenções de impacto ambiental executadas no local, como ocupação de áreas de alta declividade, movimentação de solo, sem qualquer intervenção restauradora, ações estas que seriam compensações à liberação das novas construções na mesma Quadra “G”; 2. Diminuir custos com a diminuição da área de infraestrutura: a permuta de áreas permitirá a nova definição do traçado da Rua Elias Bilard de Carvalho que terá ser término demarcado no Lote 09 da Quadra “G”. Esta estratégia diminuirá obras de esgoto, obras de pavimentação, obras de gabião, em área que receberá recuperação ambiental, bem como poderá, no futuro, receber projeto de equipamento público. 3. Permitir a liberação de novas construções no local.

Os mesmos entendimentos de ampliação de área verde e recuperação de área degradada foram aplicados no final do prolongamento da Rua Raul Alceu Presotto. A proposta de um plano de recuperação de área degradada tem como objetivo alterar as condições ambientais, substituindo as “feridas” impactantes localizadas no empreendimento provocado pela movimentação de terra aleatória em área de declividade.

Em 2012, a prefeitura elaborou projeto de lei para permuta, fez edital de seleção, permutou os lotes, pleiteou recursos para readequação do sistema de drenagem e para pavimentação das ruas desse bairro.

Com relação ao esgoto, conseguiu adiantar o cronograma com a concessionária responsável pela coleta e tratamento do esgoto (SABESP), que incluiu o bairro em suas metas. Desde 2012, todo o bairro possui água e sistema de esgoto, com exceção das áreas congeladas nas quais essas redes não foram prolongadas.

Além disso, na mesma época, a Prefeitura, em importante parceria com a Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ (UNESP) discutiu junto à comunidade o desenvolvimento de projetos urbanísticos participativos para serem

priorizados pela gestão pública nos próximos anos. Foi possível a execução da obra de uma quadra poliesportiva no bairro e a instalação de uma academia ao ar livre.

A base cadastral da Prefeitura foi atualizada com a situação fática do bairro em 2013, baseada nos levantamentos de dados do ITESP, e os recursos pleiteados para drenagem e pavimentação foram liberados em 2014, quando tiveram início as obras no bairro.

Atualmente, esse bairro ainda apresenta deficiências, pois algumas ações previstas ainda não foram iniciadas, como a recuperação ambiental das áreas congeladas, por exemplo. Mas, mesmo assim, há perspectiva de um local legalizado, mais sustentável e equilibrado urbanisticamente.

O Bairro do Orris é um bairro rural com parcelamento irregular. Por ser contíguo ao centro e pelo número de moradias, foi incorporado ao perímetro em 2010. Pela lei nº 1072/2003, foi denominada como Vila Orris Barbosa Júnior, sendo reconhecida pelo agrupamento de casas. As mesmas caracterizam-se em grande parte como de médio padrão e os lotes apresentam áreas maiores que os da área central, também efeito de um local de transição entre urbano e rural.

Além disso, os lotes possuem grandes áreas permeáveis. Porém, apesar das boas condições para construção, o local está vulnerável à inundação. Foi atingido apenas na grande enchente de 2010, porém, sem casos de arruinamentos e interdições. O bairro tem sido um dos vetores de crescimento da cidade.

Figura 48 – Vista de parte do Bairro do Orris a partir da Torre.
Foto: Natalia Moradei

O Conjunto Habitacional Monsenhor Tarcísio de Castro Moura foi construído após a enchente de 2010 para atender a demanda de famílias que perderam seus imóveis e também das que foram retiradas das áreas de risco. Será discutido no próximo capítulo, com maior detalhamento, como parte das ações do processo de Reconstrução.

A partir das informações expostas, pudemos observar que o processo de expansão da ocupação urbana, em São Luiz do Paraitinga, ocorreu sem preocupação com impactos futuros e muito distante da ideia de um planejamento territorial, gerando conflitos socioespaciais, jurídicos e ambientais.

A implantação dos conjuntos populares do Bairro Benfica demonstra a incoerência entre a prática e a legislação vigente que condena este tipo de situação. A questão de um possível risco para as moradias e, principalmente, para a população em casos de nível elevado do rio não foi considerada, comprovando a ausência de preocupação com a preservação do meio ambiente e com as áreas já ocupadas irregularmente.

De acordo com a pesquisa em leis municipais, foi, também, na década de 90, que os córregos do Benfica e São Benedito foram canalizados. Com a execução da obra de canalização, a urbanização pôde avançar nessas áreas da cidade.

A pesquisa revelou também modificações na legislação de preservação das margens do Rio Paraitinga com a lei municipal 692/1992, o Poder Público Municipal define como deve ser o parcelamento do solo, determinando uma faixa de 15 metros de área não edificada e uma faixa destinada à circulação com 15 metros, perfazendo um total de 30 metros não edificado da margem do Rio Paraitinga.

No ano seguinte, é feita uma nova lei municipal, nº 738/1993, para a margem esquerda do Rio Paraitinga, que determina aí apenas uma faixa não edificada de 15 metros, o que possibilitou a implantação do bairro Verdeperto.

Sendo assim, podemos perceber que a questão de áreas de preservação do Rio Paraitinga varia de acordo com as administrações, com os interesses políticos, com a especulação imobiliária, com os interesses de avanço da ocupação urbana no município. Não há um entendimento da situação geral. As situações pontuais definem a expansão e o futuro da cidade, desconsiderando até mesmo leis federais que já

estavam em vigência. Sabemos que a competência de legislar, no âmbito local, é dos poderes municipais, legislativo e executivo; no entanto, as leis não devem ser menos rígidas que as federais, pois podem até ser mais exigentes, mas, o mínimo é preciso cumprir. No caso de São Luiz do Paraitinga, essa regra não foi respeitada.

Assim, comprovamos o que Maricato (2003, p.78) aponta:

A relação de favor e o clientelismo continuam a mediar as relações sociais, como há séculos. A aplicação da lei se subordina às relações de poder. A questão fundiária urbana é um nó não desatado, como sempre o foi no campo, ao longo dos séculos.

Concordamos ainda com as seguintes considerações da autora Maricato (2003, p. 81) sobre a lógica das ocupações e ausência de política habitacional:

A essência das ocupações ilegais e da produção dessa cidade informal está na ausência de uma política pública que abranja a ampliação do mercado legal privado (em outras palavras, é preciso baratear o produto), prevendo a participação de agentes lucrativos e não lucrativos e a promoção pública subsidiada para as famílias cujas rendas estejam abaixo dos cinco salários mínimos. Em outras palavras, as favelas e os loteamentos ilegais continuarão a se reproduzir enquanto o mercado privado e os governos não apresentarem alternativas habitacionais. A questão da ilegalidade e das alternativas de moradia legal é uma questão de política urbana (função social da propriedade e investimento voltado para a ampliação e democratização da infraestrutura urbana) e de regulação do financiamento imobiliário. A habitação, juntamente com transportes públicos e saneamento urbano, deveriam ser os temas prioritários do urbanismo brasileiro. Este, entretanto, continua a se guiar por modismos provenientes de realidades bastante diferentes da nossa.

No caso de São Luiz, as condições físicas do município situado em uma região de mares de morros acentuaram a escassez de áreas apropriadas para a ocupação urbana. E as leis menos restritivas apontadas foram propostas justamente para permitir a ocupação das várzeas, o que, a longo prazo, durante a grande enchente de 2010, trouxe inúmeros prejuízos e risco à população.

Sendo assim, o Poder Público, para atender a demanda de ocupação e os interesses particulares, estabeleceu novas regulamentações para facilitar o processo. No caso das várzeas, com a aprovação de leis mais brandas que as federais! E no caso de bairros como o Alto do Cruzeiro, reinou a omissão e o incentivo de ocupações

informais, usando isso como moeda de troca pelos políticos com a população menos favorecida. O poder Público, durante muito tempo, deixou a cautela de lado e vislumbrou o desenvolvimento da cidade com a expansão sem critérios, sem se preocupar com a dignidade, segurança e a qualidade urbana e habitacional.

Apenas a partir do século XXI, como verificado nas pesquisas em leis municipais é possível observar uma preocupação com questões sobre preservação e planejamento. Com relação ao Rio Paraitinga, é promulgada a lei que criou o dia em defesa do rio Paraitinga, lei municipal nº 927/2001. E também a lei municipal nº 1016/2002, proibindo a poluição nesse rio.

Iniciativas mais integradas e planejadas só surgiram no início da elaboração do Plano Diretor Participativo, em 2006, que foi realizado pela Prefeitura Municipal a partir de audiências nas comunidades e com assessoria e análise técnica da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP). No entanto, esse plano só foi aprovado no final de 2009, poucos dias antes da grande enchente. No Plano Diretor de São Luiz fica criada uma zona de preservação e recuperação nas margens do Rio Paraitinga no trecho urbano, que formaria um Parque Integrado com possibilidades de uso sustentável, como por exemplo, turístico e ambiental. Além do ordenamento e planejamento do uso do solo, esta lei também trouxe várias diretrizes almejando à recuperação e preservação ambiental, bem como a segurança e qualidade de vida dos moradores, tendo a função social da propriedade com instrumentos urbanísticos e jurídicos voltados ao interesse social como papel central.

A consequência da ocupação desordenada e desenfreada em áreas suscetíveis aos riscos de alagamento e escorregamento foi fortemente sentida na grande enchente de 2010.

A partir dela, uma nova concepção e novas tentativas de reverter os problemas da ausência de políticas públicas de planejamento e principalmente de habitação surgiram na busca de uma cidade mais digna urbanística, ambiental e socialmente.

Trataremos da grande enchente e de suas consequências no capítulo a seguir.

4. A GRANDE ENCHENTE DE 2010

Este capítulo refere-se ao tema central da pesquisa e nele vamos tratar do episódio que mais marcou a cidade de São Luiz do Paraitinga ao longo de sua história; a grande enchente de 2010. O capítulo está dividido em três momentos: no primeiro apresentamos um breve histórico das principais cheias que atingiram o município antes de 2010; o segundo se concentra na descrição da enchente de 2010, sob o olhar de quem vivenciou a catástrofe e o terceiro subcapítulo traz o renascimento de São Luiz após a vazão das águas, no período denominado de reconstrução, relacionando e discutindo as intervenções urbanas realizadas através das ações emergenciais e das ações de planejamento.

4.1. Histórico das cheias em São Luiz: uma catástrofe anunciada?

Como ressaltamos desde o início do trabalho, a localização da cidade de São Luiz do Paraitinga, às margens do rio que lhe empresta o nome, tornou-a suscetível à ocorrência de enchentes.

Para Spirn (1995, p. 147) “o rio e a sua várzea são uma unidade”. Sendo assim, podemos observar que, ao longo da história de São Luiz, as enchentes se tornaram ordinárias e, por inúmeras vezes, o Rio Paraitinga transbordou. As águas do rio ocuparam suas várzeas, ou seja, de fato rio e várzea se tornaram uma unidade. Porém, muitas dessas áreas de várzeas, como verificamos no capítulo anterior, foram ocupadas pela urbanização.

Nesse sentido Spirn ressalta que “A extensão na qual a várzea é comprimida e ocupada pode agravar os riscos naturais de enchentes numa cidade”. (1995, p. 150), sendo assim, dependendo do volume da enchente e dessas áreas cada vez mais ocupadas, os riscos e impactos são distintos.

AB’ SABER (2010, p. 3) — que tinha grande domínio geográfico sobre a região de São Luiz — afirma que a análise da cidade e do evento da grande enchente

envolve muitos aspectos, faz alguns informes e indicações, citando a expansão urbana:

O fato de maior risco para a cidade de São Luiz está relacionado à expansão que a cidade obteve na direção do vasto lóbulo do meandro existente à margem de terraços estreitos, que serviram primeiro para a instalação do povoado. (...) A cidade dos mais pobres dos habitantes se desenvolveu nas duas margens da íngreme ladeira, subindo progressivamente para a cimeira de morros mais altos.

Os exemplos citados pelo autor são os mais emblemáticos: a expansão do Centro Histórico e do Alto do Cruzeiro. No entanto, ele não cita outras expansões como a Várzea dos Passarinhos e os conjuntos populares implantados na década de 90 que, conforme já detalhamos, também ocuparam áreas sujeitas à inundação e sofreram severamente com a enchente de 2010, como veremos à frente. Assim, afirmamos, com certeza, que tais ocupações contribuíram para o agravamento dos efeitos da grande enchente.

AB' SABER (2010, p. 3) ressalta ainda que a configuração do Rio Paraitinga também contribui para as cheias de São Luiz do Paraitinga:

O perfil longitudinal do Rio Paraitinga é bem menos acidentado do que o Rio Paraibuna. Fato que implica em inundações mais acentuadas por ocasião de grandes e prolongadas chuvas; e transbordos mais violentos e trágicos para a cidade de São Luiz, em períodos climáticos anômalos. Processos hídrico-climáticos que acontecem de aproximadamente 11 em 11 anos, devido aos impactos da época *El Niño* sobre o território intertropical sul-americano.

Além disso, Gorski (2010, p. 21) lembra que:

Os verões chuvosos no Brasil escancaram a cada ano nossas disfunções urbanas. Dizem os jornais que é a “revanche dos rios”. Roubamos suas várzeas ao longo do processo de urbanização, e sua característica de sistema drenante nos responde com transbordamentos.

No decorrer de sua história, algumas enchentes marcaram a cidade de São Luiz pela proporção e impactos causados.

A mais antiga de que se tem notícia, é a enchente de 1863. No acervo do Arquivo histórico Municipal de Taubaté, uma notícia de um jornal da cidade, do século XIX, registra a catástrofe em São Luiz do Paraitinga. A reportagem — datada de dia 28 de janeiro de 1863 — relata a enchente que ocorreu na noite de 11 para 12 de janeiro do mesmo ano. O correspondente do Jornal deixou claro o abalo e a comoção da população diante dos estragos.

Segundo as informações, as águas chegaram até a proximidade da porta da Matriz pelo lado do “*pateo*”, e, pela Rua Direita (atual Rua Cel. Domingues de Castro) alcançou a porta lateral da Igreja das Mercês. A enchente causou a destruição de duas pontes, da primeira cadeia pública, de três sobrados (propriedades de Capitão Bento Domingues de Castro, Tenente Cel. José Domingues de Castro e Jeronimo Ramalho de Campos), de quatro casas térreas, entre muitas outras arruinadas. Ressaltou também que os muros — por onde a água passou — ficaram arrasados e, com isso, podemos concluir que eram feitos de taipa de pilão assim como os prédios ruídos. Quanto à cadeia, sugeriu que a reconstrução fosse feita em local mais conveniente e salubre, e que, na reconstrução das casas os pilares deveriam ser de pedra. (A nova cadeia foi construída ao lado da Matriz, completando o quadrilátero da Praça.) Destacou ainda a lástima, a desordem e confusão que a cidade enfrentava e estimou que o prejuízo excedesse a duzentos contos de réis.

Importante lembrar que, nessa época, a ocupação urbana se restringia apenas à área do Centro Histórico. Desse modo, todo o restante das várzeas eram áreas desocupadas e as águas do rio puderam livremente lhes alagar.

Outras enchentes posteriores possuem registros e estão mais presentes na memória da população. Uma delas é a enchente de 1967, quando o rio atingiu 5,80m acima do seu nível normal, chegando ao cruzamento das ruas Cel. Domingues de Castro e Monsenhor Gióia. Na figura seguinte, é possível observar que, nessa ocasião, as águas se espalharam por toda a várzea direita do Rio Paraitinga, onde foi ocupada, posteriormente, por residências e pelas Escolas Municipais.

Figura 49 - Enchente no Rio Paraitinga no ano de 1967.

Fonte: Acervo Benito Campos - Livro “A Imperial São Luiz do Paraitinga: História, Educação e Cultura, 2011”.

Depois disso, de acordo com Campos (2011), as enchentes se tornaram periódicas. Em 1971, houve uma cheia no Rio do Chapéu, causando destruições na Vila de Catuçaba e enchente no Rio Paraitinga, que atingiu 6,30m acima de seu nível normal. De 1967 até 1980, a Prefeitura chegou a decretar situação de calamidade pública por três vezes em decorrência das enchentes.

Em 1996, outro forte transbordamento ocorreu e, pela primeira vez, no século XX, as águas chegaram à Praça da Matriz. O principal fator foi uma tromba d'água na região da Serra do Mar. Nessa oportunidade, as águas do Chapéu causaram represamento do Paraitinga, que subiu rapidamente à zona urbana, provocando a inundação das várzeas. Na opinião do Eng. Jairo de Andrade²¹ (informação verbal), é preciso que o Rio do Chapéu atinja mais de 7m acima do nível normal para ter efeito no Paraitinga. A inundação causou muitos prejuízos materiais, porém, sem causar destruição de prédios. Porém, infelizmente, deixou três vítimas fatais: duas nas águas do Chapéu; e outra soterrada no Bairro Puruba, na zona rural.

²¹Eng.º Jairo Sebastião Barreto Borriello de Andrade. Concedeu entrevista no dia 15-06-2015 em São Luiz do Paraitinga.

Mas, apesar dessas perdas humanas, nenhuma das cheias anteriores foi tão devastadora como a enchente de 2010, a qual foi, literalmente, um divisor de águas na história da cidade. A enchente de 1º de janeiro de 2010 foi sem precedentes, pois não há nenhum registro histórico de um episódio tão intenso como esse. Como moradora da cidade e arquiteta da Prefeitura Municipal, na época, vivenciei a tragédia.

Vários fatores como corte da vegetação nativa, solo saturado, alta precipitação nas cabeceiras do Paraitinga, nível elevado do próprio Rio Paraitinga e cheia do Rio do Chapéu (que fica a jusante do município e provoca um contra fluxo) foram apontados como a causa dessa grande enchente.

Medeiros (2011) verificou a anomalia de precipitação no período da inundação ocorrida em São Luiz do Paraitinga, e concluiu que essa enchente histórica da cidade foi causada pelo acúmulo de chuva mensal e não pela ocorrência de uma precipitação máxima diária, o que popularmente poderia ser considerada uma tromba d'água. De acordo com os dados e as projeções hidrológicas feitas, MEDEIROS (2011, p. 101) conclui que:

Quando as chuvas acumuladas são analisadas, observa-se um alto volume precipitado, que pode ter contribuído para a saturação do solo e posteriores inundações ocorridas no dia 1 de janeiro de 2010. Nas estações localizadas na cabeceira da bacia, as chuvas diárias de janeiro de 2010 foram classificadas como chuvas extremas. O mesmo não ocorreu nas estações localizadas em São Luís do Paraitinga e Santa Branca, onde as chuvas diárias foram classificadas como leves ou moderadas. (...) As chuvas diárias elevadas observadas na cabeceira da bacia, assim como os meses chuvosos no ano de 2009, o alto volume acumulado e as condições de relevo contribuíram para a catástrofe observada na região. Os danos observados decorrem da ocupação da planície de inundação.

De fato, 2009 foi um ano atípico. Choveu muito durante todo o ano. Houve transbordamento do Rio Paraitinga em julho, período, normalmente, de seca. Em dezembro, o Rio Paraitinga chegou a transbordar por três vezes, sempre atingindo as vias marginais como a Av. Benedito Pião Sobrinho e a Rua dos Presottos.

Essa precipitação contínua provocou o aparecimento de pequenos escorregamentos em áreas de encosta, como, por exemplo, nos fundos da Rua do Carvalho, à margem esquerda do Rio Paraitinga. Tal situação evoluiu durante todo o mês de dezembro. Minha residência localiza-se nessa área e acompanhei diariamente

essa progressão. Na época, a solução apontada pelos especialistas foi cobrir com lonas as trincas do solo a fim de evitar maiores infiltrações e, após o período de chuvas, providenciar a execução de muros de arrimo e/ou contenções. Os escorregamentos e a fragilidade confirmam a saturação do solo, apontada como um dos fatores contribuintes para a enchente. Outros bairros como o Alto do Cruzeiro e Benfica, que possuem grande quantidade de imóveis em áreas de encosta ou próximos a elas, também estavam sendo monitorados.

Devido a todos esses problemas e com o nível do rio elevado, a Prefeitura Municipal e a Defesa Civil faziam também o monitoramento do Paraitinga. A noite do réveillon de 2009 para 2010 foi chuvosa, mas, todas as festividades ocorreram normalmente, desde a missa de Ação de Graças, na Igreja Matriz, até a apresentação de bandas tocando as marchinhas de carnaval no coreto da Praça Dr. Oswaldo Cruz, madrugada a fora.

4.2. A Grande Enchente

Na manhã do dia primeiro de janeiro de 2010, por volta de 7h30min, o rio Paraitinga havia transbordado e atingido as vias que o margeiam, alagando os primeiros imóveis. Muitas pessoas já começavam a ajudar os vizinhos cujas casas tinham sido afetadas. Uma prática comum é “erguer os móveis” e deixá-los dentro da casa, pois, comumente as águas subiam e baixavam algumas horas depois. Essa situação de cheias do Paraitinga é ordinária na estação das chuvas e os moradores — das áreas marginais ao rio — estavam adaptados. Desse modo, não houve grandes preocupações no primeiro momento. Nas cheias comuns, o rio se eleva em média de 2 a 4 metros do seu nível normal.

Por volta de 11 horas da manhã, da sacada do fundo de minha residência, situada na Rua do Carvalho e que dá vistas para o Rio Paraitinga, tive uma imagem sem precedente, pois a água já tinha atingido a margem direita do rio, fato que eu nunca havia presenciado. Mais um indício de que algo anormal já se anunciava.

Por volta das 13h do mesmo dia, a água havia atingido a Rua Barão do Paraitinga (próxima a Praça Dr. Oswaldo Cruz) e a Rua Cel. Manoel Bento (Rua do Mercado Municipal). Esse nível de cheia é menos comum, porém já fora registrado como na enchente de 1996, que sofreu interferência do Rio do Chapéu — sendo a maior referência das últimas décadas.

Figura 50 - Enchente dia 1º de janeiro – 13h20. Local: Praça Dr. Oswaldo Cruz
Foto: Natalia Moradei

Figura 51 - Enchente no dia 1º de janeiro – Vista panorâmica durante sobrevoo de helicóptero da Polícia Militar. Fonte: Arquivo Defesa Civil Municipal

Figura 52 - Enchente no Rio do Chapéu no dia 1º de janeiro, trecho na margem da Rodovia que liga a Oswaldo Cruz ao Distrito de Catuçaba. Várias quedas de barreiras características do solo saturado.

Figura 53 - Trecho da ponte na Rod. Oswaldo Cruz, acesso ao Bairro Várzea dos Passarinhos.

Fontes: Arquivo Defesa Civil Municipal.

Depois disso, visitei alguns imóveis próximos às encostas, no Bairro Benfica e na Rua do Carvalho, orientando os moradores a não permanecerem em áreas suscetíveis ao escorregamento. O solo estava extremamente encharcado e o risco era iminente. Nesse período, a chuva já estava bem fina. Junto com outros funcionários, estive na sede da Prefeitura na tentativa de encaminhar dados atualizados para a Defesa Civil do Estado. Na parte da frente, com acesso pela Praça Dr. Oswaldo Cruz, a água já atingia a guia, começando a cobrir a calçada, e também estava prestes a atingir, pelos fundos, o edifício anexo da sede da Prefeitura Municipal. (Na ocasião, os departamentos da Prefeitura funcionavam no anexo, uma vez que o prédio principal encontrava-se na fase final da obra de restauro). Dos fundos da Prefeitura, pude observar os terrenos vizinhos, onde as águas tinham invadido todos eles. Outra imagem marcante foi avistar o Diretor de Turismo da Prefeitura, Eduardo Coelho, em um caiaque, no quintal do supermercado Cursino, tentando conter os botijões de gás que estavam rodando com a força das águas. Nesse momento, todos os móveis e computadores da Prefeitura também foram desligados e colocados em locais mais altos como prateleiras e na parte superior de armários.

A Polícia Militar e a Defesa Civil Municipal sobrevoaram a cidade e o Rio Paraitinga para verificar a extensão atingida pelas águas.

Figura 54 - Enchente durante o dia 1º de janeiro - Vista do Bairro Várzea dos Passarinhos e da Rod. Oswaldo Cruz.

Fonte: Arquivo Defesa Civil Municipal

Figura 55 - Enchente durante o dia 1º de janeiro, conjuntos populares do Bairro Benfica.

Fonte: Arquivo Defesa Civil Municipal

Durante a tarde, a ponte principal (que atravessa o Paraitinga) foi interditada devido à preocupação com sua estrutura e só era permitida a passagem de carros oficiais e de pedestres, se fosse extremamente necessário. Já no início da noite, por volta de 18:00 horas, as águas já passavam sobre essa ponte.

Nesse momento, as águas cobriram também todo o piso da praça, situação esta alarmante e que a maior parte dos moradores nunca havia presenciado. A partir daí, a cidade ficou isolada, pois, a correnteza da água estava forte sobre a ponte principal.

Um pouco mais tarde, durante um período, as águas pararam de subir e a esperança, baseada também na experiência das enchentes corriqueiras, era que, após a estabilização por um tempo, o nível do rio começasse a baixar. Entretanto, não foi o que aconteceu. Já no fim da noite, as águas voltaram a subir muito rapidamente e invadiram os imóveis do centro que ficavam, cada vez mais, frágeis.

O caos estava instalado, pois muitas pessoas que permaneceram no pavimento superior de imóveis, como, por exemplo, nos sobrados da Praça Dr. Oswaldo Cruz, acreditando que as águas iriam baixar, ficaram isoladas, sem ter como deixar as casas. Como destaca Ab' Saber (2010), o fato de os cidadãos terem demorado a entender a gravidade da enchente provocou dramáticos problemas.

Começaram os momentos de tensão, pois, aproximadamente, às 20h30min, o primeiro imóvel ruiu. Foi uma casa térrea de grande valor histórico situada na Rua Barão do Paraitinga. Isso trouxe desespero aos parentes daqueles que permaneciam nos sobrados e também muito trabalho aos praticantes de rafting²². Foi graças a esse trabalho realizado até a madrugada, que não houve perdas humanas na cidade, pois os rapazes salvaram moradores e vários animais domésticos. Eles se dividiram em grupos e percorreram todos os bairros, gritando em busca de moradores e, por vezes, foram guiados pelos gritos de "socorro".

A Escola Municipal Waldemar Rodrigues (localizada ao lado da Igreja Matriz), que, durante o dia, foi base para distribuição de alimentação aos voluntários, teve suas primeiras paredes ruídas logo após ser fechada. A área central estava toda inundada assim como outros bairros que cresceram às margens do Rio Paraitinga, como a Várzea dos Passarinhos.

Nesse momento me dei conta de que — além de todos os problemas que a enchente estava causando e ainda iria causar ao município, — havia a possibilidade

²² Rafting – prática de descida em corredeiras utilizando botes infláveis e equipamentos de segurança. Três empresas de rafting atuam no município. Quando ocorreu a enchente de 2010, as empresas disponibilizaram os botes e cerca de 50 praticantes foram os responsáveis pelo salvamento de aproximadamente 800 moradores. Foram reconhecidos pela comunidade como heróis sendo chamados de “anjos de remos”.

de perdermos todo o conjunto histórico, pois, as técnicas construtivas, como o pau-a-pique e taipa de pilão — características de muitos imóveis — não resistiriam à força das águas. Além disso, a maioria desses imóveis não possuía uma manutenção adequada, o que agravava a situação.

A Igreja Matriz, referência do povo luizense, local onde foram guardados bens retirados de outras propriedades, também começou a ser atingida pelas águas, algo até então inimaginável. Tendo em vista que o nível do rio atingia a altura das redes de distribuição de energia, a mesma foi desligada. A chuva havia parado no fim de tarde. A noite estava clara e a lua cheia iluminava todo esse cenário: o casario histórico refletia nas águas da enchente. Com o corte de energia, a comunicação também foi interrompida e o abastecimento de água suspenso, pois o rio já havia invadido a estação de tratamento da cidade.

Foi uma noite muito tensa, de medo e aflição. Os moradores das áreas não atingidas acolheram os desabrigados, mas, muitas pessoas permaneceram nas ruas observando o “mar” em que a cidade havia se transformado. As pessoas concentradas na parte alta do Centro Histórico, próximo à Igreja do Rosário, olhavam atemorizadas e inertes as águas que destruíam a cidade e, com ela, suas histórias e memórias.

Imóveis ruíram durante toda a noite, pois muitos estrondos eram ouvidos, porém, não era possível identificar de que prédios vinham. Durante a madrugada, os imóveis da Rua do Carvalho precisaram ser evacuados, uma vez que o escorregamento da encosta junto a suas casas evoluíra e colocara em risco sua estabilidade; era possível escutar fortes estalos, parecendo assim que as estruturas estavam se rompendo. Foi mais um momento de angústia e tristeza, porque a maioria era de moradores idosos, que ficaram abalados por terem de deixar seu lar.

Na madrugada, as águas pararam de subir, mas a cidade estava submersa. O rio tinha atingido o ápice da enchente, aproximadamente 12m acima do nível normal. Algo inacreditável até então. A área urbana inundada na enchente de 2010 está representada no mapa 3.

ÁREA ATINGIDA PELA ENCHENTE

IDENTIFICAÇÃO DOS BAIRROS

1 - CENTRO	10 - OVÍDEO
2 - ALTO DO CRUZEIRO	11 - CONJ. MONS. TARCÍSIO C. MOURA
3 - BENFICA	12 - VIGOR - MORRO DO JUIZ
4 - CONJUNTOS POPULARES	13 - VERDE PERTO
5 - CHÁCARA COELHO	14 - VÁRZEA DOS PASSARINHOS
6 - ORRIS	15 - JOVEM
7 - PIMENTAS *	16 - VITÓRIO *
8 - SÃO BENEDITO	17 - SANTA TEREZINHA (NHÁ LEOCÁDIA, VILA UNIÃO)
9 - LEMOS RIBEIRO	
- * BAIRRO NA ZONA RURAL DECRETADO COMO ZEIS URBANA

Mapa 3 - Delimitação da área urbana de São Luiz do Paraitinga atingida pela enchente de 2010
Elaboração: Natalia S. Moradei - 2015

Quando amanheceu, no dia 2 de janeiro, era possível observar alguns estragos da noite anterior. Pouco sobrava da Escola Waldemar Rodrigues. Como arquiteta, sentia que não apenas um prédio ruía, mas tudo que havia sido preservado — por mais de um século — ia embora com as águas. Algo que seria impossível resgatar, tamanha a destruição!

Como funcionária da Prefeitura Municipal, estava preocupada em como iríamos recuperar o município e atender tantos desabrigados. A hora em que as águas baixassem, por onde começaríamos? As equipes teriam salvado, de fato, todas as pessoas, ou descobriríamos alguma perda humana? Devido à falta de acesso e comunicação, não se tinha notícias de todas as áreas e muitas famílias não tinham notícias de todos os parentes, o que gerava ainda mais preocupação. Também me questionava o que poderia ter sido evitado se não fosse à existência de tantas ocupações irregulares, que colocaram, naquele momento, tantas pessoas em situação de risco?

Enquanto não era possível a mensuração dos danos da enchente, funcionários da Prefeitura e voluntários atuavam nas ações emergenciais como: retirada de pessoas acamadas, doentes, idosos e crianças; transporte de suprimentos para a área ilhada e distribuição de alimentos, água e velas que chegavam. O espaço utilizado para essa distribuição foi a Igreja do Rosário.

Figura 56 - Ponto de apoio no Bairro São Benedito para transporte de suprimentos para área ilhada, dia 2 de janeiro.

Figura 57 – Ponto de recebimento dos suprimentos no “Beco da Muchacha” – próximo a Rua do Carvalho.

Fonte: Arquivo Defesa Civil Municipal

Um fato interessante é que, nas filas organizadas para pegar alimentos, vimos desaparecer a desigualdade social. Naquele momento, todos estavam nas mesmas condições: pessoas abastadas — como os maiores comerciantes da cidade — também dependiam dos alimentos doados e usavam inclusive roupas doadas pelos mais simples tais como os moradores do Alto do Cruzeiro. Sobre a população do Alto do Cruzeiro, Ab' Saber (2010) a destacou como “Uma gente pobre que auxiliou os mais bem-aquinhoados do centro baixo da cidade”. (2010, p.166)

Muitas famílias — da parte não atingida pelas águas — tinham abastecido freezers e geladeiras para as festas de fim de ano e com tantos desabrigados e sem energia, as pessoas preparavam tudo que era possível e distribuíam aos necessitados.

Outro fato — também ligado à solidariedade — foi relacionado à água. Como o abastecimento fora suspenso, os proprietários de uma grande área — chácara do “Bozó”, no Bairro Benfica, onde há minas d'água — liberaram o acesso para a população. As pessoas faziam filas para o banho na água de mina, e também levavam recipientes para carregarem água a fim de preparem refeições e suprimirem outras necessidades.

Enquanto tudo isso acontecia, imóveis continuavam a ruir. O antigo clube, onde funcionava a Biblioteca Municipal, desapareceu nas águas. Ab' Saber (2010) expõe que ficou particularmente triste com este acontecimento, uma vez que, tempos atrás, ele mesmo tinha incentivado a mudança da Biblioteca para a Praça, para que ficasse no Centro e ao alcance de todos, principalmente, de jovens e crianças. Realmente, foi muito triste ver, primeiramente, as portas romperem com a pressão das águas, depois, os livros saírem boiando e, logo, o telhado submergiu com a enchente.

Mas, o momento mais chocante — e que mais marcou esta tragédia — foi quando, no dia 2 de janeiro, a primeira torre (esquerda) da Igreja Matriz veio abaixo. Eu estava na Rua Monsenhor Ignácio Gióia, na esquina da Rua do Cruzeiro, quando muitos estalos foram ouvidos. Sabíamos que a Igreja Matriz estava em risco, mas foi um grande desespero quando ela desabou. A queda da segunda torre (direita) foi ainda mais impressionante, já que se situava mais próxima da área em que estávamos. Quando o sino tocou, a torre veio abaixo. A impressão era que todo o Centro Histórico iria ruir junto, pois o impacto da queda da segunda torre da Matriz provocou um forte deslocamento da água, uma onda que causou a destruição de

outros imóveis. O lado direito da Praça ficou completamente devastado, pois a Biblioteca já havia desaparecido e outros casarões desabaram no momento de sua queda.

Figura 58 - Sequência da Queda da Segunda torre da Igreja Matriz, vista a partir da Rua do Carvalho.
Fonte: Chinica Medeiros

Foi uma comoção! Do local onde eu estava, só foi possível ouvir o som oco e extremamente forte que parecia uma implosão, mas, as pessoas que se concentravam no Alto do Cruzeiro, na Rua do Carvalho e aquelas que estavam do outro lado do Rio Paraitinga viram — como em uma cena de filme — o desabamento das torres da Igreja Matriz. Foi tão marcante que, ainda hoje, recordo os gritos de desespero, de medo e do choro de tristeza de todos naquele momento. Com certeza, uma experiência que não será possível esquecer. O desespero foi tanto que

Monsenhor Tarcísio²³, mesmo já muito doente, foi amparado até a janela de sua casa para acalmar a população que estava em choque, pedindo calma e fé. Ele lembrou que mesmo com o templo ruído, a Igreja estava dentro de cada luizense.

Figura 59 - Monsenhor Tarcísio na janela de sua casa, acalmando e abençoando a população após o início do desabamento da Igreja Matriz.

Fonte: Arquivo Jairo Borriello de Andrade

Nas horas seguintes, a população viu toda a Igreja sumir gradativamente. O corpo da Igreja, a cobertura sumindo nas águas e, depois de um tempo, o arco principal. As últimas paredes, próximas ao altar mor, ruíram por volta de três horas da tarde. Incredulidade e uma profunda tristeza tomou conta dos luizenses. A essa altura, São Luiz do Paraitinga estava em todos os noticiários e ficou conhecida em todo o país, infelizmente, por conta de uma tragédia. Mais uma, em meio a tantas que surgem todos os anos na época das chuvas, na reportagem do Jornal Hoje, do dia 04 de janeiro, São Luiz se destacava pela destruição do conjunto histórico e da Matriz.

²³ Monsenhor Tarcísio – Monsenhor Tarcísio de Castro Moura foi pároco em São Luiz do Paraitinga desde 1970 até 2010, ano de seu falecimento.

Figura 60 - Igreja Matriz durante o arruinamento.

Fonte: Arquivo Defesa Civil Municipal

Durante a tarde, subi pelo Alto do Cruzeiro a fim de verificar como estava o outro lado da cidade. Chegando à ladeira que liga a “Casa Dr. Oswaldo Cruz” ao Largo das Mercês, outra triste constatação: a Capela das Mercês também havia ruído! Era a igreja mais linda e mais antiga da cidade. Além disso, muitos imóveis da Rua Cel. Domingues de Castro não apareciam, estavam, provavelmente, arruinados sob as águas.

Notícias de destruição também chegavam de outros pontos da cidade, como da Várzea dos Passarinhos, trazidas por pessoas que atravessavam pelos pastos e alto dos morros. Helicópteros do exército e da Polícia Militar sobrevoavam o município e ajudavam na retirada das pessoas mais necessitadas, as que precisavam de tratamento ou medicação controlada.

No dia 3 de janeiro, a Defesa Civil Estadual chegou ao município para oferecer respaldo e orientações, solicitando que um bote retirasse a Prefeita Municipal da área ilhada. Até então, a chefe do Poder Executivo havia permanecido junto com a população, tomando as providências que eram possíveis e apoiando ações como:

distribuição de alimentos, direcionamento das equipes de salvamento e atendimento da população.

Figura 61 – Vista aérea da área central da cidade, no ápice da enchente, após o arruinamento da Igreja Matriz, no dia 02 de janeiro.

Fonte: Arquivo Defesa Civil Municipal

Figura 62 - Vista aérea do centro, no ápice da enchente, destaque para a cumeeira do Mercado Municipal.

Fonte: Arquivo Defesa Civil Municipal

Do outro lado do rio, no Bairro São Benedito, foi montada a base de comando em uma casa cedida pela moradora Ana Menecucci de Carvalho, conhecida como D. Anita. A Municipalidade, com orientação da Defesa Civil Estadual, decretou situação de calamidade pública, baseada nas características de origem e intensidade do desastre e também pela situação em que a cidade se encontrava. O Decreto Municipal nº 01 de janeiro de 2010 foi, posteriormente, reforçado pelos decretos de calamidade nas escalas estadual e federal. E assim se iniciava uma nova fase histórica e no cotidiano dos luizenses.

4.3. O Pós-enchente – A Reconstrução

Quando as águas baixaram, no dia 5 de janeiro de 2010, a cidade necessitava renascer — não, das cinzas como se costuma dizer, mas, nesse caso, da lama. Começava uma nova era em São Luiz do Paraitinga: a Reconstrução.

À primeira vista, foi um cenário de guerra com muito entulho e patrimônios ruídos. As encostas mostravam grandes “feridas abertas” na paisagem devido aos escorregamentos de terra. Bairros nas margens do Rio Paraitinga, como a Várzea dos Passarinhos, estavam devastados com uma grande quantidade de imóveis danificados e muitas famílias desabrigadas. Situação de caos: sem água, sem energia e com comunicação falha. Vários prédios públicos destruídos e estabelecimentos de serviços arruinados. As ruas estavam interditadas pelo amontoado de entulhos e lama. Além de tudo isso, o forte mau cheiro predominava.

Figura 63 - Praça Dr. Oswaldo Cruz, dia 4 de janeiro após a vazante da enchente.
Fonte: Arquivo Jairo de Andrade.

Figura 64 - Primeira equipe do Corpo de Bombeiros e voluntários que entrou na cidade após a vazante das águas. Fonte: Arquivo Jairo de Andrade.

Figura 65 - Vista da Rua Capitão Antonio Carlos. Fonte: Arquivo Defesa Civil Municipal.

Figura 66 - Rua Monsenhor Ignácio Gióia no dia 6 de janeiro.
Foto: José Patrício.

Evidenciam-se, em momentos extremos como esse, os erros de anos de história, a ausência de políticas públicas eficazes e a necessidade de planejamento.

Para recuperar todos os danos causados pela enchente, a municipalidade teve apoio do Estado, de Prefeituras vizinhas, de Universidades, bem como da população local e de todo o Brasil que, prontamente, ajudou de várias maneiras. Os órgãos de preservação — como CONDEPHAAT e IPHAN — e todas as Secretarias de Estado estiveram presentes, discutindo, disponibilizando serviços, recursos e apresentando propostas que permitiram iniciar muitas ações emergenciais para a recuperação da cidade e também ações de planejamento, visando à um futuro mais sustentável.

A primeira avaliação da situação da cidade foi formalizada através do documento de avaliação de danos (AVADAN) enviado ao Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), nos primeiros dias de janeiro e que serviu de subsídio para o decreto de calamidade pública a nível Federal no qual constou a seguinte condição: 5050 pessoas desalojadas e 95 pessoas desabrigadas, tendo a totalidade da população do município afetada direta ou indiretamente pela enchente. Com relação aos danos

apresentados na área urbana, destacam-se as seguintes informações: 134 residências danificadas; 97 destruídas; 3 unidades públicas de saúde danificadas, sendo elas: o prédio administrativo da assessoria de saúde, o Centro de Saúde e uma Unidade do Programa de Saúde da Família (PSF); 3 unidades de ensino danificadas (2 de ensino fundamental e 1 infantil) e 1 unidade de ensino destruída; 3 prédios públicos (incluindo as Igrejas) destruídos; 225 estabelecimentos de comércio danificados e 1 indústria danificada.

Uma das principais contribuições veio da Defesa Civil Estadual, que orientou os procedimentos para reestabelecimento da ordem em meio ao caos, visando, principalmente, à segurança dos moradores e ao atendimento das necessidades básicas. Foram estabelecidas frentes de trabalho que atuavam e se reuniam, todas as noites, na base de comando, realizando o balanço dos avanços obtidos no dia e programando as tarefas do dia seguinte.

As frentes de trabalho, primeiramente, desenvolveram ações emergenciais e iniciaram outras de planejamento com aplicabilidade a médio e longo prazos e que seriam amadurecidas e aprofundadas posteriormente.

Figura 67 - Vista de um dos lados da Praça Dr. Oswaldo Cruz, destaque para o casarão completamente destruído.

Fonte: Prefeitura Municipal

As informações disponibilizadas pela Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal, à época, mostram as ações prioritárias das frentes de trabalho bem como os responsáveis por cada uma delas:

FRENTE DE TRABALHO	RESPONSÁVEL
Recebimento e distribuição de alimentos e outras doações	Assessoria de Educação
Atendimento às famílias atingidas e aos abrigos temporários	Assessoria de Desenvolvimento e Promoção Social
Distribuição de medicamentos e atendimento médico	Assessoria de Saúde
Coordenação dos trabalhos das equipes da prefeitura e atendimento às frentes da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil do Estado, Grupo Garra:	Assessoria Administrativa e Jurídica.
Limpeza pública	Assessoria de Obras
Vistoria de imóveis	Diretoria de Obras e Defesa Civil
Liberação de estradas rurais:	Assessoria de Obras e Assessoria de Agricultura
Casa de apoio (base operacional que funcionou como Prefeitura):	Voluntários do Grupo Casarão e D. Ana Menecucci (dona da casa)
Voluntários na coordenação da limpeza e vistoria de imóveis:	Eng.º Jairo S. B. B. de Andrade, Eng.º Antônio Prado de Mello, Eng.º Sérgio de Almeida.
Salvamento às pessoas e responsabilidade pelo transporte de alimentos e remédios:	Voluntários do Rafting e Corpo de Bombeiros.

Tabela 4 - Centro de Reconstrução Sustentável de São Luiz do Paraitinga.

Fonte: CERESTA. Disponível em www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br

Como se pode observar, foram muitas atividades e inúmeros voluntários trabalhando para a recuperação da cidade.

Para facilitar o entendimento de todas as ações desenvolvidas, procurou-se, aqui, organizá-las em duas vertentes principais: as ações ligadas às intervenções urbanas emergenciais e as ações de planejamento com atenção especial naquelas que provocaram alterações na paisagem urbana.

4.3.1. Intervenções Urbanas - Ações emergenciais

A primeira ação emergencial estabelecida foi a limpeza das vias, o que possibilitou a realização de outras ações também emergenciais.

Com a desobstrução das vias, foi necessário manter policiamento constante na área atingida pela enchente para evitar que moradores ficassem em perigo, já que ainda havia risco de desabamento de imóveis e, também, para evitar furtos e saques, pois os imóveis, equipamentos e produtos estavam vulneráveis a essa condição.

Uma importante contribuição veio das prefeituras — de cidades vizinhas — que enviaram seus veículos e equipamentos para o auxílio nos serviços de limpeza, foram utilizadas máquinas retroescavadeiras e caminhões para a retirada do entulho e caminhões pipa para lavar as ruas. Sem essa ajuda, não seria possível executar esse trabalho de forma tão rápida. Toda a enorme quantidade de lixo era levada para uma área às margens da Rodovia Nelson Ferreira Pinto (que liga São Luiz à Lagoinha) e, depois, o mesmo era transportado para o aterro sanitário da cidade de Tremembé, o qual atendia às normas sanitárias e ambientais, uma vez que o de São Luiz do Paraitinga não comportava o volume dos escombros e entulhos que eram retirados da área atingida.

De acordo com Eng. Jairo de Andrade²⁴, cada rua passou por limpeza de três a quatro vezes. Isso se deu porque a equipe limpava uma vez e as pessoas, que entravam em suas casas, jogavam todo o entulho na rua novamente. Isso se repetiu até que todos os imóveis que tivessem condições estruturais de reocupação estivessem desimpedidos. A etapa de limpeza durou aproximadamente três semanas.

²⁴ Eng.º Jairo Sebastião Barreto Borriello de Andrade. Concedeu entrevista no dia 15-06-2015 em São Luiz do Paraitinga.

Figura 68 - Início da Rua Cel. Domingues de Castro, equipes de limpeza e voluntários.

Fonte: Prefeitura Municipal

Uma ação importante — resultante da desobstrução das vias de circulação — foi o acesso das equipes das concessionárias de energia (ELEKTRO S.A.) e de telefonia (TELEFÔNICA) para inspeção e restabelecimento de suas redes e, consequentemente, da comunicação e da energia na cidade.

De acordo com a matéria publicada na revista Conexão (elaborada pela própria empresa ELEKTRO), a concessionária teve 91% dos consumidores afetados pela enchente. Houve uma grande mobilização de eletricitistas, técnicos, analistas, parceiros, gestores e toda a diretoria da empresa para que o fornecimento de energia pudesse ser restabelecido com segurança e agilidade. Foram enviados mais de 130 colaboradores de outras regiões para que atuassem, em São Luiz do Paraitinga, na manutenção e reconstrução das redes de distribuição. Foi instalado um gerador na Praça Dr. Oswaldo Cruz para proporcionar iluminação e ajudar na recuperação e segurança do centro histórico. Outra ação foi a inspeção realizada em toda área afetada. Também foi montada uma unidade móvel para atendimento da população, que, em 34 dias, realizou 3.300 atendimentos.

O trabalho de energização foi iniciado em alguns pontos no dia 2 de janeiro. No dia 5 de janeiro, o fornecimento foi normalizado para 70% dos consumidores e, no dia 7 do mesmo mês, voltou ao normal em toda a cidade. Por intermédio do “Projeto Energia Comunitária – Por uma Comunidade Melhor”, foram doadas 150 geladeiras para famílias afetadas pela enchente, além de melhorias no sistema elétrico e de iluminação das residências atingidas. Os funcionários da ELEKTRO arrecadaram 20 toneladas de doativos entre alimentos, água, material de higiene e limpeza e roupas.

A limpeza possibilitou também avaliação das estações de água e esgoto. O restabelecimento da distribuição de água ficou a cargo da Secretaria de Saneamento, por meio da SABESP. Foram necessárias obras de recuperação da ETA (Estação de Tratamento de Água) — que ficou submersa na enchente —, substituição de hidrômetros, reparos de vazamentos, remanejamento de redes e estação elevatórias. As estações de tratamento de esgoto também foram atingidas, sendo necessárias obras e serviços de regularização da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), reparo nas redes coletoras e nas estações elevatórias. O investimento foi superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), segundo informações da Casa Civil do Estado de São Paulo²⁵ (informação verbal).

Outra importante ação da SABESP e da Secretaria de Saneamento foi a execução da obra de contenção e reposição da encosta para possibilitar a reconstrução da rede coletora de esgotos da Rua do Carvalho. Essa rua sofreu um grave escorregamento de terra que colocou em risco todo o renque de casas históricas que aí estão. Como a SABESP tinha uma rede coletora na encosta, ela se responsabilizou por essa obra emergencial, visando à recomposição da rede coletora de esgoto rompida e, principalmente, a segurança das casas tombadas. Essa obra foi orçada em R\$ 3.780.000,00 (três milhões e setecentos e oitenta mil reais). No entanto, é imprescindível salientar o grande impacto visual que ela causou na paisagem urbana. A encosta concretada tornou-se uma grande cicatriz no centro histórico de São Luiz do Paraitinga.

²⁵ Informação dada por Tenente Niglia, da Casa Civil do Estado de São Paulo, no Seminário “Planejamento Municipal e Áreas de Risco II – Vale do Paraíba”, em 25/11/2010.

Figura 69 - Encosta da Rua do Carvalho durante a baixa da enchente.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga

A limpeza imediata da cidade, também, foi essencial para a saúde da população, pois evitou a disseminação de doenças decorrentes de enchentes. Como mencionado anteriormente, em São Luiz do Paraitinga não ocorreu nenhuma epidemia. De acordo com relatório da assessora de saúde da Prefeitura Municipal²⁶ (informação verbal), isso se deve também ao trabalho preventivo realizado na cidade, pois grande parte da população já estava imunizada. No atendimento pós-enchente, foram comprovados apenas: 2 casos de diarreia e 3 casos de leptospirose. Foram aplicadas 541 doses da vacina (DT) contra difteria e tétano, incluídos moradores e voluntários que atuavam na cidade.

Outros aspectos relativos à Saúde também merecem ser registrados. Primeiramente, o relatório reforça que os prédios municipais de atendimento à saúde, na área urbana foram afetados pela enchente, incluindo as salas de fisioterapia e a farmácia. Além de quatro veículos da equipe de saúde atingidos. Dessa forma, antes mesmo da limpeza, a primeira ação foi reivindicar junto ao governo do Estado uma

²⁶ Relatório sobre as ações executadas pelo Departamento de Saúde da Prefeitura Municipal no pós-enchente, elaborado pela Assessora de Saúde, Ana Sílvia Carvalho Ferreira, em 2010 e enviado à Regional de Saúde.

nova grade de medicamentos do “programa Dose Certa” para atendimento da população. As equipes de saúde da família, das áreas urbana e rural atuaram no atendimento médico, na distribuição de medicamentos e, também, de cestas básicas. Paralelamente à ação de limpeza das ruas, a equipe de Vigilância Sanitária atuou na vacinação e na orientação do uso de equipamentos de proteção (luvas, botas e máscaras) e de como realizar a desinfecção das residências e dos estabelecimentos comerciais. Nestes, a primeira atitude foi a inutilização bem como o descarte adequado de produtos alimentícios, de limpeza, perfumaria e medicamentos. Outra importante atuação da Vigilância Sanitária foi a triagem das doações recebidas, verificando-se a sua validade e condição de uso, para então, destinar o material para os que dele precisavam.

Enquanto a limpeza era realizada na área atingida, outras ações aconteciam, visando a outros aspectos da recuperação da cidade e, principalmente, da vida da população luizense. Uma dessas ações foi a instalação de um posto móvel do Poupatempo, na Avenida Celestino Campos Coelho, que começou a funcionar na sexta-feira, 8 de janeiro de 2010. A unidade permitiu aos moradores retirarem segunda via de documentos como identidade, CPF, entre outros perdidos durante a enchente. Neste sentido de recuperação de documentos, foi muito importante também o auxílio que a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPEN-SP) prestou ao Cartório de Registro Civil de São Luiz do Paraitinga na recuperação e restauração de seus registros.

Postos móveis também foram instalados na mesma avenida, como, por exemplo, as agências bancárias do Banco do Brasil, Santander e também Caixa Federal (que apesar de não ter agência na cidade, montou o posto para facilitar a retirada do FGTS para aqueles que dele precisavam).

Retomando a ação de limpeza das ruas, vale destacar que ela possibilitou a realização de vistoria dos imóveis atingidos, permitindo a avaliação das suas condições para liberação ou interdição, bem como a avaliação de todas as áreas atingidas para a identificação dos setores que ainda estavam em risco e que precisavam de intervenções imediatas.

Conforme a limpeza avançava pelos bairros, era feita a vistoria nos imóveis particulares atingidos. A vistoria era realizada pela Diretoria de Obras da Prefeitura

Municipal, acompanhada de técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) e por engenheiros voluntários. A primeira vistoria considerava o risco maior e liberava ou não o imóvel para limpeza. Posteriormente, era realizada uma segunda vistoria mais detalhada e que verificava a condição estrutural do imóvel. Foram realizadas por volta de 800 vistorias. Esse procedimento foi organizado por bairros a partir dos mais afetados: Centro, Várzea dos Passarinhos, Benfica, Casas Populares, Orris, Verde Perto e Alto do Cruzeiro (devido aos escorregamentos).

Na área central, os imóveis são tombados e, por isso, tiveram um tratamento diferenciado. Nas primeiras vistorias, foram liberados apenas os imóveis sem danos estruturais, que poderiam ser limpos e passar por pequenas reformas como pintura e substituição de esquadrias internas avariadas pela enchente, porém, sem qualquer modificação estrutural, volumétrica ou estética. Já os imóveis danificados — que precisavam de reforma, restauro ou reconstrução — dependeriam de diretrizes e teriam acompanhamento dos órgãos de patrimônio (CONDEPHAAT e IPHAN). O balanço da área central foi de 18 imóveis arruinados e 65 imóveis parcialmente danificados. O restante foi liberado para limpeza e reocupação. A atuação nos imóveis históricos será tratada especificamente no próximo capítulo.

Na Várzea dos Passarinhos, um dos bairros mais atingidos, realizaram-se 113 avaliações: 8 imóveis ficaram destruídos; 11 muito danificados; 17 parcialmente danificados e 77 conservados. Os casos que ficaram destruídos e muito danificados foram objeto de um diagnóstico e de outras ações conforme veremos mais à frente.

No Bairro Benfica, próximo ao campo de futebol foram contabilizados 3 imóveis destruídos. Mais à frente, onde se localizam dois conjuntos habitacionais que foram completamente atingidos pela enchente, os imóveis ficaram danificados, mas, não houve destruição. No primeiro desses conjuntos, a Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (CDHU), que foi a responsável por sua construção, ofereceu o serviço de seguro para todos os imóveis. Já, no segundo conjunto — que havia sido construído em parceria com a Caixa Federal, no sistema de mutirão —, as avarias foram mais graves, mas, não houve destruição. Nesse caso, o município cadastrou proposta junto ao Ministério das Cidades para a reforma dos cinquenta imóveis do referido conjunto. Devido às exigências na forma de elaboração

dos cinquenta projetos específicos e na morosidade para a liberação dos recursos, o convênio firmado se arrasta ainda hoje.

Outra área atingida no Bairro Benfica (que trouxe muitos problemas) foi um renque de casas, situada em frente ao Cemitério Municipal, precisamente na encosta da Rua Bernardo Joaquim Dias em cota acima do “Conjunto Habitar Brasil”. A enchente provocou o solapamento da encosta e, conseqüentemente, o abalo estrutural das edificações. As trincas, no solo, atravessavam todos os imóveis na mesma direção, o escorregamento era muito provável, sendo assim todas as 17 moradias foram interditadas.

Em reunião realizada no dia 02 de fevereiro de 2010 com representantes do IPT, Defesa Civil Municipal, Prefeitura Municipal, CDHU e Ministério Público, foi avaliada a situação da encosta da Rua Bernardo Joaquim Dias, com duas possibilidades de recuperação para o local: uma prevendo obras de contenção do talude e reforma das unidades; e outra, a remoção das unidades e retaludamento do terreno. Considerando o alto investimento para recuperar as unidades e ainda a preservação e segurança ao longo prazo, das mesmas e das residências do conjunto Habitar Brasil no patamar inferior, optou-se pela remoção dos imóveis e retaludamento do terreno.

Essa era uma das áreas que, há muitos anos, já apresentava problemas de risco no município, o Eng. Jairo de Andrade²⁷ confirma essa informação. Em 1996, quando atuava como Assessor de obras do município, essas casas apresentaram problemas quando os conjuntos populares foram implantados na parte baixa. Porém, reconhece que estas informações eram empíricas e que não havia políticas públicas para a gestão desses riscos.

Nos bairros do Orris e Verde Perto, não houve destruições nem imóveis com problemas estruturais. Isto também se deve ao melhor padrão construtivo nos dois casos. Já, o Bairro Alto do Cruzeiro, apesar de não ter sido atingido pela enchente, sofreu os efeitos das chuvas que provocaram instabilidade de várias áreas. Foram realizadas vistorias em mais de 100 imóveis e que acarretaram em inúmeras interdições.

²⁷Eng.º Jairo Sebastião Barreto Borriello de Andrade. Concedeu entrevista no dia 15-06-2015 em São Luiz do Paraitinga.

Com relação aos espaços públicos atingidos, as vias de circulação também foram uma grande preocupação na época. A cidade estava praticamente isolada; somente o acesso do Bairro São Benedito estava em condições adequadas. O acesso principal, pela Via João Roman fora interditado, pois, além do desmoronamento na margem do Rio Paraitinga, a encosta oposta estava em processo de escorregamento. O acesso do Bairro da Várzea dos Passarinhos, pela via Vereador José Pinto de Souza, também tinha queda de barreiras e a pista estava desmoronando sobre a margem do Rio Paraitinga.

Figura 70 - Via de Acesso João Roman, no momento da interdição, apresentando escorregamento da encosta e início do desmoronamento da pista.

Fonte: IPT

Desse modo, como esses dois acessos são de responsabilidade do DER (Departamento de Estradas de Rodagem), a Prefeitura e o Governo do Estado acordaram que as obras ficariam a cargo da Secretaria de Transportes Estadual, sendo iniciadas em caráter emergencial pelo referido órgão. Foram executados serviços emergenciais de contenção e estabilização de taludes, revestimento vegetal, drenagem, recomposição de plataforma, proteção de margem do Rio Paraitinga e

recuperação da pista dos acessos a São Luiz do Paraitinga, no valor de quase vinte milhões de reais, conforme dados da Casa Civil²⁸ (informação verbal).

No trecho da Via de Acesso João Roman, nas obras de contenção, assim como na encosta da Rua do Carvalho, a vegetação — antes existente — deu lugar ao concreto. Apesar de serem necessárias, as obras de contenção deixaram marcas negativas, alterando de forma brusca a paisagem urbana de São Luiz do Paraitinga.

Figura 71 – Via de Acesso João Roman durante a obra.

Figura 72 – Via de Acesso João Roman após a obra, foco para o talude de concreto jateado.

Fonte: Prefeitura Municipal.

Figura 73 - Via Vereador José Pinto de Souza durante a enchente.

Figura 74 - Via Vereador José Pinto de Souza no início das obras.

Fonte: Prefeitura Municipal.

²⁸ Tenente Niglia da Casa Civil do Estado de São Paulo, no Seminário “Planejamento Municipal e Áreas de Risco II – Vale do Paraíba”, em 25/11/2010.

Figura 75 – Via Vereador José Pinto de Souza durante a execução da obra.

Figura 76 – Via Vereador José Pinto de Souza após a execução da obra.

Fonte: Prefeitura Municipal.

Para diminuir o impacto nessas áreas, sugeriram soluções como, por exemplo, criar painéis com pinturas artísticas. A proposta chegou a ser encaminhada em 2012, para os órgãos de patrimônio, mas foi indeferida. Por enquanto a indicação dos órgãos para essas áreas é a recomposição com elementos paisagísticos. Na encosta da Rua do Carvalho, esta proposta foi transformada em projeto em 2012, foi encaminhada e obteve aprovação e recursos do PAC Cidades Históricas. A obra foi iniciada em 2015, mas encontra-se paralisada e ainda não foi possível analisar seus efeitos.

Na análise das áreas de risco, foram identificados outros pontos com problemas de solapamento às margens do Rio Paraitinga e que poderiam atingir as Ruas Benedito Pião Sobrinho e Antônio Benildo Vaz de Campos. Nessas áreas, foram executadas obras com recursos para cidades em calamidade pública, disponibilizados pelo Ministério da Integração Nacional. Em alguns pontos a execução do gabião foi questionada considerando que poderia ter “invadido” ainda mais o leito do rio. No entanto, a obra executada pela prefeitura foi licenciada e fiscalizada pelos órgãos responsáveis.

O recurso proveniente do Ministério da Integração Nacional foi usado, também, em áreas que não foram atingidas por enchente, mas que corriam risco de escorregamento como as encostas do Bairro Alto do Cruzeiro, e, em pontes da zona rural, que precisavam ser recuperadas. Esta ação foi positiva para as áreas atendidas, considerando que sofriam há tempos com os problemas; mas, até então, nunca

havia recebido a devida atenção. Sob este aspecto, a enchente trouxe benefícios, ou seja, oportunidade para melhoria do bairro.

4.3.2. Intervenções Urbanas - Ações de planejamento

Ficou claro que a maioria dos problemas enfrentados, na enchente, estava diretamente ligada à má ocupação das várzeas e das encostas. Sendo assim, eram necessárias diretrizes que encaminhassem o futuro desenvolvimento do município de forma ordenada, criteriosa e com parâmetros bem estabelecidos. Dessa forma, foi ainda em meio aos escombros, na Praça Dr. Oswaldo Cruz, que, no dia 7 de janeiro de 2010, foi sancionado o Plano Diretor Participativo (o qual já mencionamos algumas vezes), aprovado pela Câmara Municipal em dezembro de 2009.

Vale ressaltar que a elaboração do Plano Diretor teve caráter participativo e com discussões que ocorreram entre 2006 e 2009. Além disso, apesar de não prever as interferências que a enchente trouxe, já contemplava a ordenação no uso do solo e um novo modo para ocupações futuras, rompendo com a desordem e desrespeito para com as condições físicas e ambientais existentes. No processo de reconstrução, sem dúvida, foi um norteador e evitou decisões precipitadas e sem embasamento.

O art. 2º, Lei nº 1347/2010, lei do Plano Diretor, estabelece normas de ordem pública e de interesse social que regulam o ordenamento das funções sociais da cidade e o uso da propriedade em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos, do equilíbrio ambiental, além de tratar dos ônus e benefícios das ações urbanizadoras, previstos na, já mencionada, Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, denominado Estatuto da Cidade.

Destacamos aqui alguns pontos relevantes do Plano Diretor Participativo, tais como: o enfrentamento das questões urbanas e ambientais do município; a valorização do setor rural do município, incentivando a formação das agrovilas; o desenvolvimento econômico a partir do turismo cultural; a definição do macrozoneamento urbano e a participação popular na elaboração dessa lei.

Anteriormente ao Plano Diretor, como ressalta a ex-prefeita Ana Lúcia²⁹ (informação verbal), “não havia política integrada de planejamento urbano e territorial, era tudo improvisado e com ações isoladas”.

Imediatamente, após a sanção desse plano, considerando o macrozoneamento urbano disponível e a existência de áreas definidas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), foi decretada como utilidade pública, aquela mais próxima de infraestrutura e equipamentos urbanos para a construção de moradias destinada as famílias que não poderiam retornar para seus imóveis de origem, que haviam sido danificados ou destruídos durante a enchente. Muitos imóveis ficaram definitivamente interditados pela Defesa Civil Municipal e IPT e as áreas foram definidas como congeladas através de um Decreto Municipal, a fim de minimizar os riscos.

Os primeiros dias — e até meses após a inundação — foram muito intensos, pois ocorreram inúmeras reuniões entre os órgãos envolvidos na Reconstrução. Essas versavam sobre os muitos assuntos pertinentes, como: recuperação do patrimônio, Rio Paraitinga, prevenção de enchentes, situação das casas populares. As reuniões foram registradas por meio de atas, que constam do arquivo do Conselho Municipal de Planejamento, estando sob a guarda da municipalidade. Como arquiteta da Prefeitura, também tive a oportunidade de participar de grande parte delas.

No dia 08 de janeiro, foi realizada uma reunião entre a Prefeitura e a Comissão nomeada pela Universidade de São Paulo (USP) para apoio à Reconstrução, na qual participaram, também, representantes do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e da Fundação Vila Nova Artigas. Nessa oportunidade, foram estabelecidas algumas ações emergenciais e outras, futuras. Como principal deliberação do dia, foi definida a priorização de ações fora da área atingida pela enchente, a criação de uma equipe de coordenação da Reconstrução — sendo presidida por representante da Prefeitura — e, ainda, a formalização de uma parceria ou convênio com a USP.

²⁹ Ana Lúcia Bilard Sicherle. Concedeu entrevista para esta pesquisa em São Luiz do Paraitinga no dia 19 de julho de 2015.

A equipe de coordenação — aqui citada — originou a formação de um Conselho Emergencial de Planejamento para a Reconstrução, o qual teve participação ativa e efetiva nas decisões no processo de Reconstrução da cidade. Sem dúvida, essa definição — em um momento tão recente após a inundação — foi fundamental para a participação de entidades e da sociedade civil durante o processo de Reconstrução.

Apesar de a formalização de convênio com a USP não ter se concretizado, a Universidade, ainda assim, apoiou várias frentes de trabalho, como, por exemplo, designando representantes para atuar como membros dos Conselhos Municipais. Mais tarde, em 2011, desenvolveu atividades de extensão na cidade, como o Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável e Integração Regional do Distrito de São Sebastião – São Luís do Paraitinga – SP, “*A Estrada Escola e o Núcleo de São Sebastião*”, elaborado por um grupo da Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU USP), coordenado pelo Prof. Sylvio Sawaya.

No dia 12 de janeiro, foi realizada uma reunião que contou com as presenças: do Secretário de Estado da Cultura João Sayad; da presidente do CONDEPHAAT, Rovená Negreiros; dos professores da USP, Carlos Alberto Cerqueira Lemos e José Pedro de Oliveira Costa; do Ministro interino da Cultura, Alfredo Manevy; e do presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida. A prefeita de São Luiz do Paraitinga, Ana Lúcia Bilard Sicherle, secretários municipais, representantes do IPT, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, núcleo São Paulo (IAB-SP), da Oficina Escola de Artes e Ofícios de Santana do Parnaíba e das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da USP e da Universidade de Taubaté - UNITAU estiveram presentes, também. A reunião ocorreu no salão da Pousada Primavera, a qual não havia sido afetada pela enchente.

Nessa ocasião, ficou definido que os trabalhos deveriam começar pelas duas Igrejas atingidas, em função da importância patrimonial e da referência afetiva que representavam para a população. No entanto, deveria ser iniciada imediatamente uma força tarefa para a recuperação do conjunto histórico de São Luiz do Paraitinga. Assim, foi proposto, por exemplo, a criação de um Grupo Gestor do Patrimônio Cultural para acompanhar todas as ações de recuperação e de valorização da cultura

bem como do patrimônio luizense. As ações relacionadas ao Patrimônio Histórico, como já dito, terão atenção especial no próximo capítulo.

Também uma importante reunião ocorreu no dia 23 de janeiro e contou com a presença de representantes dos órgãos envolvidos na Reconstrução: DAEE, Prefeitura, CONDEPHAAT, FAU, UNITAU. Nesse encontro, foi feito um importante questionamento: adianta reconstruir se poderá ocorrer nova enchente? Foram também expostos alguns condicionantes como a alta taxa de impermeabilização da bacia. Além disso, foi informado, pela diretora do DAEE, que o órgão realizaria um estudo hidrológico, sendo ressaltada, por um participante, a importância de um Plano de Macrodrenagem da Bacia do Rio Paraitinga.

De acordo com a autora SPIRN (1995, p. 171):

A prevenção de enchentes e a conservação e recuperação da água só poderão ser realizadas pelo efeito cumulativo de muitas ações individuais por toda a cidade. Mas o impacto de cada uma delas pode ser insignificante e até contra produtivo, se não fizer parte de um plano global que leve em consideração o sistema hidrológico de toda a cidade e sua região. Os problemas da poluição das águas e das enchentes em um lugar podem ser gerados em qualquer ponto, e a solução do abastecimento de água pode, no fim, agravar a poluição de água. As soluções mais efetivas, eficientes e econômicas dos problemas da água na cidade são frequentemente encontradas a montante de onde os problemas são sentidos com mais impacto.

O estudo de hidrologia se fundiu ao Plano Diretor de Macrodrenagem e só foi entregue em janeiro de 2012. Cabe aqui uma crítica à lentidão desse processo, pois houve muito atraso nos levantamentos e na elaboração de seu relatório.

A prefeita destacou a importância de ações para o ordenamento das áreas marginais ao Rio Paraitinga, lembrando que a pastagem e a monocultura de eucalipto também prejudicam a absorção das águas das chuvas.

Outra informação trazida pelo professor da FAU-USP e conselheiro do CONDEPHAAT, José Pedro, foi a definição dada pelo CONDEPHAAT para a utilização de materiais resistentes na reconstrução de imóveis e, também, a avaliação positiva sobre o escoramento emergencial realizado, logo após a enchente, nos imóveis que ainda apresentavam risco.

Na prática, essa diretriz inicial do CONDEPHAAT foi oficializada na Resolução SC - 3, de 23-2-2010, que trouxe as orientações para a recuperação da cidade, e pode ser aplicada na reconstrução dos imóveis, porém, com algumas ressalvas que veremos posteriormente.

Ainda na reunião acima mencionada, foram tratadas outras questões importantíssimas para o restabelecimento da cidade como o desenvolvimento econômico. Foi elencada, como prioridade a recuperação e reabertura do Mercado Municipal e a superação da dependência da crise, pois o comércio estava reabrindo suas portas, mas não vendia, já que tudo o que era consumido na cidade era fruto de doações.

Foi definida uma reunião para o dia 02 de fevereiro a fim de tratar especificamente do Desenvolvimento Econômico. Na referida reunião, foram deliberadas as seguintes questões: retomada da vida econômica e social bem como do calendário festivo para movimentar a cidade, lembrando sempre da necessidade de segurança. O carnaval foi apontado mais como um problema, já que se deve pensar em São Luiz o ano inteiro. Sugeriu-se também a utilização da mão de obra local para fomentar a economia e absorver as pessoas que haviam perdido emprego.

Tal definição foi muito benéfica, pois a Prefeitura Municipal empenhou-se em solicitar e orientar as empresas, principalmente da construção civil para contratarem a mão de obra local. Muitos profissionais receberam formação e estão, até hoje, trabalhando nessas empresas.

Também ficou definida a formação de uma Câmara Técnica — formada pelas Universidades — para desenvolver as questões econômicas. Foi apoiada a iniciativa de se rever e aplicar questões pertinentes do Plano Diretor com relação ao uso das áreas definidas como de expansão urbana e de restrições nas áreas atingidas. Esse apontamento culminou, naturalmente, na revisão do Plano Diretor em 2011.

Na leitura das atas de reuniões dos grupos emergenciais é possível identificar que muitas ações propostas não tiveram continuidade, ficando apenas registradas como um momento da história da cidade. Algumas ações, provavelmente, se mostraram inviáveis no decorrer dos estudos, por questões financeiras ou por

priorização. Outras ações foram esquecidas e se perderam durante o processo, o qual tinha um ritmo vertiginoso.

A grande disponibilidade de parceiros, ideias, recursos, e, por outro lado, a deficiência na quantidade de funcionários da Prefeitura, sem dúvida, contribuíram para que muitas ações não pudessem ser realizadas em São Luiz, um pequeno município, com uma estrutura mínima e um grande desafio para enfrentar. Aumentaram os problemas, as tarefas, as obrigações, mas a sua estrutura administrativa continuava a mesma. Por esse motivo, a administração solicitou que o Estado executasse muitas obras emergenciais e de recuperação do patrimônio diretamente, sem repassar os recursos para o Município.

Considerando as ações realizadas, é possível perceber que todas tiveram origem nas discussões iniciais e conceituais, além de terem sempre se pautado pelo Plano Diretor existente. Sem dúvida, não foi possível fazer tudo, mas, o que foi feito, estava contextualizado na participação em dois momentos, primeiro, da população durante a elaboração desse plano e, depois, no processo de reconstrução, contando com muitos parceiros e com a comunidade. A Reconstrução de São Luiz é fruto da união e da colaboração de todos.

Nesse contexto, uma parceria importante foi firmada entre a Prefeitura Municipal e a UNESP. O grupo que havia participado da elaboração do Plano Diretor Municipal, retornou a cidade após a enchente, e idealizou um grande projeto de apoio à Reconstrução envolvendo toda a Universidade — Pró-reitorias de Extensão, Pesquisa, Ensino e Administração, Unidades Universitárias da FAAC de Bauru, FEG de Guaratinguetá, FCL de Araraquara, FD de Franca, FE de Itapeva, FPS de Assis, FEB de Bauru e CEDEM de São Paulo — com o aval da Reitoria. O apoio da UNESP foi organizado em onze frentes de trabalho que assessoravam os vários departamentos da prefeitura. Todas essas foram fundamentais naquele momento, no entanto, destacamos nesta pesquisa, a frente denominada “Assessoria Técnica e Projetos para a Gestão Municipal do Plano Diretor Participativo de São Luiz do Paraitinga”, sob a coordenação do Prof. Dr. José Xaides de Sampaio Alves, que apoiou diretamente as ações de planejamento.

A UNESP também apoiou a iniciativa da Prefeitura Municipal para a criação do Centro de Reconstrução e Desenvolvimento Sustentável de São Luiz do Paraitinga

(CERESTA), que ocorreu por meio de decreto, em 07 de maio de 2010, essa ação de articulação da Prefeitura foi decisiva durante esse processo. O CERESTA surgiu da necessidade de um espaço para abrigar e proporcionar infraestrutura aos vários grupos de trabalho e órgãos envolvidos com a Reconstrução, após a grande enchente de 2010. A UNESP doou os móveis e equipamentos como: computadores, notebooks, impressoras, câmeras entre outros para viabilizar o funcionamento desse espaço.

No início, estiveram presentes no CERESTA os seguintes órgãos: Defesa Civil do Estado, IPT, CDHU, Secretaria do Governo do Estado para a Reconstrução³⁰, Técnicos da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico – UPPH/CONDEPHAAT, Técnicos do IPHAN e do Instituto Elpídio dos Santos (IES), além do Departamento de Planejamento da Prefeitura Municipal.

Durante toda a existência do CERESTA sua sala principal foi destinada a receber as reuniões de todos os Conselhos Municipais, e, também, palestras entre outras atividades desenvolvidas com as Universidades parceiras (USP, UNESP, UNITAU) que apoiavam a reconstrução.

Figura 77 – Placa da Sede do CERESTA.

Figura 78 - Reunião de Inauguração do Ceresta em 7/5/2010.

Fonte: Departamento de Planejamento PMSLP.

O CERESTA foi um espaço de discussão entre os envolvidos no processo de reconstrução e, também, de atendimento à população, funcionando como um

³⁰ O Governador determinou a criação de uma Secretaria para cuidar da Reconstrução de São Luiz do Paraitinga e centralizar e dar celeridade a todas as ações do Governo Estadual na cidade.

canal de comunicação sobre todos os assuntos pertinentes à reestruturação da cidade. Esse espaço era muito dinâmico: conforme uma situação ia se normalizando e outras necessidades surgiam, o seu uso adequava-se às novas demandas.

Em 2011, após o período mais emergencial, passaram a funcionar o Banco do Povo, o ACESSA São Paulo, o ITESP e os Departamentos de Planejamento, Obras, Cultura, Turismo e Comunicação da Prefeitura Municipal.

O CERESTA foi dissolvido em 2013, quando a restauração do prédio sede da Prefeitura Municipal ficou pronta e os Departamentos de Planejamento e de Obras da Prefeitura foram transferidos para lá. Os Departamentos de Cultura, Turismo e Comunicação ocuparam o prédio do Centro Turístico Cultural, o qual teve o restauro concluído em 2012. Julgou-se que não havia mais necessidade de manter um Centro que reunisse todos os envolvidos na reconstrução. Os documentos produzidos, nessa época, ficaram com seus respectivos departamentos, em sua maior parte com o Departamento de Planejamento.

Ainda considerando as ações de planejamento e voltando ao tema do Plano Diretor, que foi uma ferramenta balizadora da reconstrução, vale destacar o processo de implantação do novo Conjunto Habitacional, por meio do instrumento urbanístico das ZEIS, as quais estavam previstas na referida lei, possibilitando o atendimento a uma necessidade de forma ágil, permitindo o reconhecimento da área bem como da elaboração de material para providenciar a desapropriação, além de evitar a especulação imobiliária, o que poderia ter ocorrido na ausência de parâmetros pré-estabelecidos.

A localização do novo bairro é, sem dúvida, privilegiada, longe do risco de enchentes e próxima aos serviços públicos. O conjunto recebeu, além da infraestrutura básica (água, esgoto, energia, drenagem) ruas e calçadas pavimentadas, áreas de lazer com equipamentos e arborização nas ruas. Muitas melhorias como essas não são encontradas em bairros já antigos de São Luiz do Paraitinga. O novo conjunto contrapõe-se à exclusão social, diferente de muitas cidades que determinam áreas de ZEIS em locais afastados e que maximizam a segregação socioespacial.

A aquisição da área, a elaboração do projeto e também a construção do conjunto habitacional foram de responsabilidade da Secretaria de Habitação do Estado por meio da CDHU. O novo conjunto foi entregue em setembro de 2010, nove

meses após a catástrofe. Foram construídas 45 casas térreas e 106 sobrados agrupados em blocos de seis unidades, totalizando 151 unidades habitacionais. Na construção das unidades habitacionais, foi utilizado sistema pré-moldado de PVC, material inovador na região. Para a fundação, foi utilizado o sistema *radier*. Apesar da tentativa de criar um conjunto que se harmonizasse com a arquitetura da cidade — premissa também estabelecida pelo Plano Diretor, elaborou-se uma tipologia especial que tirou partido do casario tombado — e oferecer mais itens de infraestrutura do que normalmente ocorre em conjuntos populares, a implantação urbanística do conjunto não respeitou as características originais do terreno, gerando grande impacto visual.

Como dito no início, São Luiz do Paraitinga localiza-se em uma região de mares de morros. A área onde esse conjunto foi implantado, assim como quase todo o território do município, apresenta topografia acidentada apesar de ser mais amena. O projeto executado não aproveitou as características originais e optou por cortes e aterros em grandes proporções, criando patamares e altos taludes que exigem manutenção contínua (o que nem sempre o poder público municipal é capaz de realizar), provocando também instabilização de alguns aterros que se transformaram em situações de risco no Conjunto. Algumas evidências de risco são: o aparecimento de trincas no solo e, também, em alguns sobrados; taludes com solo exposto, sem qualquer vegetação; sistema de drenagem deficiente com canaletas obstruídas. A área de implantação das casas é mais amena, mas, a área dos sobrados fica onde o terreno sofreu maiores alterações.

Figura 79 - Implantação dos Sobrados Geminados.

Fonte: Natalia Moradei

O conjunto habitacional foi um dos maiores responsáveis pela mudança na paisagem urbana de São Luiz do Paraitinga. Em nove meses, um novo bairro surgiu onde, antes, eram apenas morros recobertos, em sua maior parte, por pastagem. O que mais causou polêmica foi a configuração da implantação do conjunto habitacional, porque gerou uma enorme movimentação de terra.

Figura 80 - Área do conjunto habitacional em obras.

Figura 81 - Área do conjunto habitacional concluído.

Fonte: CDHU

Outro aspecto relacionado ao Conjunto Habitacional está ligado à resistência de muitas famílias em deixarem o local de origem e se mudarem para o

novo empreendimento. Apesar do acompanhamento do serviço social municipal, oferecendo respaldo (abrigo, auxílio aluguel, alimentação, acompanhamento de saúde) às famílias durante o período de transição desde a enchente até o pós-ocupação do Conjunto, faltou um projeto social de engajamento para mediar tais conflitos. Por exemplo, grande parte dos ocupantes dos sobrados geminados — que deveriam funcionar em sistema de condomínio — não se adaptaram a este meio, e a rejeição se agravou nos blocos que apresentaram problemas estruturais. Segundo a equipe social do CDHU, esse conjunto, foi o único onde não se conseguiu implantar o regime de condomínio.

Uma das tentativas para gerar o pertencimento e apropriação dos espaços e atender a demanda das famílias, foi a elaboração de projetos pela assistência técnica da UNESP. Foram promovidas reuniões com a comunidade para discussão dos projetos: da área pública de lazer; dos projetos padrão de cobertura das garagens e fechamento das casas térreas; cobertura da área de serviço e ampliação dos sobrados, e fechamento com gradis dos sobrados.

Diante disso, muitos (a maioria moradores das casas térreas) reconhecem que vivem, atualmente, em uma condição melhor, em um bairro dotado de toda a infraestrutura necessária. Por outro lado, boa parte dos moradores dos sobrados não aceita conviver em condomínio e a rejeição se agravou diante dos problemas estruturais que surgiram. Sob esse aspecto, o Conjunto tornou-se um novo problema para a cidade.

De fato, uma contradição, novos riscos terem surgido justamente em um local criado para abrigar pessoas retiradas de áreas vulneráveis!

No período de Reconstrução uma das questões mais discutidas no CERESTA, era como evitar ou, ao menos, minimizar os riscos, ainda, enfrentados na cidade de São Luiz do Paraitinga. Os efeitos da enchente foram potencializados devido ao grande número de imóveis em áreas de várzea. Mas, a situação piorava com as áreas de encostas ocupadas e assim, algumas medidas foram tomadas a partir desses debates. Nos dias que se seguiram à inundação, além dos desabrigados pela enchente, muitas famílias foram retiradas de áreas de risco de desmoronamento, principalmente, no Bairro Alto do Cruzeiro.

Com apoio do Governo do Estado de São Paulo, a Prefeitura Municipal formalizou convênio com o IPT para a elaboração do mapeamento de riscos da área urbana de São Luiz do Paraitinga. O mapeamento permitiu não só o conhecimento e o monitoramento das áreas, aspectos essenciais para o controle do risco, mas também apresentou diretrizes sobre a gestão delas.

O mapeamento foi concluído e entregue oficialmente em agosto de 2010. Porém, como a atuação do IPT foi sempre acompanhada por técnicos da Prefeitura e da Defesa Civil Municipal, houve o direcionamento de recursos disponibilizados logo após a enchente para os casos mais graves.

Conforme foi mencionado anteriormente, a execução dessas obras foi resultado da importante parceria da Prefeitura Municipal com o IPT, que mesmo antes do relatório final, fez as indicações das áreas mais críticas e vulneráveis ao risco. Assim, quando o mapeamento foi entregue ao município muitas áreas já haviam passado por obras que minimizaram ou erradicaram os riscos. Em outras situações de risco muito alto, as moradias já haviam sido removidas. Dessa forma, várias ações indicadas no relatório já estavam concluídas.

Situações como essas demonstram eficácia na articulação entre órgãos que atuam em um mesmo objeto, ou com um mesmo objetivo, apresentando, um bom direcionamento de recursos públicos atendendo, de fato, áreas vulneráveis.

Os graus de riscos adotados pelo IPT (2010, p. 23) são caracterizados de acordo com o método sugerido pelo Ministério das Cidades e prevê quatro condições potenciais:

R1 – Risco Baixo: os condicionantes geológicos geotécnicos predisponentes e o nível de intervenção no setor são de baixa potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. Sem evidências de processos de instabilização.

R2 – Risco Médio- são de média potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. Observam-se algumas evidências de processos de instabilização, porém incipientes.

R3 – Risco Alto os condicionantes são de alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. Observa-se a presença significativa de evidências de processos de instabilização. Mantidas as condições é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.

R4 – Risco Muito Alto: os condicionantes geológicos geotécnicos predisponentes e o nível de intervenção no setor são de muito alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. As evidências de processos de instabilização são expressivas e estão presentes em grande número ou magnitude. É a situação mais crítica. Mantidas as condições é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.

Vale destacar que a inundação por si só, não é considerada, nesse método, de caracterização de risco, pois ele trata de questão concomitante com o solapamento. Considera-se que, em caso de inundação, o risco é previsível e é possível que as pessoas evacuem as áreas. Mas, os casos de escorregamento e solapamento podem ser repentinos, oferecendo mais risco às comunidades. Portanto, os riscos tratados no mapeamento de São Luiz não contemplam as áreas suscetíveis à inundação, com exceção, das que possuem o risco concomitante de inundação e solapamento, como, no caso, da Várzea dos Passarinhos.

De acordo com o relatório do IPT (2010), foram apontados: 7 setores com condições de risco médio - R2, 14 setores de risco alto - R3, e 10 setores de risco muito alto - R4.

O poder público municipal concentrou esforços e direcionou os recursos recebidos, principalmente, para as áreas indicadas como de risco muito alto (R4), e que precisavam de atenção imediata. Como citado anteriormente, foram executadas obras nas encostas do Bairro Alto do Cruzeiro, Bairro Benfica, Rua do Carvalho e, em alguns casos, a análise resultou na remoção de moradores, pois as obras não seriam viáveis, considerando os aspectos técnicos e financeiros.

Mais uma ação visando à reordenação da ocupação urbana e um desenvolvimento com menos riscos e mais sustentável foi a revisão do Plano Diretor Municipal, em 2011. A Assessoria de Planejamento do município, juntamente com o Conselho Municipal de Planejamento e com a assessoria técnica da UNESP, promoveu a revisão que buscou atualizar algumas situações que se consolidaram enquanto o plano estava em discussão (2006-2009). Também foram incorporados dados resultantes dos estudos pós-enchente, baseados, principalmente, no mapeamento das áreas de risco, elaborado pelo IPT.

Na revisão do Plano Diretor, foram criadas as Zonas de Especial Interesse Social e Ambiental (ZEIS-AMB) que, de acordo com o art. 70 da Lei 1458 de 2011, referem-se às áreas da zona urbana do Município, as quais são caracterizadas por ocupação irregular de moradias, em área de preservação ambiental ou de risco, por população de baixa renda, possuindo moradias precárias, e que foram consolidadas, no tempo, por ações e/ou omissões do Poder Público Municipal, necessitando da implementação de projetos de recuperação ambiental, congelamento definitivo, urbanização, de regularização fundiária e/ou de remoção de famílias (grifo nosso).

Dessa forma, houve congelamentos nos Bairros da Várzea e Chácara Coelho, situadas em área de risco de inundação e solapamento, e, em bairros como Alto do Cruzeiro apontando, inclusive, a necessidade de remoção.

Essas ações permitiram maior orientação, controle e fiscalização. Assim, houve gestão das áreas de risco. Outras obras de melhoria de infraestrutura — como drenagem adequada, captação de águas, execução de muros de arrimo e melhoria dos imóveis — foram incorporadas ao cronograma e executadas com recursos próprios do município, oferecendo mais segurança. Além disso, houve monitoramento constante da Defesa Civil Municipal que, por sua vez, ficou mais estruturada após a enchente, tendo em vista que foram incorporados novos funcionários e adquiridos equipamentos e viaturas.

Diante do novo cenário que se apresentava em 2012, o mapeamento de risco do IPT de 2010 já estava defasado. Foi formalizado, então, outro convênio com a Secretaria de Desenvolvimento, possibilitando um novo trabalho do IPT para atualização do mapeamento de risco.

Em consulta ao relatório do IPT (2012), fica clara a redução das áreas de risco e atuação eficaz que São Luiz teve em relação à gestão dessas áreas.

Um dos exemplos mais claros é o do Bairro Alto do Cruzeiro, área que possuía maior quantidade de setores de risco. Como mencionado anteriormente, a ocupação do “morro” começou em 1960 e a omissão do poder público permitiu um grande adensamento, resultando na área mais vulnerável do município. Aliás, o evento da inundação trouxe a oportunidade de direcionamento de recursos para esse bairro. Diante da realidade do país — que trabalha mais na recuperação do que na prevenção

— se não houvesse acontecido essa tragédia dificilmente o Bairro seria contemplado com as obras que recebeu.

No Bairro Alto do Cruzeiro, havia oito setores de risco no mapeamento de 2010, sendo: 2 R4 – muito alto; 5 R3 – alto; 1 R2 - médio (conforme terminologia já citada). No mapeamento de 2012, a condição passou para seis setores sendo: 5 R3 e 1 R2. Isso, graças às obras de contenção, drenagem e as remoções de moradias realizadas. Desse modo, os graus de risco ainda existentes diminuíram e o melhor fruto desse trabalho foi a erradicação dos setores com R4.

Figura 82 - Imagem do setor 07 da área 1 (Bairro Alto do Cruzeiro) em 4/2/10 definido como R4 no mapeamento de risco do IPT em 2010.
Fonte: IPT, 2010.

Figura 83 – Imagem da mesma área com obra de contenção, retaludamento e drenagem executada. Identificada no mapeamento de risco do IPT de 2012 como setor 5 da área 1 (Bairro Alto do Cruzeiro), e com o grau de risco minimizado para R3.

Foto: Natalia Moradei.

Essa situação de redução se repetiu nas demais áreas de risco mapeadas. No geral, em 2010, existiam 7 setores R2; 14 setores em R3 e 10 setores em R4. Em 2012, foram mapeados 11 setores R2; 18 setores em R3 e 2 setores em R4. Vale ressaltar, ainda, que um dos casos R4 teve a obra finalizada em março de 2013. O outro caso refere-se a uma área sem ocupação e que foi congelada no Plano Diretor, em 2011, no qual estava prevista a recuperação ambiental. Dessa forma, pode-se considerar que as áreas R4 foram, na prática, extintas. A partir disso, o foco das ações do Poder Público passou a ser os outros graus de risco.

É importante salientar que a monitoração e a gestão dessas áreas devem ser constantes, pois, de uma estação para outra, de um ciclo de chuvas para o outro, o ambiente pode ser alterado e os riscos podem voltar. Espera-se que essa boa atuação seja mantida e que cada vez menos pessoas vivam em áreas de risco.

Sobre a gestão pública durante o processo de reconstrução, é importante, registrar uma decisão que gerou polêmica: a destinação dada pelo poder Público aos recursos e itens oriundos das doações. Logo após a enchente, como já mencionado,

São Luiz ficou na mídia e recebeu apoio de todos os lados, a respeito de recursos financeiros, propriamente ditos, foram criadas campanhas na mídia, solicitando apoio para as vítimas da enchente. Os valores eram depositados em contas que estavam sob a tutela do Poder Público Municipal. Além disso, também houve campanha direcionando quais os itens de que a população mais precisava tais como: alimentos, produtos de limpeza, higiene, roupas, etc...

Desse modo, a população não ficou, em nenhum momento, desamparada. A comunidade atingida — direta e indiretamente pela enchente — recebeu regularmente alimentos, remédios, materiais de limpeza entre outros produtos. Recebeu também roupas, colchões, gás, e até móveis doados. Como citamos antes, mesmo com o comércio já em funcionamento não havia venda, pois todos continuavam a usar o que recebiam das doações. Em um dado momento, foi, inclusive, necessário solicitar a interrupção das doações para romper esse ciclo.

Com relação à doação de roupas, por exemplo, podemos dizer que ocorreu em demasia, tanto é que se transformou em um problema para o município. As roupas ficaram acondicionadas na quadra municipal, e as pessoas puderam pegar o quanto necessitavam e muitas delas visitaram o local por inúmeras vezes. Após alguns meses, a quadra continuava com muitas roupas e sapatos e era necessária a desocupação do espaço para outra finalidade. Considerando que todas as pessoas necessitadas já estavam atendidas, a administração solicitou que o Departamento Social desse uma destinação para aquelas doações. Uma parte das roupas foi destinada a algumas instituições, e, outra parte, uma pessoa que possui um sítio em São Luiz se interessou, pois disse que poderia encaminhar para outras instituições que conhecia. Sendo assim, o Departamento Social levou as roupas até o sítio, onde depois a pessoa se responsabilizaria pela destinação final. No entanto, passados dois anos da enchente, foi feita uma denúncia de que as roupas estavam apodrecendo em uma casa na área rural de São Luiz do Paraitinga, ou seja, a destinação final não havia ocorrido. A administração abriu uma sindicância interna para apurar possíveis falhas de agentes públicos. Isso gerou uma imagem ruim da administração.

Mas a maior polêmica refere-se aos recursos financeiros depositados em conta para apoiar as vítimas da enchente. Houve boatos de que teria havido desvio dessa verba, e, quando essa notícia foi veiculada, imediatamente observou-se a queda

das doações, além de manchar a imagem da administração que estava empenhada na reconstrução. Esses boatos ocorreram porque a administração optou por não distribuir o dinheiro às vítimas, considerando que todas as necessidades estavam atendidas, já que a população estava recebendo apoio social, doações, auxílio moradia do Governo Estadual, entre outros. E por outro lado, as 150 moradias do Conjunto Habitacional construído pela CDHU, não resolveriam o problema do déficit habitacional e, principalmente, daquelas moradias que ainda estavam em áreas de risco do município. Desse modo, a administração propunha adquirir mais uma área com os recursos das doações e assim promover a construção de mais moradias em condições de habitabilidade e segurança adequadas. Essa decisão teve, inclusive, o aval do Conselho Municipal de Planejamento.

A administração entendia que o recurso — se dividido para cada família atingida — daria em torno de trezentos reais, o que não mudaria a situação de nenhuma família. Por outro lado, se usado para adquirir um terreno e promover mais moradias, poderia transformar a vida de muitas famílias, e melhorar a condição da cidade como um todo.

Mas quando as denúncias ocorreram, houve o bloqueio das contas pela Justiça para apurar os fatos. Isso resultou em um desgaste político da administração até que se provasse que não tinha havido qualquer movimentação na conta, e que os recursos doados continuavam intactos. As mídias estiveram, fortemente, veiculando matérias que levantavam a suspeita, porém, quando ficou provado que não havia desvio, que o recurso todo estava em conta, e que a administração tinha a intenção de adquirir uma nova área e por isso não tinha distribuído o recurso para a população, a imprensa não apareceu. Foi muito difícil divulgar que não havia desvio e, sim, a intenção de contribuir de forma mais coletiva para a cidade.

Ponderando pela questão do diagnóstico de risco que apontava várias áreas com índice alto de risco, pela ausência de oferta de lotes urbanizados, pela necessidade de promover o desenvolvimento da cidade de forma equilibrada e com planejamento, a opção da administração estava correta! Porém, houve falha na comunicação: faltou uma discussão pública antes dessa decisão, faltou permitir a participação popular, mesmo o Conselho de Planejamento — que é representativo e deliberativo — estando de acordo. A discussão pública teria evitado os boatos do

desvio e todo o desgaste da administração, bem como não teria provocado a queda das doações que poderiam ter sido maiores, não fossem os falsos alardes.

Depois de resolvida a questão, a Prefeitura entrou com processo de desapropriação para uma nova área, porém, não foi amigável. A Prefeitura tomou como base o valor da desapropriação da área do conjunto, construído pós-enchente, considerando de que se trata de uma área com condições semelhantes e de localização próxima, mas, o proprietário contesta e essa ação vem se arrastando na Justiça.

Apesar dessa falha na comunicação na maioria das situações houve participação da sociedade de forma positiva. Como apontamos anteriormente, as reuniões realizadas — no início do processo de reconstrução — deram origem a alguns Conselhos e fortaleceram outros já existentes. Discussões que partiram dos Conselhos foram decisivas para os rumos da cidade. Alguns estabelecidos foram: Conselho Gestor do Patrimônio Cultural, com discussões relativas ao patrimônio material e imaterial; Conselho de Planejamento, com as questões sobre o desenvolvimento sustentável do município; Conselho de Meio Ambiente, com debates sobre temas ambientais, muito pertinentes após a enchente; Conselho de Turismo, discutindo a recuperação econômica de São Luiz do Paraitinga após a crise.

Outra importante modificação do Plano Diretor Participativo foi resultado das discussões pós-enchente nas reuniões dos Conselhos, passou-se a exigir uma taxa de permeabilidade de 10% nos lotes urbanos, contribuindo assim para a absorção, escoamento e drenagem das águas da cidade.

Também foram promovidas várias audiências públicas na Praça Dr. Oswaldo Cruz, com a participação da população, baseadas nas pautas dos Conselhos. Nessas reuniões, eram tratados os principais assuntos referentes à Reconstrução, como patrimônio e meio ambiente, além de outros temas julgados pertinentes como os rumos, as decisões e a situação da recuperação da cidade.

Uma das primeiras audiências públicas realizadas tratou do Rio Paraitinga e sua bacia hidrográfica, bem como das ações necessárias para evitar novas enchentes. Nessa audiência, estiveram presentes representantes do Ministério Público, da Prefeitura Municipal, do DAEE e da USP.

Figura 84 - Audiência Pública³¹ sobre o Rio Paraitinga e a Enchente, realizada dia 12/04/10 na Praça Dr. Oswaldo Cruz.

Foto: Cristiane Bittencourt.

Depois dessa audiência, foram realizadas várias outras para a discussão de projetos contra as cheias em São Luiz do Paraitinga. No entanto, na prática, pouco avançou.

De acordo com o Jornal da Reconstrução (2010), para o arquiteto Witold Zmitrowicz, professor da Escola Politécnica da USP e integrante da equipe que trabalhou no município, a principal solução para a prevenção das enchentes passa pela construção de barragens a montante da cidade, além das medidas preventivas no centro urbano, principalmente nas áreas ao longo das margens do rio.

O Plano de Macrodrenagem PDM (2012) considerou que a solução mais óbvia seria a criação de uma barragem para proteger a cidade dos picos da cheia. No entanto, considerando os impactos decorrentes dessa obra, os investimentos e o longo prazo, esse plano trabalhou com soluções alternativas, as quais tiveram como premissa o período de retorno de 100 anos, “(...) O objetivo das intervenções é reduzir a apenas 1% o risco de inundações quando as obras de proteção já estiverem implantadas (...)”. As soluções elencadas foram: Desassoreamento/Derrocamento da

³¹ Audiência Pública - Participantes da mesa: Promotor de Justiça Manoel Monteiro, Prefeita Municipal Ana Lúcia Bilard Sicherle, Prof. Dr. Kokei Uehara - USP, Eng.^a Marli Reis - DAEE.

calha do rio Paraitinga; Dique de Proteção e Sistema de Pôlder nas áreas baixas do Centro Histórico; Barragem de Regularização localizada a montante da cidade; Túnel de Desvio do rio Paraitinga; Combinação das Alternativas acima.

No caso do dique/pôlder, propôs-se para o período de retorno de 100 anos, e teria 5,00m de altura. Devido a grande impacto na paisagem do centro histórico, interferindo de forma negativa no patrimônio tombado, após discussões, ficou limitado à altura de 2m. Nesse caso, teria que se aliar a outra solução a fim de garantir a segurança para a vazão dos 100 anos.

O túnel consiste em um grande desvio que conduz as vazões excedentes à vazão de restrição de 115 m³/s, desde uma seção a montante da cidade até as vizinhanças da foz do ribeirão do Chapéu. Para o túnel, foi adotado como fator de segurança hidrológica o evento de 1.000 anos. A estimativa de custo para implantação desta solução é de R\$ 115.000.000 (cento e quinze mil reais) em um prazo de 4 a 5 anos.

Para a alternativa de barragem, devido à grande área de bacia a montante da cidade de São Luiz do Paraitinga, procurou-se encontrar eixos viáveis de implantação, situados o mais próximo possível da cidade, para que fosse obtida uma maior eficiência de controle de cheia com um menor custo de intervenção. O local escolhido foi próximo ao bairro do Orris. O barramento seria dotado de vertedouro de emergência com soleira livre e paramento de jusante em escada para dissipação da energia. O custo estimado para essas obras é da ordem de R\$ 107.000.000,00 (cento milhões) e o prazo para sua implantação é de aproximadamente 5 anos.

O PDM (2012, pg.62) apresenta como melhor solução a combinação de alternativas:

(...) composta de dique de proteção com crista na cota 738,00 m, desassoreamento e derrocamento otimizado e barragem de controle de cheias de altura menor se comparada à barragem como solução única; esta Alternativa G acarreta melhoria gradual da situação (curto até longo prazo) com custo atrativo se comparado com os avaliados para as alternativas implantadas isoladamente.

Devido aos altos investimentos e às polêmicas que envolvem os impactos no Centro Histórico, as alternativas, até o momento, não saíram dos projetos básicos.

Foi executada apenas a obra de desassoreamento e o derrocamento do Rio Paraitinga, no trecho urbano de 8 km.

Além disso, o Plano de Macrodrenagem apresenta apenas diretrizes gerais. Faltou uma política regional eficaz que envolvesse toda a Bacia do Rio Paraitinga, pois não adianta ter ações pontuais na área urbana de São Luiz do Paraitinga, se toda a Bacia não tiver ações de minimização de riscos de enchente, tais como: recomposição de mata ciliar, impedimento da ocupação das áreas de várzea, entre outras ações possíveis.

Paralelamente, ao Plano de Macrodrenagem, através de recursos do FEHIDRO, foi implantado um sistema de alerta na Bacia do Paraitinga. O sistema conta com postos que medem índices de chuvas (pluviômetros) e nível dos rios (fluviômetros) e transmitem os dados em tempo real para a central de monitoramento instalada no Centro Tecnológico de Hidráulica (CTH) do DAEE. Esses dados são transmitidos para a Defesa Civil Municipal para emissão dos alertas, que devem evitar prejuízos e, principalmente, contribuir com a segurança de famílias nas áreas vulneráveis a enchentes.

Em 2015, através da lei municipal nº 1727, de 09 de janeiro, o Rio Paraitinga foi transformado em Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental no trecho que corta o município de São Luiz do Paraitinga. Apesar do conteúdo importante essa lei — assim como muitas outras — não é de conhecimento de grande parte da população, mas, de qualquer forma é uma iniciativa positiva, que visa à preservação e à valorização desse elemento crucial na paisagem da cidade. Com esse mesmo pensamento, foram tombados os rios Turvo e Chapéu, afluentes do Paraitinga, de acordo com as leis Municipais nº 1722/2015 e nº 1672/2014 respectivamente.

Mesmo com as intenções das leis, ainda não há ações efetivas e, menos ainda, de educação ambiental com iniciativa pública. Isso ainda levará tempo. Iniciativas, inclusive do terceiro setor, surgiram; mas, na prática, apesar de todo o investimento e de esforços bem sucedidos em várias áreas na recuperação de São Luiz do Paraitinga, a cidade continua suscetível a uma nova cheia que pode mais uma vez comprometer o Centro Histórico e as áreas inundáveis.

5. RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

5.1. Diretrizes gerais

A recuperação do patrimônio histórico arquitetônico de São Luiz do Paraitinga foi a maior das preocupações, após a enchente, e se mostrou como um enorme desafio. Traçaremos, aqui, resumidamente, um panorama geral sobre as medidas tomadas no período de reconstrução.

Logo, nos primeiros momentos, em que foi autorizado, pela Municipalidade e pela Polícia Militar, o acesso ao Centro Histórico (no dia 5 de janeiro de 2010), especialistas do CONDEPHAAT e do IPHAN, acompanhados de técnicos da Defesa Civil Municipal e Estadual, do IPT e da Prefeitura Municipal começaram a avaliar os danos aos imóveis históricos atingidos pela cheia. A edição do Jornal Estado de São Paulo registrou as primeiras impressões da Presidente do CONDEPHAAT, Rovená Negreiros: “Pareceu campo de guerra, nunca havia visto dano assim ao patrimônio histórico”. Na mesma entrevista, a Superintendente do IPHAN/SP, Anna Beatriz Ayrosa Galvão, também declarou sua desolação: “Estou me sentindo como se estivesse vendo uma cidade bombardeada”.

Figura 85 - Vista aérea da Praça Dr. Oswaldo Cruz com os patrimônios ruídos.

Fonte: IPT

De fato, era dessa forma que São Luiz estava naquele momento, pois a devastação estava por toda parte e muitos imóveis representativos tinham se transformado em ruínas. Entretanto, apesar de todo esse cenário, com apoio dos poderes públicos, entidades, comunidade e voluntários, a cidade iniciou — de forma imediata — a reparação dos estragos.

A partir da primeira visita dos órgãos de defesa do patrimônio e do reconhecimento da condição dos imóveis, foram definidos alguns serviços de recuperação. O primeiro deles foi o escoramento emergencial de imóveis parcialmente destruídos, pois, a partir disso, seria possível obter informações mais criteriosas sobre a amplitude dos danos e garantir a segurança dos técnicos que realizavam as vistorias.

Os órgãos de patrimônio em conjunto com a Prefeitura Municipal utilizaram, como base, o mapa de levantamento cadastral da Prefeitura e organizaram os

elementos disponíveis referentes à situação do conjunto histórico tombado. Um exemplo é o mapa abaixo, no qual constam os imóveis que foram escorados emergencialmente.

Esses escoramentos foram feitos com material (eucalipto) doado e por grupos de voluntários e funcionários da Prefeitura, tendo supervisão de engenheiros — também voluntários — e técnicos do IPT que o governo estadual encaminhou para São Luiz.

Figura 86 - Mapa indicando os escoramentos emergenciais no Centro Histórico de São Luiz.
 Fonte: Informações CONDEPHAAT/UPPH, adequação Natalia Moradei.

Na importante reunião que ocorreu, no dia 12 de janeiro, que como já mencionamos, deliberou que os trabalhos de reconstrução deveriam ter início pelas duas Igrejas atingidas, em função da importância histórica e da representatividade para a população luizense, fato que contribuiria para a recuperação de vida social.

Ademais, deveria ser iniciada, imediatamente, uma força tarefa para a recuperação do conjunto histórico de São Luiz do Paraitinga. Para impulsionar e acompanhar as ações de recuperação e de valorização da cultura e do patrimônio luizense, como já dito, foi proposta a criação de um Grupo Gestor do Patrimônio Cultural, que mais tarde se transformou no Conselho Municipal de Patrimônio Cultural do município.

A partir de então, o CONDEPHAAT mobilizou uma equipe de técnicos que realizou levantamento minucioso da situação de todos imóveis tombados atingidos pela enchente. O levantamento tinha como objetivo avaliar os danos e, a partir do reconhecimento da real situação, definir as ações para recuperação. Esse relatório foi um documento importante que norteou, além das atuações do CONDEPHAAT, também, ações de outros atores envolvidos no processo, bem como o direcionamento das necessidades e de recursos.

Antes da enchente, os dados referentes aos imóveis tombados, pelo CONDEPHAAT, em São Luiz do Paraitinga, eram os seguintes: 18 imóveis com Proteção Total, que são denominados como GP1; 10 imóveis com Proteção Total, porém, que apresentam alterações, denominados GP1A; 175 imóveis com Proteção de Volumetria e Fachada denominados GP2; 153 imóveis com Proteção de Fachada denominados GP3 e 70 imóveis com proteção da construção, seguindo ambiência arquitetônica, denominados GP4.

No levantamento pós-enchente, de acordo com a denominação e os graus de proteção previamente existentes, foi apurada a seguinte situação dos imóveis tombados:

SITUAÇÃO DE IMÓVEIS TOMBADOS PÓS-ENCHENTE						
	GP1	GP1A	GP2	GP3	GP4	Total
Bens Tombados Arruinados	6	1	7	3	1	18
Bens Tombados Parcialmente Arruinados	5	5	32	16	7	65
Bens Tombados Aparentemente Íntegros	6	4	136	134	62	342

Tabela 5 - Situação dos imóveis tombados de São Luiz do Paraitinga após a enchente de 2010.
Fonte: Relatório Preliminar CONDEPHAAT/ Janeiro de 2010, organização da autora.

Esses dados foram exibidos, também, no mapa base; o que facilita o entendimento da localização dos imóveis afetados. Outro produto gráfico — proveniente do levantamento — foi a foto montagem das testadas das quadras principais, que tem grande relevância para o entendimento dos danos na ambiência de conjunto.

Figura 87 - Mapa indicativo dos imóveis tombados no Centro Histórico de São Luiz que ruíram na enchente.

Fonte: Relatório Preliminar CONDEPHAAT – Janeiro/2010, adequação Natalia Moradei.

Figura 88 - Testada de quadra da Praça Oswaldo Cruz e parte da Rua Barão do Paraitinga após a enchente.

Fonte: Relatório Preliminar CONDEPHAAT/Janeiro de 2010

Diante do levantamento realizado pelo CONDEPHAAT, foi promulgada a Resolução SC - 3, de 23-2-2010, em complemento a Resolução SC-55/82 (resolução do tombamento), dispondo sobre as diretrizes para intervenções em bens tombados na cidade de São Luiz do Paraitinga, a fim de fazer frente aos danos causados pela enchente de janeiro de 2010. Essa resolução teve o intuito de direcionar as ações de reconstrução tanto pelos próprios órgãos públicos, como, também pela população que ansiava por um caminho a seguir. Alguns imóveis precisariam apenas de reparos, mas, como se trata de uma área tombada, era necessário deixar claro o que poderia ou não ser realizado.

Para esta pesquisa, é relevante destacar aspectos da resolução SC-3, que estão relacionados às diretrizes para os projetos de reconstrução, restauro ou reformas propostos e/ou executados:

- A maior parte das edificações afetadas enquadra-se nos graus de preservação, Grau de Proteção 3(GP3) e Grau de Proteção 4(GP4), ou seja, edificações sem valor intrínseco, mas **cujas volumetria e modenatura são essenciais para a ambiência do núcleo tombado (grifo nosso)**;
- Remanescentes de edificações tombadas nos graus Grau de Proteção 1 e 2 têm valor de preservação e, segundo sua condição, terão ou não potencial para orientar a reconstrução segundo a planta original, o **Conselho admite o refazimento das edificações, ou a recuperação de feições pretéritas, alteradas ao longo do tempo**, (grifo nosso) ou ainda, novas intervenções que integrem as ruínas estáveis, desde que não se perca o testemunho que justificou o tombamento do núcleo pelo Condephaat;
- Necessidade de reconduzir São Luiz do Paraitinga à normalidade, no menor tempo possível, o Conselho recomenda a utilização de alvenaria estrutural como sistema construtivo, nas reconstruções de edificações, por apresentar boas condições de conservação e não estar sujeito às patologias comuns às estruturas de concreto como eflorescências e corrosão de armaduras, além de garantir agilidade de execução [...].
 - I. Edificações térreas e/ ou sobrados construídos em taipa de pilão, colunas de pedra, pau-a-pique e tijolo, classificadas nos graus de preservação Grau de Proteção 1 e 2:
 - 1) As reconstruções dos imóveis que ruíram totalmente ou cuja perda tenha sido igual ou superior a 50% devem ser feitas em alvenaria estrutural, escolhida por se tratar de um sistema construtivo econômico e adequado à tipologia das edificações tombadas.
 - 2) Nas intervenções em edificações que foram danificadas parcialmente, cuja perda seja menor que 50%, a restauração deve, preferencialmente, utilizar-se das mesmas técnicas construtivas do remanescente [...].

4) As paredes devem ser reconstruídas com as mesmas dimensões das originais. No caso das paredes de taipa de pilão, mais espessas, poderão ser construídas paredes duplas com 15 cm de espessura cada e um vazio entre elas, com técnicas construtivas modernas (grifo nosso).

5) As fachadas devem ser recompostas de acordo com as modenaturas, elementos decorativos e materiais originais.

6) A volumetria das coberturas deve ser recomposta. As estruturas portantes podem ser executadas em qualquer material (madeira, metal, etc.), com projeto mais adequado à nova situação. As telhas a serem utilizadas deverão ser de barro cozido do tipo capa e canal.

7) Para os edifícios de grau GP2, o interior é liberado, ou seja, o proprietário poderá definir, a seu critério, a planta e revestimentos. Para os edifícios de grau GP1, aplicam-se as seguintes especificações:

7a) Pisos: pavimento térreo: ladrilho hidráulico (com ou sem desenho) ou cerâmica com dimensões variando entre 20x20cm a 30x30cm, lisa, de uma única cor, com as peças dispostas paralelas às paredes; pavimento superior: tabuado de madeira; banheiros e cozinha: piso cerâmico e azulejo esmaltado.

7b) Forros nos pavimentos térreo e superior: tabuado de madeira, com régua de largura mínima de 20 cm, executados segundo modelos originais, quando existir documentação ou quando for possível reconstituí-los a partir de partes deles encontrados entre os escombros. Quando não for possível encontrar documentação, deverão ser executados em madeira, do tipo saia-e-camisa, segundo projeto a ser fornecido pelo Condephaat [...].

[...]

III. Diretrizes a serem observadas para a reconstrução da Igreja Matriz e da Capela das Mercês.

Em relação às Igrejas que desabaram, entende o Condephaat que é do interesse da coletividade a sua reconstrução, devendo ser observada as seguintes diretrizes:

1) O projeto de reconstrução da Igreja Matriz poderá considerar três possibilidades: solução contemporânea, **reprodução do edifício arruinado**, (grifo nosso) recuperação de solução estilística original, segundo registro documentado. Em qualquer das alternativas, é exigida a **consolidação dos remanescentes da edificação tombada e sua adequada identificação** (grifo nosso). Também é indicado o reaproveitamento dos materiais remanescentes, resgatados da seleção dos escombros. Recomenda-se que as opções apresentadas sejam objeto de consulta pública à comunidade de São Luiz do Paraitinga, com a sugestão de que a Mitra Diocesana incumba-se da realização dessa consulta.

2) Na reconstrução da Capela das Mercês, edificação de linhas singelas, deverão ser reproduzidas as características construtivas que, originalmente, qualificavam o seu interior, **particularmente a espessura de suas paredes** (grifo nosso). Também é exigida a consolidação dos remanescentes da edificação tombada e sua adequada identificação.

A resolução, pós-enchente, demonstra que a maior preocupação era a recuperação da noção do conjunto histórico através da recomposição da volumetria e manutenção do ritmo de aberturas. Já no que reporta aos aspectos construtivos, são aceitas e indicadas técnicas contemporâneas em detrimento das tradicionais, visando compatibilidade com as tipologias, mão de obra disponível e agilidade na recuperação.

A resolução também destacava imóveis representativos, indicando diretrizes e opções projetuais para sua reconstrução, como é o caso da Igreja Matriz e da Capela das Mercês, imóveis que aprofundaremos a discussão logo à frente.

O professor e arquiteto Carlos Lemos³² (informação verbal), referência no assunto, quando questionado sobre como deveria ser a diretriz para a reconstrução do Centro Histórico, considera que “A norma é recuperar toda a espacialidade, toda, inclusive onde era construção térrea continuar térrea, recompor volume original [...]”. Sua opinião condiz com a intenção exposta no documento.

Para possibilitar a recuperação do patrimônio histórico, assim como em outras áreas, foi necessário o apoio dos Governos Estadual e Federal, já que o município não possuía recursos humanos e financeiros suficientes.

Desta forma, além do importante trabalho de levantamento e diagnóstico, pós-enchente do conjunto histórico e do estabelecimento de regras para direcionar a recuperação do patrimônio tombado, os órgãos Estaduais e do Governo Federal — através do IPHAN — se dispuseram a liberar recursos para a execução de obras.

Mediante à articulação da Prefeitura Municipal e a discussões no Grupo Gestor do Patrimônio Cultural, a Secretaria de Cultura do Estado mostrou interesse e disponibilidade orçamentária para a recuperação dos seguintes bens tombados: Igreja Matriz, Sede da Prefeitura Municipal, Mercado Municipal e antigo Grupo Escolar (que se transformou em Biblioteca).

Para atender a alta demanda por projetos e a dificuldade por parte dos proprietários, que já sofriam com os prejuízos financeiros causados pela enchente, e buscando ainda evitar reformas indevidas, o CONDEPHAAT/UPPH disponibilizou seus técnicos e contratou a Fundação para a Pesquisa Ambiental da USP (FUPAM) para a

³² Entrevista realizada pela mestranda na FAU-Maranhão em 14/11/2013.

elaboração de projetos para todos os imóveis tombados que foram atingidos. Foram elaborados mais de 60.

Além disso, após uma árdua luta da administração municipal e de moradores por soluções, o Governo do Estado estabeleceu a liberação de recursos para reconstrução/restauração de imóveis tombados particulares, mediante ao atendimento de alguns critérios, conforme o Decreto Estadual nº 56.816, de 9 de março de 2011. Mais à frente, faremos uma análise acerca das consequências do referido Decreto para a cidade.

Já o Governo Federal, através do IPHAN, trouxe uma equipe técnica de Goiás, que possuía experiência com catástrofes em áreas tombadas, como a enchente em Goiás Velho, ocorrida na virada de 2001 para 2002, menos de um mês após a cidade receber o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO. Em São Luiz, essa equipe trabalhou de forma muito próxima da comunidade. De acordo com Saddi³³ (informação verbal), Superintendente do IPHAN Goiás (informação pessoal), em São Luiz foram realizadas 29 palestras em ruas e bairros diferentes, utilizando um vídeo chamado "Dilúvio Vermelho", de autoria do cineasta Pedro Diniz que retrata a tragédia e a recuperação em Goiás; e, também, um vídeo com depoimentos de moradores de Goiás dando força à comunidade luizense. Segundo Saddi, as reuniões em grupo foram momentos ricos que mesclavam a dor, a esperança, mas também muitos questionamentos.

No entanto, a aceleração do processo de tombamento nacional de São Luiz do Paraitinga, pode ser considerada a ação mais importante do IPHAN. O processo de tombamento estava em elaboração há alguns anos. Em entrevista ao portal G1³⁴ na visita à cidade no dia 12 de janeiro de 2010, o Ministro Interino da Cultura, Alfredo Manevy fez a seguinte declaração sobre o tombamento nacional: “os planos com relação a São Luiz do Paraitinga não mudaram [...] a ideia não é fazer apenas o tombamento como também fazer com que esse tombamento ajude na reconstrução”.

³³ Conversa por meio de e-mail com Salma Saddi em 22/10/2014.

³⁴ Portal G1- 12/01/10 – “Em reunião, ministro e prefeita discutem recuperação de São Luiz do Paraitinga” <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1443773-5605,00-EM+REUNIAO+MINISTRO+E+PREFEITA+DISCUTEM+RECUPERACAO+DE+SAO+LUIZ+DO+PARAITIN.html>

O tombamento nacional provisório do conjunto histórico de São Luiz do Paraitinga foi declarado em março de 2010. De fato, isso permitiu que o IPHAN pudesse atuar em São Luiz do Paraitinga, de forma mais incisiva e eficiente, inclusive com a disponibilização de recursos. Após discussões nas reuniões do Grupo Gestor do Patrimônio Cultural, foi deliberado que o IPHAN ficaria responsável pelo salvamento das Igrejas devido à sua experiência comprovada em Goiás. A outra opção era que este salvamento fosse executado por uma empresa local, com recursos da Secretaria de Cultura do Estado. Havia pressão sobre a administração municipal para a escolha dessa última opção, no entanto, ela não cedeu e manteve a decisão do Conselho, mesmo diante de um desgaste político.

O IPHAN liberou mais de um milhão para a etapa de salvamento, identificação e consolidação dos remanescentes das Igrejas. Para a execução, foi contratada a empresa Biapó, especializada em situações de acidentes. A empresa havia trabalhado em Goiás Velho, após a enchente, e, também, na Igreja de Pirenópolis-Go, após um incêndio. Esse trabalho de salvamento foi minucioso, durou cerca de seis meses e comportou a recuperação de objetos sacros, de imagens e de muitos elementos da construção, como: altares, forros, adornos, esquadrias e pisos. Cada peça ou imagem encontrada transformava-se em um momento de entusiasmo e emoção por parte dos trabalhadores da obra e da população local, que sentia o resgate de sua memória.

Além disso, o IPHAN disponibilizou técnicos para atendimento da população, em São Luiz do Paraitinga. Eles trabalharam em conjunto com técnicos do CONDEPHAAT e da Prefeitura Municipal, primeiramente, na “Casa Dr. Oswaldo Cruz” e, depois, na sede do Ceresta.

O Governo Federal, através do Ministério da Cultura e do IPHAN, já possuía — entre seus programas — o Plano de Ações para Cidades Históricas (PAC-CH) ³⁵, mas o município de São Luiz não havia se inscrito no prazo determinado. Diante da situação após a enchente de 2010, o IPHAN abriu uma exceção para a adesão da de São Luiz do Paraitinga fora do prazo. No caso do município foram pactuados recursos federais para as seguintes ações: reconstrução da Capela das Mercês, reconstrução

³⁵ PAC- CH - O Plano de Ação para as Cidades Históricas é um instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial. No caso de São Luiz do Paraitinga foram pactuadas todas as ações necessárias para a recuperação da cidade, independentemente, do órgão financiador.

de um imóvel particular, restauração do Instituto Elpídio dos Santos³⁶, execução de obra emergencial da Igreja do Rosário³⁷ e, posteriormente, seu restauro e execução de obra emergencial e restauro da “Casa Dr. Oswaldo Cruz”³⁸.

Diante da experiência e da observação das inúmeras manifestações culturais mantidas na cidade de São Luiz por sua população, o IPHAN propôs também — como uma ação do PAC – CH — a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), voltado ao patrimônio imaterial, valorizando este importante aspecto da identidade luizense.

No entanto, outras ações pactuadas não tiveram recursos liberados, até que, em 2013, houve uma repactuação de ações que ainda não tinham tido uma solução. Nessa época, não havia mais imóveis públicos que necessitassem de recuperação e, por isso, todos os projetos elencados foram voltados aos espaços públicos. Os projetos repactuados foram: Trecho da Fiação Subterrânea no Centro Histórico, Projeto da Rua da Música e Requalificação da Encosta da Rua do Carvalho, Implantação do Bosque Oswaldo Cruz. Entretanto, na prática apenas em 2015 as obras de Fiação Subterrânea e da Rua da Música foram iniciadas.

Durante o início do processo de reconstrução na tentativa de manter uma comunicação clara com a comunidade, como já informamos, a municipalidade realizou audiências públicas, uma delas tratou do Patrimônio Cultural, e ocorreu na Praça Dr. Oswaldo Cruz, em 09 de abril de 2010. Nessa oportunidade fizeram parte da mesa a Prefeita Municipal, a Presidente do Condephaat e a Superintendente do IPHAN, momento em que esclareceram o trabalho que cada órgão desempenhava e tiraram dúvidas da comunidade a respeito do patrimônio histórico em geral.

Os maiores questionamentos eram relativos à recuperação de imóveis particulares e as diretrizes projetuais que seriam adotadas tanto para imóveis

³⁶ Instituto Elpídio dos Santos - O Instituto Elpídio dos Santos é uma entidade sem fins lucrativos, sendo seu objetivo desenvolver e apoiar atividades artísticas, culturais, de reconstrução e restauro. A casa de Elpídio dos Santos sempre foi um local de referência para a população e visitantes da cidade. Nela estava guardada a obra do ilustre compositor. No ano de 2001 sua família fundou o IES – Instituto Elpídio dos Santos – com a intenção de divulgar e preservar essa obra. A sede passou a funcionar na casa da família e serve de abrigo para manifestações culturais da comunidade e da obra do compositor com quem a população tanto se identifica.

³⁷ Igreja do Rosário foi reconstruída por volta de 1920 em arquitetura eclética com predominância do neogótico. Localiza-se no Largo do Rosário e não foi atingida pela enchente. No entanto, devido à ação do tempo, também foi interditada, pois necessitava de restauração.

³⁸ Casa Dr. Oswaldo Cruz – primeiro imóvel tombado de São Luiz do Paraitinga, onde nasceu o sanitarista Oswaldo Cruz. Não foi atingida pela enchente, mas devido as fortes chuvas houve infiltrações e uma parede de taipa ruiu em 2010.

particulares como para os ícones da arquitetura da cidade. Como já citado, só em 2011 é que houve liberação de recursos para reconstrução dos imóveis. Mas, as diretrizes e o atendimento para os que reformaram com recursos próprios foram mais eficientes que o de costume, graças ao atendimento conjunto realizado pelos órgãos de patrimônio no prédio do Ceresta.

Além dos recursos públicos destinados à recuperação do patrimônio, uma entidade civil, sem fins lucrativos, foi criada por um grupo de amigos luizenses após a tragédia, a “Associação dos Amigos para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga”, denominada AMI São Luiz. Esta desenvolveu algumas ações como reformas e doação de materiais para a recuperação de imóveis tombados atingidos pela enchente. De acordo com as informações no site da associação, ao todo, foram 14 imóveis beneficiados, com material, serviços e/ou execução da obra.

Quanto aos investimentos públicos, eles partiram de órgãos do Governo Federal através de recursos do Ministério da Cultura e BNDES, repassados ao IPHAN, e da Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo e Sabesp — órgãos do Estado. Na tabela a seguir é possível verificar os recursos investidos na recuperação do patrimônio histórico de São Luiz do Paraitinga:

Investimentos na Recuperação do Patrimônio Histórico SLP			
Ação	Recursos	Órgão financiador	Órgão Gestor
Projetos executivos de arq. e eng. de imóveis do centro histórico. Contrato com a Fupam para apoio técnico ao CONDEPHAT/UPPH.	R\$ 1.640.440,00	Secretaria da Cultura – Governo Estadual	Secretaria da Cultura – Governo Estadual
Obras emergenciais de remoção, fechamento e escoramento	R\$ 688.372,00	Secretaria da Cultura – Governo Estadual	Secretaria da Cultura – Governo Estadual
Obra de reforma do Mercado Municipal	R\$ 612.124,00	Secretaria da Cultura – Governo Estadual	Secretaria da Cultura – Governo Estadual
Projetos e Obra de Reconstrução da Igreja Matriz	R\$ 3.530.000,00	Secretaria da Cultura – Governo Estadual	Mitra Diocesana de Taubaté
Recurso para as obras de reconstrução dos imóveis residenciais tombados, para proprietários de até 10 SM de renda familiar mensal.	R\$ 2.3000.000,00	Secretaria da Cultura – Governo Estadual	Prefeitura Municipal
Obras de contenção e reposição da Encosta para possibilitar a reconstrução da rede coletora de esgotos da Rua dos Carvalhos (Rua de grande importância histórica da Cidade)	R\$ 3.788.380,00	SABESP – Governo Estadual	SABESP – Governo Estadual
Salvamento das Igrejas e escoramentos	2.850.000,00	IPHAN	IPHAN
Reconstrução Biblioteca	1.400.00,00	Secretaria da Cultura – Governo Estadual	Secretaria da Cultura – Governo Estadual
Recuperação Sede da Prefeitura	700.000,00	Secretaria da Cultura – Governo Estadual	Secretaria da Cultura – Governo Estadual
Obra emergencial Igreja do Rosário, Casa Oswaldo Cruz e Instituto Elpídio dos Santos	1.000.000,00	IPHAN	Instituto Elpídio dos Santos – IES
Reconstrução Capela das Mercês - projeto e obra	2.300.000,00	IPHAN	IPHAN
Restauro Igreja do Rosário	2.418.084,87	IPHAN	Instituto Elpídio dos Santos – IES
Restauro Casa Oswaldo Cruz	1.272.330,25	IPHAN	Instituto Elpídio dos Santos – IES
Reconstrução 1 imóvel particular	257.168,19	IPHAN	Instituto Elpídio dos Santos – IES
TOTAL:	R\$ 44.056.899,31		

Tabela 6 - Recursos investidos diretamente na recuperação do patrimônio histórico em SLP.

Fonte: Casa Civil – Governo do Estado, IPHAN e IES. Organização Natalia Moradei.

Perante a apresentação das principais ações voltadas à recuperação do Patrimônio Histórico iremos discutir na sequência algumas soluções projetuais adotadas.

5.2. A sombra do falso histórico

Os conceitos e teorias de restauro causam — até mesmo aos estudiosos — certo conflito, pois são muitas as vertentes que podem ser seguidas. A maior parte dos documentos existentes dão diretrizes gerais, mas não estipulam uma receita. As chamadas cartas patrimoniais são documentos — em especial, aquelas derivadas de organismos internacionais — cujo caráter é indicativo ou, no máximo, prescritivo. Muitos documentos, inclusive, podem ser contraditórios. Assim, para serem compreendidos, é necessário analisar o contexto em que cada documento foi produzido.

Kühl (2010) apresenta uma análise crítica fundamentada na Carta de Veneza. Ressalta que as indicações contidas sejam interpretadas de modo pleno para que possam ser utilizadas na atualidade e afirma, ainda, que as cartas não devem ser utilizadas para justificar ações. Para a autora, elas devem ser refletidas e analisadas criticamente, propiciando debate acerca dos aspectos teórico-metodológicos e técnico-operacionais da restauração para que o projeto alcance o princípio de salvaguardar o monumento histórico.

Um aspecto interessante reiterado na Carta de Veneza³⁹ e apontado por Kühl (2010) é que, na visão de restauro, não se “volta” a estado algum; “vai-se” em direção a uma conformação renovada, que respeita as fases precedentes e as próprias marcas da passagem do tempo. Do mesmo modo, com base nas experiências do século XIX, reconstruções idênticas a uma fase anterior qualquer não são ações admitidas no âmbito da preservação; no máximo, são feitas anastiloses.

Na Carta de Burra⁴⁰, na qual são admitidas reconstruções, é apontado que elas devem ser realizadas com materiais diferentes, de modo a ser distinguível. Não deve ser uma recriação e nem uma reconstrução hipotética, ou seja, deve estar baseada em um estado anterior conhecido. No entanto, o mesmo documento assinala que a reconstrução não deve significar a construção da maior parte da substância de um bem.

³⁹ Carta de Veneza, 1931.

⁴⁰ Carta de Burra, 1980.

Kühl (2010) reitera que a intervenção deve seguir princípios fundamentais (e não regras) que norteiam o campo da restauração como um todo, derivados das razões por que se preserva, e que devem embasar o código de conduta dos profissionais envolvidos na área.

Por outro lado, Pane (1971 apud KÜHL, 2010), na Conferência em Veneza, considera que por razões que ultrapassam as teorias, a face do antigo centro de Varsóvia foi recomposta como antes das destruições nazistas, porque a significação que tinha para a nação polonesa não poderia ser substituída e compensada por aquilo que a arquitetura moderna poderia oferecer.

No entanto, Kühl (2010) lembra que há exemplares extremamente significativos de lidar com a destruição — que não comportam uma reconstrução “ao idêntico”, como os exemplos dados pela catedral de Coventry, ou pela igreja comemorativa ao Kaiser Guilherme I, em Berlim. Nessas obras, as ruínas foram conservadas como memória dos horrores da guerra e construídas, adjacentes, novas igrejas, também como voto de esperança no presente e no futuro.

Em São Luiz do Paraitinga, os projetos de restauro e de reconstrução levantaram muitas discussões e polêmicas, tanto no que diz respeito às questões estéticas quanto aos aspectos construtivos. Até porque a magnitude dos estragos causados pela enchente no conjunto histórico de São Luiz foi algo inédito no Estado de São Paulo e até no Brasil. Sendo assim, todos estavam aprendendo a lidar com a destruição e suas consequências, bem como com a necessidade urgente da reconstrução.

Como apontado anteriormente, foram realizadas algumas audiências públicas buscando envolver a população e informá-la, já que estava triste e ansiosa para recuperar o que as águas da enchente haviam levado. De certa forma, a reconstrução e a restauração dos edifícios históricos, e, da cidade como um todo, significavam a reestruturação da vida de cada cidadão. Outra questão — diferentemente do que ocorre em outros centros históricos — é que, em São Luiz, o conjunto tombado é um centro vivo, é o núcleo econômico, comercial e social, além de acomodar grande parte das famílias luizenses. Além disso, abriga referências da cidade que foram definidas como prioritárias na reconstrução, como a Igreja Matriz e Capela das Mercês.

A população queria de volta seus bens e suas referências o mais rápido possível, diferentemente do sugerido por KÜHL (2010, p. 303):

Em caso de catástrofes recentes, por exemplo, em vez de uma solução apressada e redutora – **uma reconstrução ao idêntico, que passa mais facilmente sem discussões e críticas** (grifo nosso) –, o que deveria ser feito é, de pronto, atender às necessidades emergenciais da comunidade, dando meios para que ela possa minimamente se recuperar, oferecendo condições e tempo para poder lidar com suas perdas. Depois, com a ferida em processo de cicatrização, deveriam ser debatidos modos variados de lidar com as perdas, os problemas relacionados com as reconstruções, **alternativas mais prospectivas e respeitadas em relação às próprias raízes culturais**, (grifo nosso) para que, a seguir, fosse possível chegar a uma escolha mais amadurecida.

Para contextualizar as discussões, elencamos alguns projetos e obras realizadas em São Luiz do Paraitinga, comparando as características anteriores à enchente de 2010 com o projeto elaborado, pautando também a relação entre projeto e obra executada.

Os projetos foram analisados, tendo como premissa as normas estabelecidas pós-enchente pelo CONDEPHAAT e a opinião da população; relacionando-os, quando possível, aos conceitos previstos nas Cartas Patrimoniais.

Os imóveis elencados para essa discussão foram: a Igreja Matriz, por se tratar da referência do povo luizense; a Capela das Mercês, que é o templo mais antigo da cidade; a atual Biblioteca Municipal (antigo Grupo Escolar), por ser também uma referência, pela sua localização e pela escolha projetual que causou desconforto na população; e, por fim, um imóvel particular identificado pelo código do CONDEPHAAT como M26, pelo fato de o mesmo possuir representatividade arquitetônica e localização importante no contexto urbano, além de ser um exemplo da dificuldade enfrentada para a reconstrução de imóveis particulares.

Figura 89 – Mapa com indicação dos imóveis tombados que ficaram ruídos ou parcialmente danificados na enchente de 2010 e que serão objeto de análise quanto aos projetos de reconstrução.
Fonte: Natalia Moradei

Para contextualizar a discussão, serão apresentadas informações sobre as características históricas e físicas de cada imóvel.

5.2.1. Igreja Matriz - Praça Dr. Oswaldo Cruz

A Igreja Matriz, desde o início da ocupação do município, implantou-se no pátio mais alto da praça central. Segundo Campos (2011), a Igreja Matriz original, datada de 1840, possuía apenas uma torre, na qual, em 1875, foi instalado o relógio. Nesse período, ao seu lado, existia a Casa de Câmara e a Cadeia, à qual já nos referimos antes, imóvel que exibia as mesmas características estilísticas, formando um conjunto homogêneo com os demais casarões que compunham o quadrilátero da Praça Dr. Oswaldo Cruz.

Sabe-se que a Casa de Câmara e Cadeia fora construída após a enchente, de 1863, ter destruído a antiga Cadeia — que ficava na Praça Euclides Vaz de Campos. A inauguração ocorreu em 1873.

Figura 90 – Igreja com apenas uma torre e Casa de Câmara e Cadeia – data 1882.

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal – Coleção Juventino Galhardo.

A Igreja Matriz passou por outras reformas que alteraram a homogeneidade estilística a que nos referimos, incluindo mudanças na volumetria original e também na fachada. Em 1894, foi erguida a segunda torre no paróquio do Cônego Costa Bueno.

Já, sob a responsabilidade do Padre Ignácio Gióia, foi executada uma reforma, em 1925, a qual substituiu os beirais por platibandas, além de outras intervenções que provocaram uma mudança radical da fachada. Ainda de acordo com

Campos (2011), também foi retirada a divisão que existia na nave da Igreja, separando a elite cafeeira do restante da Igreja.

Em 1945, outra reforma foi realizada, substituindo os altares de madeira entalhada por altares de mármore importado da Itália. Aguiar⁴¹ (2011) descreve que, nessa época, o interior da Igreja era simples, de pintura lisa, ambiente espaçoso e arejado. Relata, também, sobre os altares de mármore vindos da Itália e executados pelo escultor Domingos de Rocco⁴². No entanto, para Campos (2011), Domingos de Rocco foi o responsável pela nova pintura interna que a Igreja recebeu.

Quanto ao entorno da Igreja Matriz, houve uma grande alteração quando a Casa de Câmara foi demolida no segundo quartel do século XX, como mencionou Sr. Anésio⁴³. Em sua entrevista, ele lembra ainda que não houve uma justificativa clara para sua destruição. Mais tarde, outra edificação que não respeitou a volumetria anterior, foi construída, prejudicando a espacialidade e homogeneidade do conjunto que forma o quadrilátero da Praça Dr. Oswaldo Cruz.

Em 1972, foi feita a troca do forro e o artista Álvaro Pereira da cidade Taubaté executou sua pintura.

Figura 91 - Igreja após a reforma, já com duas torres e modificação no frontão.

Figura 92 - Interior da Igreja Matriz.

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal

⁴¹ Mário Aguiar foi juiz de Direito em São Luiz do Paraitinga de 1935 a 1942. Escreveu sobre os usos e costumes da São Luiz do Paraitinga. Obra que teve sua 1ª edição lançada em 1949. A 2ª edição foi lançada em 2011, pela AMI (Associação dos Amigos para Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico Cultural de São Luiz do Paraitinga) com objetivo de contribuir para a recuperação do patrimônio imaterial também afetado pela enchente de 2010.

⁴² Domingos de Rocco, engenheiro nascido na Itália e que vivia em Campinas, SP.

⁴³ Ibidem pg.

Essas reformas caracterizavam a Igreja Matriz no momento em que ruiu em 2010. No entanto, é bom frisar que a Igreja precisava de conservação e manutenção. A cúria de Taubaté, responsável pela Igreja Matriz havia contratado a elaboração de um projeto de restauro, cuja autoria era da Arq. Livia Vierno. O levantamento executado e o projeto de restauro serviram de base para o projeto de reconstrução. Havia, também, um relatório do IPT sobre as rachaduras existentes na Igreja que, apesar de não oferecerem risco iminente, indicavam a necessidade de obras para a recuperação.

Como já relatado no capítulo sobre o evento da grande enchente, a destruição da Matriz foi o momento mais impactante da tragédia em São Luiz do Paraitinga.

Em 2010, compunham da Igreja Matriz os seguintes materiais e métodos construtivos: paredes em taipa de pilão e tijolos maciços; pintura de vários tipos, incluindo estêncil; estrutura da cobertura em madeira e telhas cerâmicas tipo francesa; forro de tábuas de madeira pintado com várias cenas religiosas; piso de ladrilho hidráulico de vários desenhos; altares em mármore; esquadrias metálicas com vitrais coloridos; portas em madeira.

Figura 93 - Igreja Matriz após a enchente.
Foto: Natalia Moradei.

Tendo sido apontada como uma das prioridades da reconstrução da cidade, as ações iniciaram-se pelo processo de limpeza e salvamento, os quais ficaram sob a gestão do IPHAN, e pela definição das diretrizes através da Resolução

SC-3, de 23-2-10 do CONDEPHAAT, para que o projeto de reconstrução fosse então elaborado.

Retomando as orientações da SC-3, temos o seguinte:

[...] 1) O projeto de reconstrução da Igreja Matriz poderá considerar três possibilidades: solução contemporânea, reprodução do edifício arruinado, recuperação de solução estilística original, segundo registro documentado. Em qualquer das alternativas, é exigida a consolidação dos remanescentes da edificação tombada e sua adequada identificação. Também é indicado o reaproveitamento dos materiais remanescentes, resgatados da seleção dos escombros. Recomenda-se que as opções apresentadas sejam objeto de consulta pública à comunidade de São Luiz do Paraitinga, com a sugestão de que a Mitra Diocesana incumba-se da realização dessa consulta.

O maior desafio foi em relação às três possibilidades projetuais apresentadas. A questão da consolidação e aproveitamento dos remanescentes foi unânime entre os órgãos envolvidos e um grande alento para a comunidade que sonhava em reaver o que havia perdido. A localização da imagem de Nossa Senhora das Dores, por exemplo, encontrada em 29 de março de 2010, causou comoção entre a população católica que tanta a venerava. O salvamento abarcou serviços de restauro de obras sacras e dos altares de mármore. Além disso, durante o período de execução a empresa promoveu visitas guiadas na obra, proporcionando que todos interessados conhecessem o trabalho e a evolução dos serviços.

Figura 94 - Trabalho de limpeza e salvamento da Igreja Matriz, ao fundo paredes remanescentes.
Foto: Cristiane Bittencourt

Figura 95 – Restauro de imagens sacras no canteiro de obras da Igreja Matriz.

Figura 96 – Consolidação do altar mór da Igreja Matriz

Fotos: Cristiane Bittencourt

Quanto ao projeto e ao caminho a ser escolhido para a recuperação da Igreja Matriz, primeiramente, levantou-se tudo que havia documentado sobre o imóvel. A Mitra Diocesana apresentou um levantamento arquitetônico completo da edificação feito para subsidiar um projeto de restauro, que já citamos. Sendo assim, esse se tornou um importante instrumento tanto para a identificação de remanescentes quanto para o início da elaboração de um projeto que considerava a reprodução do edifício arruinado.

A solução contemporânea foi discutida e considerada por órgãos como CONDEPHAAT e IPHAN. Porém, não teve desenvolvimento projetual, pelo menos que tenha chegado ao conhecimento local, da Prefeitura e da comunidade.

Quanto à terceira possibilidade de resgatar a solução estilística original, foi bastante defendida por representantes do CONDEPHAAT, como o arquiteto José Pedro de Oliveira Costa, que trouxe inclusive imagens da antiga Igreja no âmbito de reuniões do Grupo Gestor de Patrimônio Cultural, destacando aspectos como a homogeneidade do conjunto histórico.

Com esse quadro em pauta, a Prefeitura Municipal articulou para que ocorresse a audiência pública específica a fim de tratar da Igreja Matriz. A Mitra, proprietária da Igreja, e o IPHAN responsável pela gestão dos serviços de salvamento disponibilizaram o espaço da nave principal da mesma para a realização da audiência. Desse modo, as pessoas poderiam voltar àquele espaço tão querido.

A audiência pública para informar sobre as possibilidades de reconstrução indicadas na resolução, ocorreu em junho de 2010. Porém, apenas a alternativa que adotava a reconstrução seguindo as características anteriores à enchente foi apresentada em forma de um anteprojeto. Na ocasião, também foram expostas à comunidade as etapas e os resultados obtidos com o salvamento.

De certa forma, esta apresentação acentuou o sentimento da população luizense em querer seu bem de volta e da mesma forma, pois para os leigos é difícil visualizar novas possibilidades como um projeto contemporâneo de uma forma harmônica e que não se chocasse com o que eles estão acostumados a vivenciar. Quanto à opção de retomar a Igreja original com uma torre, também não havia identificação e qualquer memória sobre ela, além de algumas fotos antigas. O que estava mais latente era a retomada da Igreja que as águas haviam destruído. A população ficou consolada e satisfeita com a possibilidade do refazimento.

Em 28 de julho de 2010, foi realizada na sede do IAB, em São Paulo, uma reunião do Grupo de Trabalho de Patrimônio Histórico do IAB-SP com a pauta "Matriz de São Luis do Paraitinga, critérios e procedimentos adotados para sua reconstrução", na qual participaram: Conselheiro do CONDEPHAAT, José Pedro de Oliveira Costa; Conselheiro do IAB, Ronald Tanimoto; Arq. Carlos Eduardo Pereira; Prof. Carlos Lemos e Arq. Haroldo Gallo. Essa reunião defendeu a recomposição da solução estilística original. No entanto essas discussões não chegaram à comunidade luizense.

O Prof. Carlos Lemos⁴⁴ (informação verbal), sobre a decisão projetual da Igreja Matriz considerou que:

A regra com base no bom senso em relação à Igreja é fazer como ela era antes da reforma [...] porque a planta não foi alterada. Esta (a atual) é uma invenção espúria, espúria no sentido de que o estilo chupado, copiado, que é [...] o maneirismo. Este frontão é de origem maneirista, copiada de alguma gravura, fotografia, alguma coisa da arquitetura maneirista de Roma, italiana, pode ser até copiada de alguma Igreja. Em todo caso o que é importante, é que quando foram fazer esta Igreja (antiga) à inspiração estilística foi à mesma dos sobrados e a mesma da Casa de Câmara e Cadeia, então, se o desejo é de coerência em retornar a praça ao seu formato e estado antigo, é refazer esta Igreja (antiga).

⁴⁴ Entrevista realizada na FAU-Maranhão em 14/11/2013, quando a Igreja Matriz já estava em reconstrução.

Outra tentativa — que contou com o parecer do conselheiro José Pedro de Oliveira Costa, em dezembro de 2013, mesmo com a obra da Igreja em estado avançado — julgava possível a execução de uma fachada que considerasse a Igreja original com traços mais simples, com, por exemplo, o frontão triangular e sem adornos, como mostra o croqui constante do parecer.

Figura 97 - Proposta do Conselheiro José Pedro de Oliveira Costa, constante no parecer de 4/12/2013.
Fonte: Parecer CONDEPHAAT 4/12/2013.

Figura 98 - Proposta do Conselheiro José Pedro de Oliveira Costa, constante no parecer de 4/12/2013.
 Fonte: Parecer CONDEPHAAT 4/12/2013.

No entanto, apesar das tentativas na busca de uma solução mais harmônica, essas oposições foram descartadas.

Diante desse quadro e com todo o material catalogado no salvamento, optou-se pelo projeto que reconstruía a Igreja existente antes da enchente, mediante da preservação dos remanescentes, porém, adotando-se técnicas contemporâneas e possibilitando a distinção entre novo e o antigo.

Como já dito, o projeto básico foi elaborado por Livia Vierno baseado no projeto de restauro anterior à enchente, e o projeto executivo foi desenvolvido pela FORMARTE, empresa que foi contratada pela Secretaria de Cultura. Assim, o mesmo constituiu-se das seguintes ações: consolidação da taipa remanescente (aproximadamente 15%); utilização de estrutura metálica; alvenaria de tijolos com reaproveitamento dos remanescentes (313000 tijolos recuperados, 90% do total); consolidação e restauração dos altares de mármore (90% passíveis de restauração); esquadrias (20% passíveis de restauração) e o restante foi feito conforme registros e moldes; recomposição do piso de ladrilho hidráulico (60% são passíveis de reutilização); montagem e restauração do forro que teve as peças separadas no salvamento (75% foram passíveis de restauração); cobertura em telha cerâmica, tipo francesa; adaptação para acessibilidade em um dos corredores laterais e inclusão de sistema de combate a incêndio.

Figura 99 - Imagens das peças catalogadas do forro da Igreja Matriz durante o salvamento.
 Fonte: REL_TEC_03 – Formarte

O projeto executivo final foi apresentado em audiência pública no Centro Pastoral em 28 de abril de 2012, incluindo a exposição de maquete física e de um vídeo com imagens ilustrativas da Igreja Matriz.

Figura 100 - Maquete da Igreja Matriz executada pela Formarte.
 Foto: Natalia Moradei.

A empresa executora da obra foi a CONCREJATO e realizou um trabalho de educação patrimonial com os operários envolvidos, para reforçar o cuidado, o comprometimento e a valorização do próprio trabalho. Essa atitude merece ser ressaltada, pois, o conhecimento, por parte dos trabalhadores da construção civil, da importância da obra que eles estão realizando faz com que se tornem aliados do processo de preservação. No caso de São Luiz do Paraitinga, isso foi muito importante visto que a maioria dos operários da obra eram moradores da cidade.

A obra seguiu fielmente os projetos elaborados, e apresenta qualidade construtiva e dos materiais empregados, valorizando o edifício.

Figura 101 – Vista interna da parede do fundo da Igreja, executada em estrutura metálica e tijolos.

Figura 102 – Vista da fachada principal da Igreja, destaque para a estrutura metálica das torres.

Fotos: Natalia Moradei

Figura 103 - Vista interna de uma das alas laterais: parede de taipa remanescente aparente e estrutura metálica nova.

Figura 104 - Vista da nave principal da Igreja a partir do coro, destaque para as paredes monocromáticas e forro restaurado.

Fotos: Natalia Moradei

Verificamos a existência de opiniões distintas sobre a reconstrução da Igreja Matriz, pois a escolhida, de feição externa da forma mimética da Igreja que ruiu (que, por sua vez, não era a original) contraria muitos técnicos e teorias como a que nos referimos no início dessa discussão. Por outro lado, a reconstrução respeitou os conceitos de manutenção de remanescentes, de diferenciação do antigo e do novo na área interna da Igreja, com a utilização de materiais contemporâneos datando, dessa forma, a reconstrução. Além disso, como discutido em conceitos anteriores, a reconstrução foi baseada em um estado anterior conhecido e, não, em situações hipotéticas. Havia um projeto com informações precisas sobre a Igreja antes da enchente; diferente da opção de se retornar à Igreja original, que possuía levantamento técnico insuficiente para embasar a escolha.

Para outra solução, que não a reprodução do edifício ruído, conseguir apoio da comunidade e, principalmente, para, de fato, elucidar o que significavam as outras duas possibilidades, teria sido necessário um esforço para elaboração de projetos e até mesmo um concurso de projetos que abarcassem todas as opções previstas na resolução. Esses poderiam contemplar maquetes do conjunto da Praça para que a comunidade compreendesse as propostas. Partindo das opções claramente representadas nos projetos, a comunidade poderia decidir ou questionar com maior lucidez. Obviamente, para a realização dessa ideia seria necessário mais tempo, o que naquele momento, era o oposto do anseio da comunidade afetada a qual refletia em cobranças para com os órgãos que buscavam vencer as burocracias e atender a demanda da comunidade. Isso também demandaria mais recursos, o que nem sempre o poder público julga viável.

A inauguração da Igreja Matriz ocorreu em 16 de maio de 2014, e para a população local, esse dia foi o mais importante desde a grande enchente. Independentemente de a opção projetual atender aos anseios de técnicos e às teorias, a grande referência luizense foi devolvida a seu povo, atingindo às suas expectativas.

Após, o início da utilização da Igreja Matriz, algumas observações são feitas pela comunidade como, por exemplo, a ausência das pinturas das paredes, que antes eram coloridas e, agora, são monocromáticas, em tom claro e a falta de ventiladores que em dias quentes, ou com grande quantidade de pessoas causa desconforto aos

usuários. Mas, de modo geral, as pessoas estão adaptadas e satisfeitas com a nova Igreja Matriz.

Figura 105 - Fachada da Igreja Matriz reconstruída.
Foto: Natalia Moradei

5.2.2. Capela das Mercês- Largo das Mercês

A Capela das Mercês, como é conhecida, era a Igreja mais antiga de São Luiz do Paraitinga. Sua construção teve início em 1809, em um terreno doado pela família Pereira, e a inauguração foi em 24 de setembro de 1814.

A Capela possuía uma imagem de Nossa Senhora das Mercês que, segundo Campos (2011), foi trazida por Maria Antônia dos Prazeres no início do século XIX.

Foi construída em taipa de pilão com linhas singelas e, muitos elementos originais como: o altar entalhado em madeira, o púlpito encravado na parede, o sino com a data de inauguração, as esquadrias de madeira, o piso com assoalho de madeira na nave e tijolos quadrados na sacristia ainda estavam presentes antes da destruição em 2010.

Figura 106 - Capela das Mercês, início séc. XX.

Fonte: Prefeitura Municipal

Em 2002, ela passou por um restauro, projeto de parceria da Prefeitura com o Banco Real, que se ateve, apenas, à pintura, não envolvendo questões de recuperação estrutural e de conservação do madeiramento, por exemplo.

Com a destruição durante a enchente, a afeição da comunidade pela Capela foi tanta que, logo após a vazão das águas, voluntários iniciaram o serviço de salvamento de forma muito delicada e criteriosa, apesar do amadorismo. Posteriormente, a empresa Biapó, contratada pelo IPHAN, continuou a ação de forma mais profissional, mas, sempre, valorizando essa ação inicial da população que foi crucial para que algumas imagens e peças pudessem ser recuperadas.

Figura 107 - Capela em 2009 antes da enchente.

Figura 108 - Capela em fevereiro de 2010, após a enchente.

Fonte: Prefeitura Municipal

Como já dito, a reconstrução da Capela das Mercês ficou sob a responsabilidade do IPHAN, envolvendo a elaboração do projeto que se baseou no levantamento realizado anteriormente pelo próprio órgão. Diante de todos os dados existentes, provando que a Capela mantinha suas características originais, a decisão foi pela reconstrução desse patrimônio tal como antes da destruição. Mas, antes disso, houve um estudo do arquiteto Hugo Mori que previa a reconstrução da Capela com a manutenção da volumetria, porém, com as paredes de vidro; uma solução contemporânea: uma capela transparente, na qual fosse possível reconhecer os remanescentes e compreender o edifício anterior, mas, de uma forma inovadora.

Pode-se considerar que a decisão da reconstrução segue a mesma concepção que Pane apud Kuhl (2010) abordou sobre o caso de Varsóvia, na

Conferência de Veneza. A reconstrução idêntica a anterior se deve à grande significação que o bem tombado representa para a comunidade.

Figura 109 - Projeto - Corte mostrando a taipa a ser consolidada e fachada a ser recomposta como a anterior. Fonte: IPHAN

Figura 110 - Consolidação da taipa e abertura para nova fundação - 08/02/2011.

Figura 111 - Construção da parede de tijolos na espessura da taipa – 03/05/2011.

Fotos: Natalia Moradei.

Figura 112 - Vista externa da Igreja das Mercês após a reconstrução.

Figura 113 - Vista interna da taipa remanescente protegida com vidro.

Fonte: Prefeitura Municipal

A Capela de traços simples foi reconstruída seguindo as diretrizes dispostas na Resolução pós-enchente, preservando os remanescentes e mantendo — mesmo que com outros materiais, no caso concreto e tijolos — a espessura das paredes antigas de taipa, característica muito marcante da construção. Com relação aos elementos como esquadrias, alguns foram recuperados e outros, refeitos graças aos levantamentos e registros. A obra foi fiel ao projeto elaborado e apresenta muita qualidade construtiva.

No interior da Capela, na ala lateral, foram expostos painéis que contam o histórico da edificação e detalham o processo de reconstrução. Internamente a reconstrução deixa claro o que é original e o que foi reconstruído. Outra ação de recuperação se deu com a imagem de Nossa Senhora das Mercês, a qual se quebrou em 92 pedaços, e, graças ao delicado trabalho de limpeza e salvamento, pôde ser restaurada, voltando ao altar da Capela.

Figura 114 - Pannel com os projetos de reconstrução; Parede de taipa na sacristia; Imagem da Nossa S. das Mercês restaurada.
Fotos: Natalia Moradei.

No entanto, há uma ressalva quanto à parte externa da Capela, que não traz nenhuma indicação da reconstrução, podendo dessa forma, levar ao equívoco de ser confundida com o edifício original.

5.2.3. Biblioteca (Antigo Grupo Escolar)

Rua Cônego Costa Bueno esquina com Rua Mons. Ignácio Gióia.

De acordo com Campos (2011), esse prédio, em 1902, foi comprado pelo Estado e foi adequado para funcionar como escola pelo escritor e engenheiro Euclides da Cunha, adquirindo a aparência que tinha até antes da catástrofe.

A Escola Coronel Domingues de Castro funcionou nele até 1991. Depois, foi ocupado pela Escola Normal João Ebram (já extinta) e, também, pela Escola Waldemar Rodrigues.

Com relação às suas características e técnicas construtivas, o imóvel foi construído em taipa de pilão, pau-a-pique e tijolos. Possuía esquadrias em madeira; pisos em assoalho de madeira; forro em madeira; ornamentos na fachada com frontão triangular e cobertura com estrutura de madeira e telha cerâmica.

Figura 115 - Imóvel antes da enchente.

Fonte: Prefeitura Municipal

Durante a enchente de 2010, foi destruído, restando apenas alguns remanescentes das paredes de taipa. Como é uma área contígua a Igreja a limpeza foi executada também pela Biapó.

Figura 116 – Vista dos escombros da Igreja e da Escola (parede branca e verde ao fundo é de uma das salas de aula da Escola).

Foto: Natalia Moradei

Figura 117 – Espaço da escola após a limpeza dos escombros (como é uma área contígua à Igreja, a empresa Biapó também realizou os serviços de limpeza e salvamento).

Fonte: Prefeitura Municipal.

Conforme informado anteriormente, o projeto de Reconstrução ficou sob a responsabilidade do Condephaat e a execução, da Secretaria de Cultura. Devido às necessidades da cidade, optou-se pela alteração do programa para uma Biblioteca. No projeto, não foi prevista a manutenção dos remanescentes dessa construção destruída pela grande enchente. Nas fotos, é possível observar vários remanescentes das paredes de taipa. Na reconstrução, foram utilizados materiais atuais, como concreto armado e esquadrias metálicas. Para os pisos foram definidos: piso de cimento queimado no pavimento térreo e piso de assoalho no pavimento superior. A

cobertura foi executada em estrutura metálica com telhas cerâmicas. Por outro lado, o novo projeto buscava o respeito à volumetria e alguns elementos como uma caixa de concreto, em volta das esquadrias, que demarcaria a largura da parede de taipa existente anteriormente.

Na fachada, apesar de o órgão autor do projeto defender que a proposta considera a manutenção da volumetria, a massa construída e o ritmo de aberturas, evidenciam-se alterações no ritmo e supressão de algumas aberturas, como a antiga porta principal. Tais modificações foram justificadas pela alteração no programa e melhor aproveitamento do espaço bem como do novo tipo de tecnologia empregada.

Figura 118 - Fachada da Rua Monsenhor Gióia antes da enchente de 2010.

Fonte: Secretaria de Cultura – apresentação do projeto set/2010

Figura 119 - Fachada da Rua Monsenhor Gióia proposta após a enchente.

Fonte: Secretaria de Cultura – apresentação do projeto set/2010

Figura 120 - Fachada Rua Cônego Costa Bueno antes da enchente de 2010.
 Fonte: Secretaria de Cultura – apresentação do projeto set/2010.

Figura 121 – Fachada Rua Cônego Costa Bueno proposta após a enchente.
 Fonte: Secretaria de Cultura – apresentação do projeto set/2010.

Figura 122 - Fachada da Biblioteca após a reconstrução.
 Foto: Natalia Moradei.

Considerando a carência de espaços públicos voltados à educação, leitura, pesquisa, entre outros, o Condephaat julgou importante que a biblioteca a ser construída seguisse os moldes da biblioteca São Paulo, com o conceito de convite à leitura, com espaços fluídos e multifuncionais, extrapolando o uso biblioteca em si, incluindo auditório, salas para oficinas e exposições e uma sala de leitura livre e informatizada.

Mesmo com todo esse programa funcional interessante, a comunidade de São Luiz do Paraitinga não se identificou com a Biblioteca. Além de não se afeiçoar, faz críticas constantes, principalmente, em relação à ausência da porta principal que existia no prédio antigo, às esquadrias metálicas e aos requadros das janelas que foram feitos em EPS e, posteriormente, substituídos por metálicos. Cabe salientar que, nesse ponto, a obra não seguiu exatamente o proposto no projeto elaborado pelo Condephaat.

Acerca dele, o professor Carlos Lemos ⁴⁵ (informação verbal), considerou:

Então certamente eu acho que a solução das janelas (referindo-se ao material), tá tudo correto. Já que é pra fazer valer então, fica valendo o volume da construção anterior que foi reproduzido, e dentro do espírito da cidade toda, as janelas tem um ritmo determinado, o fato de não terem feito a porta e nem uma janela no lugar da porta, é um erro [...] Porque a modenatura dessas casas todas aí pressupõem um ritmo, na mesma fachada, aqui quebraram o ritmo.

O pavimento com acesso pela Rua Monsenhor Ignácio Gióia concentra a área administrativa, os sanitários, o auditório, as sala de oficinas e exposições.

O terceiro pavimento contempla a área de acervo da biblioteca e as áreas de leitura e de pesquisa. Na imagem abaixo, é possível observar as caixas da janela que demarcariam a taipa existente anteriormente e que não foram executadas.

⁴⁵ Entrevista realizada na FAU-Maranhão em 14/11/2013. Entrevista foi transcrita literalmente.

Figura 123 - Maquete eletrônica mostrando a estrutura das janelas demarcando a taipa antes existente.
Fonte: CONDEPHAAT

Figura 124 - Vistas internas da biblioteca. A estrutura para as janelas demarcando a taipa não foi executada, restando apenas o caixilho metálico.
Fonte: Natalia Moradei. dez/13

As ações projetuais deveriam ser construídas sobre um embasamento teórico consistente, que resgatasse as características singulares da obra e que, ainda, estabelecesse as condições práticas da intervenção. Em muitos casos, os projetos de intervenção no patrimônio histórico brasileiro revelam a falta desse alicerce teórico, e, nos raros casos, onde há essa reflexão, esta não atinge as ações práticas das restaurações.

No caso da Biblioteca, não houve consideração das características singulares e representativas da edificação para a comunidade, como no caso da manutenção de remanescentes e da porta principal; e, menos ainda, inclusão da comunidade durante a decisão projetual que propôs uma solução diferente da anterior — ruída na enchente — o que acarretou em choque e bloqueio da comunidade com o edifício. Situação que foi piorada pela execução da obra, a qual não respeitou parâmetros estabelecidos no projeto, e, que se fosse seguido, poderia minimizar essa rejeição e justificar o partido adotado.

5.2.4. Imóvel M26

Rua Mons. Ignácio Gióia, 142 esquina com a Rua Cel. Domingues Castro.

Antes de tratar do projeto do imóvel particular M26, é prudente destacar que a recuperação de imóveis particulares foi e ainda é um dos grandes desafios da reconstrução de São Luiz do Paraitinga após a enchente de 2010.

Os imóveis públicos e os particulares — como as Igrejas — foram prontamente adotados pelos Governos Estadual e Federal para disponibilização de recursos, ainda mais no ano de 2010, quando houve eleições — presidencial e dos governos estaduais — e que tinham interesse em demonstrar eficiência e ganhar visibilidade. Todos os imóveis nessas condições foram contemplados. Porém, os imóveis privados se tornaram um grande impasse: por um lado, o poder público não poderia investir em um imóvel privado, por outro, cada imóvel privado constitui um conjunto que é tombado, possui valor histórico cultural e, portanto, é faz parte de um patrimônio público.

Algumas tentativas foram feitas, como a do IPHAN, através de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), excepcionalmente, a juros zero; mas, essa situação não se concretizou até o momento atual. Essa ação de financiamento também foi repactuada no PAC-CH em 2013, mas, diante da crise financeira da qual o país enfrenta atualmente, essa possibilidade se mostra cada vez mais distante.

Tal ideia veio do Programa Monumenta do Governo Federal que, através de um instrumento, realizou a recuperação de edifícios de conjuntos históricos por meio de financiamento, pois entendia que essa ação atingia diretamente a comunidade, melhorando a vida das pessoas que fazem o centro histórico. Esse financiamento acontecia, em outro contexto, como uma ação de preservação e desenvolvimento e não, de catástrofes, como no caso de São Luiz do Paraitinga.

Para a solução dos imóveis privados, apenas em 2011, depois de uma batalha dura, o governo estadual estabeleceu, através do Decreto nº 56.816, a disponibilização de recursos para a reconstrução de imóveis particulares. Porém, para justificar a aplicação, um dos critérios estabelecidos foi o limite da renda familiar dos

proprietários em 10 salários mínimos, regra que o Governo Estadual já utiliza em programas habitacionais, como da CDHU. Essa condição desqualificou muitos imóveis, pois vários deles são objeto de herança e possuem diversos proprietários. Então, para muitos, o problema continuou. Na maior parte dos casos, as famílias, apesar de ultrapassarem o limite da renda, não possuem condições de executar a recuperação do imóvel seguindo as diretrizes e os critérios necessários a um imóvel histórico. Os vazios continuam comprometendo o conjunto histórico e muitas famílias estão desalojadas.

Com relação aos que foram atendidos, os recursos foram disponibilizados mediante a planilha orçamentária, baseada no projeto elaborado pela UPPH e FUPAM.

A reconstrução se deu a partir do convênio firmado entre a Secretaria de Cultura do Estado e a Prefeitura Municipal e esta que foi a responsável pela gestão das obras. A princípio foram liberados 14 imóveis. Infelizmente, houve vários problemas, como: incompatibilidade em quantitativos orçados e, de fato, necessários; e, também, em serviços que não foram previstos nos projetos e orçamentos.

Esses problemas resultaram na necessidade de revisão dos projetos executivos por parte da UPPH e FUPAM e, também, no aditamento de valores. Além disso, a situação provocou desgaste entre a Prefeitura Municipal, empresa executora da obra e os proprietários dos imóveis.

Para evitar que tais problemas se repetissem nos imóveis que seriam recuperados na segunda etapa do convênio, em 2012, a Prefeitura solicitou a revisão dos respectivos projetos e orçamentos, considerando também que a previsão de recursos seria insuficiente.

Situação essa que acabou provocando a paralisação do convênio e, passados quatro anos, a questão ainda não foi solucionada. Os imóveis — que fariam parte da segunda etapa do convênio — continuam à espera de uma solução. E é nessa situação que se encontra o imóvel M26, do qual trataremos agora.

O imóvel — localizado na esquina da Rua Monsenhor Ignácio Gióia com a Rua Cel. Domingues de Castro (denominada popularmente como Quatro Cantos)— possui grande valor histórico e é considerado pelo CONDEPHAAT com grau de proteção 1.

Esse imóvel foi construído em um pavimento elevado, com porão e fundação em cantaria e pilaretes de tijolos cerâmicos. Suas paredes, até mesmo as externas, são de pau-a-pique e, em alguns pontos — que já sofreram a intervenção — são de alvenaria de tijolos. Possui vigamento, assoalho em madeira e piso cerâmico nas áreas molhadas. A cobertura é estrutura em madeira e telhas cerâmicas. Possui belas esquadrias em arco pleno.

Figura 125 - Imóvel nos anos 50.

Figura 126 – Imóvel em 2009.

Fonte: Prefeitura Municipal

Figura 127 - Imóvel após a enchente de 2010.

Figura 128 - Detalhe da parede de Pau-a-pique.

Fonte: Prefeitura Municipal

Após a enchente, o imóvel ficou parcialmente arruinado, mas, com ampla possibilidade de restauro; diferentemente dos outros imóveis abordados neste trabalho, pois foram completamente arruinados. Devido à sua importância arquitetônica e ao seu estado crítico, foi necessária uma avaliação do IPT para averiguar a real situação. Foi apontado, no parecer técnico nº 18.342 – 301, que a edificação ficou severamente danificada. Diagnosticou-se também o ataque biológico em todas as peças de madeira estruturais do piso, dos painéis de fechamento e da estrutura da cobertura. Esses ataques reduzem — de maneira significativa — não só a rigidez das peças, mas de toda a edificação.

Como medida emergencial, foi executado escoramento dos elementos (espigões, terças, frechais, painéis de fechamento e vigas do piso) para suportar a carga proveniente da cobertura e diminuir os esforços nas peças de madeiras biologicamente atacadas.

Figura 129 - Pau-a-pique exposto na fachada

Figura 130 - Vista da fachada da M26 e da residência geminada que teve a parede substituída por tijolo cerâmico.

Fotos: Natalia Moradei.

Esse imóvel teve um processo projetual criterioso, apesar de lento. Mas, ele permitirá alcançar um restauro de sucesso, com riqueza de detalhes e com a recuperação dos elementos originais. O projeto foi acompanhado de perto, em todas as etapas, pelos proprietários que concordaram e entenderam a opção projetual de manutenção das técnicas construtivas e materiais da edificação. A obra está prevista para ser contemplada com recursos da Secretaria de Cultura do Estado mediante o Decreto do Governo. No entanto, até a presente data, não teve início. Vale ressaltar que essa morosidade compromete ainda mais o estado do imóvel. A degradação e a exposição das paredes às intempéries e aos ataques biológicos durante esses anos,

com certeza, vai repercutir em um investimento ainda maior. Além disso, até mesmo o escoramento executado — na época — já pode estar vulnerável, o que aumenta os riscos do imóvel.

A proprietária, após a enchente, passou por vários problemas de saúde, e o seu maior sonho é voltar pra casa, pois atualmente mora com uma das filhas na mesma rua do imóvel danificado e, todos os dias, avista sua moradia se deteriorando. Essa situação é muito triste, pois mostra que, apesar da significativa recuperação de São Luiz, nem todos os luizenses tiveram a oportunidade de retomar sua vida normal seis anos após a catástrofe.

Muitos outros imóveis particulares se encontram na mesma situação, incluídos os já mencionados, localizados na Praça Dr. Oswaldo Cruz, principal referência urbana da cidade de São Luiz do Paraitinga.

5.3. Análise sobre a recuperação do patrimônio histórico

A grande enchente em 2010 destacou um fenômeno muito comum relacionado ao patrimônio histórico no Brasil: a falta de manutenção. Certamente, o estrago seria menor se os prédios passassem por intervenções de conservação e manutenção periódicas. Durante o levantamento e as vistorias realizadas para verificar as condições e estabilidade dos imóveis após a enchente, foi constatado, por exemplo, que em muitos casos, os madeiramentos das estruturas e da cobertura já indicam patologias, como o imóvel M26 que detalhamos anteriormente.

Outra situação — frequentemente apurada — foi que pequenas reformas internas foram executadas irregularmente, sem o devido rigor de qualidade e de compatibilidade dos materiais construtivos empregados. Alguns exemplos observados foram: aplicação de argamassa de cimento em paredes de taipa ou pau-a-pique; substituição de partes das paredes de (pau-a-pique ou taipa) por tijolos ou blocos de concreto; substituição de forros de madeira por PVC; além da alteração da divisão interna de ambientes e da ampliação dos imóveis para os quintais. Essas alterações acabam descaracterizando os aspectos arquitetônicos originais das edificações. Isso

mostra a fragilidade da fiscalização dos órgãos competentes, a falta de informação, conhecimento e, em alguns casos, de responsabilidade da comunidade com o seu próprio patrimônio histórico e, mais que isso, a falta de diálogo entre comunidade e órgãos de preservação.

Diante do acontecimento da enchente e de todo o aprendizado durante o processo de reconstrução, espera-se que essas constatações sirvam de alerta para os proprietários e para o Poder Público, fazendo com que medidas de prevenção e de manutenção sejam tomadas assim que surgirem os primeiros sinais de desgaste e vulnerabilidade da edificação. Em outras palavras, almeja-se que — a partir da catástrofe enfrentada a manutenção preventiva e programada se torne um hábito.

Vale ressaltar que, com a enchente, a relação entre comunidade e órgãos patrimoniais se tornou mais próxima enquanto eles mantiveram seus técnicos presentes no município. Atualmente, isso já não ocorre. Novamente temos visto a dificuldade e morosidade em obter respostas dos órgãos patrimoniais e da própria Prefeitura Municipal na análise de projetos ou solicitações de pequenas reformas ou manutenções. Essa postura desanima a população que acaba realizando os serviços sem consulta e aprovação, correndo o risco de causar prejuízos irreversíveis ao patrimônio tombado. Mas, apesar desse fato, em geral o interesse da comunidade pelo patrimônio arquitetônico e por sua preservação se fortaleceu.

Em 2014, foi inaugurada a Casa do Patrimônio⁴⁶, em São Luiz do Paraitinga, administrada pelo IPHAN. Por meio desse espaço de atividades de educação patrimonial, as relações podem se estreitar e, através da compreensão das formas de preservação, as intervenções tendem a ser mais respeitosas com o patrimônio tombado e com a cidade. No entanto, até o momento, foram realizadas duas oficinas pela Casa: uma, em 2014, e outra em 2015. Isso ainda requer estratégias para um engajamento maior da população.

De acordo com Kühl (2010), uma grande ferramenta — para promover a preservação — é operar de forma a fazer com que a população se aproprie dos valores correspondentes a cada obra de interesse cultural e torne os monumentos

⁴⁶ Casa do patrimônio – Idealizada pelo IPHAN com objetivo, a Casa de Patrimônio do Vale do Paraíba criar um espaço de interlocução com a comunidade local, visando propiciar debates e a participação social na gestão, proteção e valorização do patrimônio cultural, tornando-se um lugar de referência regional para a pesquisa e a reflexão sobre a temática do patrimônio, reconhecendo que o Vale do Paraíba se constitui em uma das regiões mais patrimonializadas do estado de São Paulo.

históricos parte de sua própria história. Por intermédio de atividades com foco na educação patrimonial, a população pode obter a consciência de seu papel na preservação dos monumentos históricos.

Fica aqui registrada também a dificuldade na recomposição do casario particular. A paisagem urbana é extremamente prejudicada pelos vazios deixados pelos imóveis ruídos ou parcialmente danificados e que ainda aguardam uma solução. Considerando que o poder público não encontrou formas de atuar nos casos em que a renda ultrapassa o estabelecido pelo Decreto nº 56.816/2011, as associações atuantes, o poder público e os próprios moradores poderiam unir forças para buscar financiamento por meio de projetos como leis de incentivo e patrocínios para a recuperação do conjunto. Além de todas as famílias, a cidade perde; pois o turismo fica prejudicado e desencadeia outros problemas na geração de renda e na qualidade de vida.

Em relação à situação dos imóveis atendidos pelo referido decreto e que ainda não tiveram obras iniciadas, isso revela a nítida falta comprometimento dos órgãos envolvidos e vontade política para que aconteça, tendo por base a atual política do país, a qual pode estar aguardando as próximas eleições.

Além dos questionamentos sobre o futuro e a gestão do patrimônio histórico, ainda prevalece, na pauta a discussão sobre as escolhas projetuais para a reconstrução dos imóveis atingidos pela enchente em São Luiz.

A população, defendendo a opção da Igreja Matriz reconstruída mimeticamente àquela que ruiu e, criticando a opção projetual da Biblioteca que não considerou a edificação anterior quanto à manutenção dos remanescentes, ao ritmo de aberturas e aos materiais empregados. De outro lado, a crítica teórica à Igreja Matriz, apontando que a fachada destoaria arquitetonicamente do conjunto histórico.

Permanece o conflito entre a razão e a emoção. A primeira, em seguir algo embasado nas Cartas Patrimoniais, teorias e aplicação rigorosa dos conceitos; emoção, em atender o anseio da comunidade na reconstrução dos imóveis destruídos, trazendo de volta, mesmo que uma cópia, o que as águas da enchente de 2010 levaram abruptamente.

Talvez, São Luiz do Paraitinga tenha perdido a oportunidade de se transformar em um exemplo com projetos diferenciados e contemporâneos em meio

ao conjunto histórico tombado. Projetos e obras que marcassem os novos tempos na arquitetura e na cidade. No entanto, será que essa audácia traria conforto e identificação com a própria comunidade? A julgar pelo exemplo da Biblioteca — que é extremamente criticada por ser diferente do antigo prédio — e pela satisfação com a Reconstrução da Capela e da Matriz, essa opção, provavelmente, seria rejeitada.

Faltou aliar as duas condições que possibilitariam a compreensão de todas as soluções possíveis pela comunidade, deixando-a participar efetivamente do processo, criando o sentimento de identificação e pertencimento. Assim, a escolha de uma solução poderia ser ao mesmo tempo harmoniosa arquitetonicamente e acolhedora para a população. Com mais tempo, recursos e disposição essa saída ainda pode ser aplicada aos vazios — são 16 imóveis ruídos — que ainda impactam o centro histórico luizense. Continua o debate!

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, principalmente, realizar o registro da grande enchente que se abateu sobre a cidade de São Luiz do Paraitinga, em janeiro de 2010, tornando-se um marco na história da cidade e trazendo profundas mudanças. Esse registro tem relevância não apenas para a comunidade local, mas, considerando, também, que São Luiz, apesar de pequenina, possui grande representatividade no contexto brasileiro, por manter sua cultura popular caipira e, também, pela preservação do conjunto histórico do período cafeeiro — tombado estadual e nacionalmente — e que foi fortemente afetado na catástrofe.

Entretanto, a pesquisa foi além do registro da grande enchente, pois procurou compreender e relacionar os efeitos desse desastre natural, buscando associar as ações humanas que interferiram e contribuíram para esse triste episódio; destacando-se aí, no âmbito urbano, as mudanças na paisagem devido à ocupação desordenada — que agravou a ocorrência de enchentes — bem como os danos por elas causados, tendo em vista a ocupação de áreas impróprias como as várzeas, por exemplo.

Busca-se, nesse momento, apresentar as principais considerações a cerca do conteúdo discutido, expondo, inclusive, algumas possibilidades para o futuro de São Luiz. Para tanto, retomaremos alguns pontos abordados no decorrer do trabalho.

Primeiramente, é indispensável ressaltar a importância da compreensão da bacia hidrográfica e de ações ao nível regional, para resolver o caso de São Luiz: das cheias do rio Paraitinga e de seus impactos. Comentamos que a Bacia do Paraitinga é fundamental para o abastecimento de água dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Portanto, sua preservação e recuperação de seus atributos naturais deve ser uma prioridade para as políticas públicas e ações dos órgãos governamentais. Apuramos que, após a enchente de São Luiz, alguns programas e projetos foram lançados na busca por melhoria e recuperação da sua cobertura vegetal, como por exemplo, o “Projeto Nascentes” — ação ainda em estágio inicial.

No entanto, percebemos que o Estado do Rio de Janeiro, que é extremamente beneficiado pelas águas da Bacia do Paraíba do Sul, que engloba o Paraitinga, não

está engajado nesse processo de recuperação. Situação que já retrata desarticulação das políticas públicas.

Os projetos lançados são, sem dúvida, belas iniciativas para reverterem o processo de degradação da Bacia do Paraitinga e tornarem mais sustentável seu uso. No entanto, são projetos grandiosos que acabam vítimas da burocracia e da morosidade, muito comum aos órgãos públicos no Brasil, prejudicando, assim, sua efetivação. Na prática, atualmente, poucas áreas degradadas da Bacia do Paraitinga foram recuperadas.

Na esfera municipal, conhecemos as dificuldades — financeira e técnica — das pequenas cidades para investirem na recuperação e preservação ambiental. No entanto, se houvesse projetos municipais integrados, seja através do Poder Público ou de instituições parceiras, para que cada município realizasse a sua parte de um projeto macro definido de forma conjunta, as ações seriam mais eficazes. Um exemplo de ação local é o projeto realizado pela AKARUI, em São Luiz, na Bacia do Chapéu, o qual recuperou 160 hectares.

Na recuperação ambiental e no uso sustentável da área urbana, especificamente de São Luiz, nosso objeto de estudo, é imprescindível a reconciliação da urbe com seu principal recurso hídrico: uma mudança na concepção da cidade que “dá as costas” para o rio Paraitinga.

Essa intenção já está indicada no Plano diretor em diversos momentos, com a criação do parque Integrado no trecho urbano do Paraitinga, com diretrizes de uso turístico e entre elas, a pesca e o rafting. Mas, a aplicação dessas ainda está engatinhando.

Após a enchente, foi elaborado o Projeto da Rua da Música que tem como conceito um passeio marginal às margens do Paraitinga, localizado entre o rio e a encosta da Rua do Carvalho, com espaços para contemplação e também dedicados à atividade musical, traço cultural forte do município. A obra teve início em julho de 2015, mas encontra-se paralisada. Portanto, ainda não foi possível avaliar seus efeitos para valorização da relação entre o rio e a cidade, bem como para a qualidade de vida da população.

Além da valorização do Rio Paraitinga, sugere-se uma possibilidade de requalificação dos rios na área urbana, visando complementar a valorização do Rio

Paraitinga, já prevista nas diretrizes do Plano Diretor. Indica-se aqui a revitalização de trechos abertos do córrego do Bairro São Benedito e de trechos canalizados, mas com possibilidade de reabertura, do córrego Lavapés, no Bairro Benfica. Os dois córregos desaguam no Paraitinga e poderiam criar assim corredores ecológicos na área urbana, contribuindo para a qualidade ambiental urbana, propiciando espaços agradáveis à comunidade local e à visitação turística.

Para efetivação das sugestões, tanto no âmbito de recomposição vegetal da bacia como da recuperação em áreas urbanas, é interessante pensar em ações de forma coletiva entre a comunidade local, ONG's, Prefeitura Municipal e órgãos como CETESB e Comitê de Bacias. Todos os anos são disponibilizados recursos através do Fundo Estadual dos Recursos Hídricos (FEHIDRO), o qual prevê destinação para realização de programas de proteção, recuperação, controle e conservação de recursos hídricos. Um projeto de revitalização de córregos, em áreas urbanas, certamente poderia ser contemplado com tais recursos, desonerando a Prefeitura Municipal. A proposta poderia ser apresentada mediante parceria com ONG's locais, que fariam a gestão e implantação do projeto, ficando o município e demais órgãos Públicos com a responsabilidade de fiscalização. Posteriormente à implantação, a área recuperada deveria ser mantida pelo município juntamente com a comunidade local envolvida no processo.

Além da preservação, valorização e do uso de forma sustentável do Rio Paraitinga e dos córregos, é imperativa a necessidade de prevenir que novas ocupações agredam e interfiram na dinâmica dos rios. O Plano Diretor de 2010 — com sua alteração de 2011 — já prevê condições para coibir novas construções em áreas de várzea e nas áreas de risco já mapeadas.

As áreas previstas para expansão urbana determinadas no Plano situam-se afastadas do Rio Paraitinga. No entanto, como se trata de uma região com característica de mares de morros, áreas inclinadas estão presentes. Caberão aí projetos com implantação adequada, que tirem partido da topografia, para evitar problemas futuros.

Ainda no que concerne à ocupação urbana, que apuramos como um dos graves problemas de São Luiz é necessário lembrar, mais uma vez, a irresponsabilidade, a omissão e interesses escusos e particulares que perduraram

durante tantos anos no município, propiciando a criação de áreas de risco e ocupação de áreas vulneráveis a enchentes. Se as leis tivessem sido aplicadas, os conjuntos populares do Benfica, o bairro Verde Perto, parte da Várzea dos Passarinhos e do bairro Alto do Cruzeiro não estariam ocupados e tantas famílias não teriam sofrido severamente os efeitos da grande cheia de 2010, ou não teriam sido necessárias tantas remoções de áreas com risco de escorregamento.

Portanto, é essencial pensar sobre as novas áreas de expansão. Sabemos que o grande problema é a ausência da oferta de terrenos regulares — o que acaba por criar situações de ocupações clandestinas facilitadas pela fragilidade de fiscalização. É indispensável que o Poder Público aplique os instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor, tais como o parcelamento compulsório e operações consorciadas, cumprindo, de fato, a função social da propriedade, principalmente, nas áreas de expansão para fomentar a ocupação urbana ordenada, sem especulação imobiliária; colocando ao alcance da população terrenos propícios para novas construções, evitando assim: a ocupação irregular em áreas sem infraestrutura, a degradação do meio ambiente e da paisagem urbana e a constituição de novas áreas de riscos.

Outra medida — indicada no Plano Diretor e que, neste trabalho, foi apontada algumas vezes — é a reserva de área permeável na área urbana. Na revisão do Plano em 2011, foi incluída a taxa de 10% de permeabilidade para os lotes urbanos. Porém, aqui sugerimos que as áreas permeáveis sejam mais representativas. Principalmente, que isso não se concentre apenas nos terrenos particulares, onde é mais difícil a fiscalização, mas que seja tida como uma premissa dos projetos em áreas públicas. Alguns exemplos de áreas possíveis seriam: no Alto do Cruzeiro, área próxima à Viela do Emílio; no Bairro Benfica, na área de recuperação do córrego; no bairro Santa Terezinha, próximo à quadra; entre outras possibilidades.

Outra sugestão é que — nos terrenos que estão vazios no Centro Histórico — a área permeável seja maior, em torno de 20% da área do terreno, recuperando minimamente a condição que existia em décadas passadas como mostramos no terceiro capítulo. Para o cumprimento do novo limite, o proprietário poderia receber incentivo fiscal. Nas áreas de expansão, a taxa permeável também poderia seguir este novo critério.

Todas as ações aqui sugeridas deveriam ser implantadas em conjunto com um programa de educação ambiental, que contemplasse o tema e esclarecesse a importância de cada medida para assim conscientizar e contar com o apoio popular.

Mas, além da questão da recuperação ambiental, das matas ciliares, nascentes e áreas degradadas como a vasta área de pastos pisoteados, na escala macro, e de preservação e valorização ambiental na área urbana, sem dúvida, há necessidade de implantação de estruturas de contenção e retenção da água, em caso de cheias, uma vez que a localização geográfica da cidade é propensa a essas ocorrências.

Sobre esse aspecto, o Plano de Macrodrenagem finalizado em 2012, não foi conclusivo, apontou opções que poderiam ser executadas, mas, que geraram grande polêmica, considerando os impactos que causariam para o patrimônio histórico, no caso do polder; e para a comunidade, caso da represa a montante da área urbana, afetando diretamente o bairro do Orris.

Mais um fator a ser considerado é que, talvez, esse Plano não tenha sido imparcial, pois fora realizado por uma empresa contratada pela Secretaria de Saneamento e Energia Estadual, a qual também atua na área de execução de obras desse tipo.

Nesse sentido, os municípios atingidos pelas cheias — especialmente São Luiz — deveriam buscar um novo e profundo estudo para, de fato, alcançar uma proposta, que, independente do custo, seja efetiva e viável para o meio ambiente e para a comunidade; e não seja apenas uma resposta à ação civil em que o Ministério Público investiga as responsabilidades dos Governos nas cheias de 2010.

Nos anos de 2014 e 2015, a região passa por uma crise hídrica, e a atenção está voltada ao problema imediato, já que a população afetada pela seca é maior, a resposta foi mais rápida, pois a obra transposição do rio Jaguari está em execução para remediar o problema. É pouco provável que haja ações como aprofundamento de estudos e disponibilização de recursos para a prevenção das cheias nesse momento. Mas é certo que, como se trata de eventos cíclicos, que em alguns anos, a região de São Luiz volte a enfrentar os transbordamentos do Paraitinga e, infelizmente, estará da mesma forma à mercê da situação, sem nenhuma ação estrutural executada.

Durante o período de conclusão desse trabalho, dois acontecimentos importantes ocorreram e chamam a atenção pela necessidade de prevenção.

Primeiro, a ruptura da barragem Fundão, em 5 de novembro de 2015, na cidade de Mariana em Minas Gerais, o maior desastre ambiental da história do país. A lama destruiu povoados, causando várias mortes; contaminou o Rio Doce arrasando o sistema de abastecimento e com o ecossistema da região; chegou ao mar, já no Estado de Espírito Santo. Ainda não se sabe quanto tempo e se será possível a recuperação ambiental da área atingida. A investigação, sobre a responsabilidade no rompimento, apurou que: a barragem de rejeitos foi implantada sem projeto executivo e o sistema de alerta não funcionou adequadamente. Podemos concluir que o Governo gasta muito mais no pós-desastre, do que na prevenção e na precaução, sempre deixadas em segundo plano. Permite, por exemplo, que projetos sejam implantados sem todos os requisitos de segurança necessários e não atua na fiscalização.

O segundo acontecimento foi a ocorrência de uma nova enchente em São Luiz do Paraitinga, em janeiro de 2016, o rio subiu 3,80m acima de seu nível normal (na área urbana), atingindo vias marginais e 135 casas conforme dados da Defesa Civil. A precipitação acumulada, em 3 dias, na região foi de aproximadamente 70 mm – um terço da precipitação ocorrida na grande enchente. As águas começaram a subir no dia 12 e atingiram o ápice no dia 13 de janeiro. Somente na madrugada do dia 14 as águas começaram a baixar.

Sobre esse evento podemos destacar positivamente: a exatidão da previsão da área a ser atingida, feita pela Defesa Civil Municipal, mediante os dados das estações telemétricas do DAEE e réguas por ela instaladas em vários pontos da bacia (mesmo que algumas estações do sistema de alerta não tenham funcionado); a relação entre o nível que a enchente atingiu nas réguas acima e na área urbana de São Luiz melhorou, devido ao desassoreamento e derrocamento realizado após o desastre de 2010, o qual afundou a calha e melhorou a vazão na área urbana, pois antes disso, com esse mesmo nível nas estações acima, a enchente teria atingido uma área maior na cidade. Por outro lado, a Defesa Civil, teve seu efetivo diminuído nos últimos anos, contando com apenas dois funcionários fixos, e o restante foram voluntários e alguns funcionários da Prefeitura que apoiaram o trabalho, isso demonstra o descaso e

esquecimento da necessidade desse setor tão importante na atuação contra as enchentes. Mesmo assim, graças ao trabalho desenvolvido não houve perdas materiais, todos os proprietários de áreas atingidas foram informados e orientados a retirar seus pertences.

Mas, a natureza confirma que São Luiz continua vulnerável, e só a partir da ocorrência dessa enchente em 2016, algumas discussões sobre projetos — como do pôlder — começam a ser ressuscitadas por órgãos como o IPHAN. Isso demonstra mais uma vez, que os órgãos governamentais se esquecem de trabalhar na prevenção e só disparam suas ações a partir das ocorrências.

Pensar nisso é pensar que todo o investimento realizado na recuperação do patrimônio do centro histórico pode ser perdido ou danificado; que se resolveram os efeitos e as consequências, mas não se tratou da causa. Sem dúvida, as ações de reconstrução e recuperação eram cruciais para a retomada de vida da cidade, mas elas deveriam estar aliadas, principalmente, à prevenção de novas ocorrências ou, pelo menos, à minimização dos riscos. A ausência de uma solução para as cheias chega a ser um descaso com o recurso público já investido e com a própria população que continua exposta aos riscos.

Além da necessidade de uma resposta definitiva para a prevenção das cheias, outras questões que envolvem a recuperação e reconstrução também merecem algumas considerações.

No que tange ao patrimônio histórico, que foi o mote que alavancou e atraiu a atenção de todos para São Luiz do Paraitinga no momento da enchente, é primordial — diante de todas as considerações e apontamentos feitos neste trabalho — que haja um projeto de educação patrimonial para que a comunidade local possa cuidar, preservar e decidir sobre seu patrimônio particular e, principalmente, opinar — de forma consciente — sobre o conjunto histórico, sem mais dar margem à polêmica como ocorreu durante a reconstrução, após a enchente de 2010.

A recomposição do conjunto histórico, verdadeiro tesouro luizense, ainda está incompleta. Como já tratamos no quinto capítulo, os imóveis públicos — afetados pela enchente — foram atendidos pelos órgãos públicos e tiveram as obras de restauro, reconstrução ou reforma executadas, e, hoje, estão em pleno funcionamento.

Para os imóveis privados, há uma lacuna. A solução encontrada através do decreto do Governo do Estado, para a liberação de recursos, atendeu apenas uma parte do problema. Vários imóveis atingidos não foram contemplados, pois o critério, que estipulava a renda máxima familiar em 10 salários, excluiu a maior parte das famílias proprietárias. São famílias de classe média que não possuem condições de executar as obras. Por outro lado, alguns imóveis contemplados pelo decreto — devido aos problemas projetuais e de renovação do convênio entre Prefeitura e Secretaria da Cultura do Estado — ainda não tiveram as obras executadas. Atualmente existem 16 patrimônios privados destruídos ou danificados assim distribuídos: 10 imóveis se localizam na Praça Dr. Oswaldo Cruz; 3 imóveis, na Rua Barão; 1 imóvel, na Rua Cel. Domingues de Castro; 1 imóvel, na Rua Cel. Manoel Bento e 1 imóvel, na Rua Mons. Ignácio Gióia.

A ausência de tais imóveis é muito negativa para a cidade, pois deprecia a visão e unidade da paisagem urbana, a homogeneidade do conjunto histórico, deixando a cidade como uma obra inacabada, e, ainda, prejudica o turismo cultural, que atualmente, é o principal vetor de desenvolvimento da cidade.

Uma solução possível — considerando a impossibilidade de direcionamento de recurso público para imóveis privados — seria a elaboração de um projeto para pleitear recursos em editais de incentivo cultural mediante alguma contrapartida dos proprietários, como permitir, por exemplo, que os imóveis recuperados se tornem espaços de visitação ou de alguma atividade cultural, criando até mesmo um novo produto turístico, deixando que os visitantes conheçam e saboreiem as delícias da culinária luizense em um ambiente familiar, ao invés de irem a restaurantes ou cafés comerciais da cidade, por exemplo.

Ainda sobre a preservação e valorização da paisagem urbana, ousa-se propor uma alteração no conjunto da praça a partir da recomposição do imóvel da Casa de Câmara e Cadeira, resgatando a volumetria e ritmo de aberturas e que poderia partir de um processo participativo, com a apresentação de projetos em forma de concurso, possibilitando uma nova perspectiva projetual, que romperia com a sombra de falsos históricos que se ergueram em São Luiz, como o caso da fachada da Igreja Matriz e de alguns imóveis particulares existentes no conjunto. Mais que isso, geraria pertencimento e apropriação por parte da população, não repetindo assim o

mesmo erro que ocorreu com o imóvel da Biblioteca, o qual se tornou uma verdadeira barreira com a comunidade local.

Essa sugestão justifica-se pela possibilidade de reestabelecer na praça a ideia do *core*, com a presença dos poderes executivo e legislativo, além da recomposição harmônica do conjunto. De trazer a “casa do povo” no local mais democrático da cidade, onde tudo acontece. Ademais, o poder legislativo de São Luiz, até hoje, não possui sede própria. A Prefeitura havia doado à Câmara um terreno na Várzea dos Passarinhos antes da enchente, mas na revisão do Plano Diretor após o episódio, a área foi demarcada como congelada. Desde então, a Câmara pleiteia outra área para construção do seu prédio, e a praça por ser um local mais apropriado resolveria a questão.

Há pontos desfavoráveis para essa sugestão, como a dificuldade de informações sobre o levantamento métrico da antiga edificação da Casa de Câmara e Cadeia, pois nesta pesquisa, encontraram-se apenas fotos e uma planta esquemática. Porém com uma pesquisa focada apenas nesse assunto, isso poderia se resolver. Outro ponto é que poucas pessoas possuem a lembrança do edifício, devido ao tempo em que Casa de Câmara já fora destruída. Por isso, o processo de desenvolvimento projetual teria papel importante, a fim de que as pessoas reconhecessem a importância e viabilidade da proposta para a recomposição do conjunto urbano, bem como se identificasse com o novo edifício e dele se apropriassem.

Mesmo com as sugestões de retomada do conjunto urbano, com a recuperação dos imóveis atingidos, que, hoje, são vazios urbanos, e com a recomposição da Casa de Câmara e Cadeia, outro aspecto ainda continuaria impactando negativamente na paisagem urbana de São Luiz: às feridas de concreto deixadas pelas contenções executadas após a enchente.

Algumas opções foram pensadas nesse período como, por exemplo, a pintura com elementos artísticos que remetam à cultura local, retratando o próprio patrimônio tombado; a música; a Festa do Divino; o carnaval etc. Esta proposta foi apresentada aos órgãos de patrimônio, porém, foi negada, considerando que causaria impacto ao patrimônio histórico.

Outra possibilidade considerada é a recuperação através do paisagismo. No projeto da rua da música — que já foi citado no trabalho — além do passeio às margens do rio, é prevista a recuperação da encosta de concreto com paisagismo, mas, como a obra está paralisada, ainda não foi possível essa avaliação.

Sem dúvida, recompor com vegetação seria a opção mais óbvia e próxima do natural, retomando o que havia anteriormente à enchente, e, também, seria a mais discreta. No entanto, reconsideramos aqui, a pintura, como alternativa, pois mostra alguns aspectos importantes: a personalidade da cidade; o momento histórico atual, deixando evidente o próprio evento da enchente — que foi marcante para a cidade — e ainda destaca o aspecto da cultura imaterial que é a essência do luizense e foi fundamental no momento de crise.

Reafirma-se, por fim, que a enchente, foi um divisor de águas para o município, e que apesar de ter sido uma catástrofe — a qual transformou a cidade em um campo de guerra onde a população viveu momentos de caos — também despertou o município para novas possibilidades, pois trouxe chances de melhorias.

O Poder Público pôde rever os erros do passado para pensar uma forma mais sustentável de ocupação e que, aliou, naquele momento, o desenvolvimento e o respeito ao meio ambiente. Um resultado que merece ser destacado é a redução das áreas de risco de São Luiz com a erradicação do nível mais grave. Mas, a gestão dessas áreas precisa ter continuidade, pois a situação pode ser alterada a cada estação chuvosa.

São Luiz encontrou na coragem da comunidade e no trabalho coletivo um meio de avançar e sair do caos, baseado na valorização da própria cultura.

Assim, o desafio ainda está posto. A lição e as oportunidades deixadas pela grande enchente de 2010 não podem ser esquecidas! É necessária responsabilidade dos órgãos públicos e engajamento da população para que São Luiz não retroceda e continue superando os obstáculos na busca de uma cidade melhor para que possa sempre ser lembrada como um exemplo positivo de superação em meio às adversidades.

BIBLIOGRAFIA

AB' SABER. A. N. **Um plano avançado para o Brasil**. Estudos Avançados. São Paulo, 1990.

_____. A. N. **O encarceramento de pequenas cidades por eucaliptais**. 2010.

AGUIAR, M. **São Luiz do Paraitinga, usos e costumes**. 2ª ed. São José dos Campos/SP: JAC, 2011.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. Arq. moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: estação Liberdade FAPESP/ 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Ministério das Cidades. **Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009** – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Brasília, 2010.

CAMPOS, J. T. **A Imperial São Luís do Paraitinga: História, Educação e Cultura**. São Luiz do Paraitinga. 2011.

CAUQUELIN, A. **A invenção da Paisagem**; tradução Marcos Marcionilo. São Paulo; Martins, 2007.

CEIVAP. **Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul**. Fundação COPETEC, 2007.

CESAR, I. **Historiando**. São Luís do Paraitinga. O Luizense, 29 de maio de 1921.

CESP. Plano Diretor do Reservatório de Paraibuna. 1982.

DEL RIO, V. **Percepção ambiental: A experiência brasileira**. São Carlos, Editora da UFSCar, 1996. 265 pag.

GORSKI, M. C. B. **Rios e cidades: ruptura e reconciliação**. Editora SENAC, São Paulo, 2010 - 300 páginas.

IBGE. Censos.

ICOMOS. **Carta de Burra**. Burra: 1979.
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê São Luiz do Paraitinga**. Superintendência São Paulo, 2010.

_____. **Reconstituição e restauração da Capela das Mercês, São Luiz do Paraitinga**. São Paulo, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. **Parecer técnico nº 18.342 – 301**. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 2010.

_____. **Relatório São Luiz do Paraitinga**. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 2010.

_____. **Relatório São Luiz do Paraitinga**. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 2012.

KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*. v. 18. n.2. jul.-dez. 2010, pg. 287-320. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539>>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

LARAIA, R.B. **Cultura um conceito antropológico**. 18ª edição – Rio de Janeiro: 2001.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

_____. **“Conhecer para resolver a cidade ilegal”**. In: Castriota, L.B. (org). **Urbanização Brasileira / redescobertas**. Belo Horizonte, C/ Arte, pp. 78-96. 2003.

MEDEIROS, V. S. **Análise estatística de eventos críticos de precipitação relacionados a desastres naturais em diferentes regiões do Brasil**. São Paulo: USP, 2013. 207 p.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**. HUCITEC: SP, 1982.

MORADEI, M. D. **O Serviço Social em Busca da Identidade Cultural da População Urbana de São Luiz do Paraitinga, reposta pelo êxodo rural**. Taubaté: UNITAU, 1998.

MULLER, N. L. **O Fato Urbano Na Bacia do Rio Paraíba, Estado de São Paulo**. Fundação IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia, Divisão Cultural, 1969 - 375 páginas.

OLIVEIRA, L. E. **A Expansão da Monocultura do Eucalipto e as Implicações Socioambientais no Município de São Luiz do Paraitinga: Um Estudo de Caso**. São José dos Campos: UNIVAP, 2011.

ORTIZ, J. B. **São Francisco das Chagas de Taubaté** (dois volumes). Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1988.

PETRONE, P. **A região de São Luís do Paraitinga: estudo de geografia humana**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

SANTOS, M. **A metamorfose do Espaço Habitado**. 3ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

SÃO LUIZ DO PARAITINGA. **Jornal da Reconstrução**. Ano 1, nº 2, 2ª quinzena, Março, 2010.

_____. **Lei nº 586, de 20 de fevereiro de 1987**. Autoriza o Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo através da Secretaria de Estado de São Paulo através da Secretaria de Estado da Cultura visando a execução de serviços de Contenção da encosta situada entre os imóveis de número impar da Rua do Carvalho e o Rio Paraitinga. Disponível em <

<http://www.saoluizdoparaitinga.institucional.ws/Ged/Leis/1987/586.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. **Lei nº 207, de 7 de dezembro de 1961.** Autoriza a Prefeitura a construir em terreno do município situado próximo ao Cemitério Municipal um prédio destinado a ser utilizado como necrotério. Disponível em < <http://www.saoluizdoparaitinga.institucional.ws/Ged/Leis/1961/207.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. **Lei nº 692, de 5 de maio de 1992.** Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano ao longo do Rio Paraitinga Margem Direita do seu curso D Água. Disponível em < <http://www.saoluizdoparaitinga.institucional.ws/Ged/Leis/1992/692.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. **Lei nº 738, de 14 de julho de 1993.** Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano à margem esquerda do curso d água do Rio Paraitinga. Disponível em < <http://www.saoluizdoparaitinga.institucional.ws/Ged/Leis/1993/738.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. **Lei nº 927, de 23 de abril de 2001.** Fica instituído o dia 17 de Abril como o dia da luta em defesa da preservação do Rio Paraitinga. Disponível em < <http://www.saoluizdoparaitinga.institucional.ws/Ged/Leis/2001/927.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. **Lei nº 1016, de 6 de maio de 2002.** Fica expressamente proibido poluir os afluentes do Rio Paraitinga componentes de sua Bacia Hidrografia de forma intencional com material sólido líquido ou gasoso. Disponível em < <http://www.saoluizdoparaitinga.institucional.ws/Ged/Leis/2002/1016.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. **Lei nº 1072, de 23 de abril de 2003.** Fica denominada Vila Orris Barbosa Júnior o agrupamento de casas existentes da ponte Orris Barbosa Júnior até a Cachoeira do Orris como é conhecida. Disponível em < <http://www.saoluizdoparaitinga.institucional.ws/Ged/Leis/2003/1072.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. **Lei nº 1347, de 07 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo. 2010.

_____. **Lei nº 1458, de 06 de junho de 2011.** Dispõe sobre a revisão da Lei nº 1347/2010, Plano Diretor Participativo. 2011.

_____. **Lei nº 1672, 26 de março de 2014.** Declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do município de São Luiz do Paraitinga, o Ribeirão do Chapéu. Disponível _____ em _____ <
<http://www.saoluizdoparaitinga.institucional.ws/Ged/Leis/2014/1672.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. **Lei nº 1722, 6 de janeiro de 2015.** Declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de São Luiz do Paraitinga o Ribeirão do Turvo e dá outras providências. Disponível _____ em _____ <
<http://www.saoluizdoparaitinga.institucional.ws/Ged/Leis/2015/1722.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. **Lei nº 1727, de 09 de janeiro de 2015.** Declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental o Rio Paraitinga no trecho em que corta o Município de São Luiz do Paraitinga e dá outras providências. Disponível _____ em _____ <
<http://www.saoluizdoparaitinga.institucional.ws/Ged/Leis/2015/1727.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

_____. **Projeto de Lei Complementar de 04 de junho de 2012.** Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano à margem esquerda do curso d água do Rio Paraitinga.

_____. **São Luiz do Paraitinga: exemplo de envolvimento dos colaboradores da Elektro.** Revista Conexão ELEKTRO. Ano VIII, nº 77, 2010.

SÃO PAULO. **Decreto nº 56.816, de 9 de Março de 2011.** Dispõe sobre a reforma e a reconstrução de imóveis tombados que constituem o Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga.

_____. Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. **São Luiz do Paraitinga, Revitalização do Centro Histórico.** CONDEPHAAT, 1982.

_____. Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. **Relatório Preliminar São Luiz do Paraitinga.** CONDEPHAAT, 2010.

_____. Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. **Resolução SC - 3, de 23 de fevereiro de 2010**. Em complemento a Resolução SC-55/82, dispondo sobre as diretrizes para intervenções em bens tombados pelo Condephaat na cidade de São Luiz do Paraitinga, a fim de fazer frente aos danos causados por inundações ocorridas em janeiro de 2010.

_____. Secretaria de Saneamento e Energia- DAEE. **Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Rio Paraitinga**. Elaboração Hidrostudio: São Paulo, 2012.

SCHMIDT, C. B. **A vida rural no Brasil: a área do Paraitinga, uma amostra representativa**. São Paulo: Secretaria de Agricultura de São Paulo; Diretoria de Publicidade agrícola, 1951.

SHIRLEY, R. **O fim de uma tradição**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia; Perspectiva, 1977.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. **Híbridos na Paisagem: Uma etnografia de espaços de produção e de conservação**. Revista Ambiente & Sociedade. Campinas v. XII, n. 1. p. 83-98. jan.-jun. 2009 .

SPIRN. A. W. **O Jardim de Granito: A Natureza no Desenho da Cidade**; tradução de Paulo Renato Mesquita Pellegrino. São Paulo: Edusp, 1995.

RANZINI, M. et al. **Modelagem Hidrológica de uma Microbacia Florestada da Serra do Mar, SP**. RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Volume 9, n.4 Out/Dez 2004, 33-44.

TOLEDO, M. H. **O impacto da plantação extensiva do eucalipto nas culturas tradicionais**. Cadernos HU Ideias. Ano X, nº 167, 2012.

TRINDADE, J. B. **No caminho do Paraitinga**. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977.